



Fundação Getulio Vargas

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas

Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa

**A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI) PARA A PROMOÇÃO DA  
*ACCOUNTABILITY*: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS**

**Dissertação apresentada à Escola  
Brasileira de Administração Pública e de  
Empresas da Fundação Getulio Vargas  
(EBAPE/FGV) para obtenção do título de  
mestre**

Professor orientador: Dr. Joaquim Rubens Fontes Filho

Mestrando: Gladston Guimarães Naves

Agosto de 2011

**GLADSTON GUIMARÃES NAVES**

**A CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL (SIAFI) PARA A PROMOÇÃO DA  
*ACCOUNTABILITY*: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS**

Dissertação para obtenção do grau de mestre apresentada à Escola  
Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação  
Getulio Vargas (EBAPE/FGV)

Área de concentração: *Accountability* do setor público.

Orientador: Dr. Joaquim Rubens Fontes Filho

Rio de Janeiro

2011

À minha esposa Vivian pelo amor e companheirismo.

À minha filha Letícia pela alegria de viver.

À minha mãe Ivone pelo infinito carinho e incentivo.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me proporcionado saúde, condições e oportunidade para cursar o mestrado.

À minha esposa Vívian Cirineu Machado Guimarães e à minha filha Letícia Cirineu Guimarães pela paciência, pelo incentivo e entendimento das constantes ausências. Ao meu filho Gabriel Cirineu Guimarães pelo carinho correspondido no ventre de sua mãe.

À minha mãe Ivone Fernandes Guimarães pelo exemplo ético de formação que me transmitiu.

Ao meu irmão Klérithon Guimarães Naves, à minha irmã Keit Guimarães Naves e a todos os meus familiares pelo incentivo.

Ao professor Dr. Joaquim Rubens Fontes Filho pela condução sábia, gentil, prestativa e honrosa com que orientou a elaboração desta dissertação.

Aos Professores Dr. Rafael Guilherme Burstein Goldszmidt e Diego de Faveri pelas prestativas orientações quanto às técnicas estatísticas aplicadas nesta pesquisa.

A todos os professores do mestrado pela dedicação e postura ética na condução de suas disciplinas.

Ao Hugo Severino de Oliveira da área administrativa da FGV em Brasília a quem a turma atribuída, em tom de brincadeira, todas as falhas ocorridas, mas que, na verdade, merece o meu reconhecimento pelo profissionalismo.

A todos os meus colegas do Departamento de Polícia Federal, do Tribunal de Contas da União, da Controladoria-Geral da União e da Secretaria do Tesouro Nacional que me apoiaram na pesquisa de campo.

Ao professor Domingos Poubel de Castro, um dos mentores do SIAFI, pela grandiosidade de suas obras e pelo apoio na pesquisa.

Ao Rafael Sousa Lima, colega de trabalho e de turma, que me informou sobre o mestrado e me incentivou a cursá-lo.

A todos os colegas do curso de mestrado, que proporcionaram ambiente agradável de colaboração, aprendizagem, alegria e amizade.

## RESUMO

Este estudo investiga qual a contribuição do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na promoção da *accountability* da Administração Pública Federal no Brasil, com base na pesquisa documental e na percepção dos usuários do sistema. O modelo de análise da *accountability* ocorre a partir da investigação das suas definições e dimensões, segundo levantamento do referencial teórico abrangendo o campo da administração pública e da previsão na legislação brasileira. São definidas três dimensões para descrição da *accountability*: transparência, prestação de contas e responsabilização. Na condução da metodologia, inicialmente essas dimensões foram tratadas pela pesquisa documental, por meio da investigação no SIAFI – Manual Web da existência de mecanismos de *accountability*, com a aplicação de técnicas voltadas a levantar as expressões e instrumentos do sistema que possibilitam a promoção da *accountability*. O resultado dessa análise evidenciou funcionalidades, que foram posteriormente escritas na forma de questões de avaliação, segundo escala Likert de 4 pontos, a fim de identificar a eficácia percebida por quatro grupos de usuários do sistema: gestor, operador, agente de controle e agente de investigação. O questionário foi aplicado via internet aos usuários de 128 órgãos do Governo Federal, tendo retornado 287 formulários respondidos. O tratamento e análise dos resultados permitiram observar que o sistema é percebido como eficaz na promoção da *accountability*, apesar da necessidade de melhorias e de treinamento de seus usuários. Além disso, foram identificadas divergências estatisticamente significativas nas respostas dos perfis de usuários, apontando uma não uniformidade nessa percepção segundo a origem do usuário e finalidade de sua relação com o sistema.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Accountability*, Transparência, Prestação de Contas, Responsabilização, Administração Pública e SIAFI.

## **ABSTRACT**

This study investigates the contributions of the Federal Government Integrated Financial Management System (SIAFI) in promoting accountability of the Brazilian federal public administration, based on documentary research and the perception of the system's users through field research. The analytical model of accountability is based on the investigation of their definitions and dimensions, according to a survey of the theoretical framework covering the field of public administration, and definitions in the Brazilian legislation. Three dimensions of accountability are defined: transparency, rendering of accounts and responsibility. Methodologically, these dimensions were initially treated by documental research, and by investigating the SIAFI - Web Guide for mechanisms of accountability, with the technique aimed to raise the expressions and instruments of the system related to the promotion of accountability. The result of this analysis showed features that were later written in the form of evaluation questions, according to 4-point Likert scale, to identify the perceived effectiveness of four groups of system users, managers, operators, control agents and researching agents. Through the use of a questionnaire via the Internet sent to 128 federal government agencies, 287 forms were answered. The processing and analysis of results allowed to concluding that the system is perceived as effective in promoting accountability, despite the need for improvements on it and training of its users. In addition, we identified statistically significant differences in the responses of user, indicating a non-uniformity in the perception of the users according to the origin and purpose of their relationship with the system.

**KEYWORDS:** Accountability, Transparency, Rendering of Accounts, Responsibility, Public Administration, and SIAFI.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	<b>QUADRO</b>	<b>Pág.</b>
1	Principais grupos de subsistemas do SIAFI	27
2	Competências Constitucionais e Legais do TCU	29
3	Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência	37
4	Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas	38
5	Categoria e Subcategorias da dimensão Responsabilização	39
6	Etapas da metodologia	47
7	Fatores da avaliação de usabilidade do SIAFI	72
8	Fatores do grau de conhecimento das funcionalidades do SIAFI	76
9	Fatores da percepção do usuário da <i>accountability</i> promovida pelo SIAFI	78
	<b>TABELA</b>	
1	Respondente segundo o perfil do usuário	68
	<b>FIGURA</b>	
1	Reformulação do sistema contábil do Governo Federal	22
2	Subsistemas do SIAFI	26
3	Avaliação do tempo de serviço público de 287 usuários divididos em 4 perfis	69
4	Avaliação do tempo de serviço público no cargo ou função atual de 287 usuários divididos em 4 perfis	69
5	Avaliação do tempo de uso do SIAFI de 287 usuários divididos em 4 perfis	70

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	1
1.1	OBJETIVO DA PESQUISA.....	3
1.2	JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	4
1.3	APRESENTAÇÃO DO TRABALHO .....	4
2	CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO .....	6
2.1	<i>ACCOUNTABILITY</i> .....	6
2.1.1	Conceituações teóricas .....	7
2.1.2	<i>Accountability</i> baseada no agente de controle.....	10
2.2	<i>ACCOUNTABILITY</i> NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO .....	12
2.2.1	<i>Accountability</i> na Constituição da República Federativa do Brasil .....	12
2.2.2	<i>Accountability</i> nas normas infraconstitucionais .....	15
2.3	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL.....	19
2.3.1	<i>Histórico</i> .....	20
2.3.2	<i>Objetivos e Vantagens</i> .....	23
2.3.3	<i>Estrutura do sistema</i> .....	26
2.3.4	<i>Usuários do SIAFI</i> .....	27
2.4	DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA DOS CONSTRUCTOS .....	29
2.4.1	<i>Transparência</i> .....	30
2.4.2	<i>Prestação de contas</i> .....	32
2.4.3	<i>Responsabilização</i> .....	34
3	METODOLOGIA .....	36
3.1	DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS CONSTRUCTOS .....	36
3.1.1	<i>Transparência</i> .....	36
3.1.2	<i>Prestação de contas</i> .....	37
3.1.3	<i>Responsabilização</i> .....	38
3.2	CRITÉRIOS METODOLÓGICOS .....	39
3.3	ETAPAS DA PESQUISA .....	46
3.4	DELIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	47
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	49
4.1	PESQUISA DOCUMENTAL .....	49
4.1.1	<i>Transparência</i> .....	49
4.1.2	<i>Prestação de contas</i> .....	59



4.1.3	<i>Responsabilização</i> .....	65
4.2	PESQUISA DE CAMPO .....	67
4.2.1	<i>Modelo de mensuração: indicadores de percepção do usuário</i> .....	70
4.2.2	<i>Percepção do usuário da accountability potencialmente promovida pelo SIAFI</i> ....	77
5	CONCLUSÃO .....	83
6	REFERÊNCIAS .....	86
	ANEXOS.....	91

# 1 INTRODUÇÃO

Campos (1990) indicou, há mais de 20 anos, a ausência de conceito que explicasse o exato significado da *accountability*. Comumente essa palavra tem-se relacionado com responsabilização. Nesse sentido, a autora apontou a necessidade de a administração pública brasileira tornar-se responsável perante a sociedade e sujeita à sanção.

A palavra *accountability*, de acordo com Pinho e Sacramento (2009), indica, de forma implícita, a responsabilização pessoal pelos atos praticados e, de forma explícita, a obrigação de prestar contas no âmbito público ou privado.

Nessa perspectiva, a Administração Pública Federal tem criado legislações e instrumentos para tornar factível a aplicação da *accountability* no Brasil.

No ordenamento jurídico brasileiro, há vários dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relacionados aos atributos associados à *accountability*. A Constituição assegura o acesso à informação e a prestação de contas, além de definir regras quanto à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

As normas infraconstitucionais prevêm regras quanto à transparência, ao processo administrativo, à responsabilização na gestão fiscal, à participação popular, à audiência pública e à prestação de contas.

A aplicação da *accountability* no setor público federal tem se consolidado, também, pela implementação de instrumentos de tecnologia da informação. Dentre os instrumentos chamados de sistemas estruturantes do Governo Federal destaca-se o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Esse sistema foi desenvolvido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A STN é o órgão central de contabilidade do Governo Federal.

O SIAFI é uma ferramenta estratégica para o controle do Estado porque disponibiliza o registro diário das informações armazenadas e permite acompanhar a execução

orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos centrais, setoriais e executores da administração pública federal dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

A programação financeira de forma integrada promovida pelo SIAFI auxilia o próprio planejamento do Estado, pois os usuários cadastrados, de acordo com o seu perfil de acesso, registram seus documentos e efetuam consultas, onde as informações das várias unidades gestoras são uniformizadas e padronizadas.

Nesse contexto, o SIAFI é uma ferramenta indispensável na promoção da *accountability*, seja horizontal ou vertical (O'DONNELL, 1998). A primeira é definida como aquela atribuída ao próprio Estado, por meio, no âmbito federal, da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), do Departamento de Polícia Federal (DPF) e outros órgãos do governo. A segunda, *accountability* vertical, é caracterizada pela prestação de contas e por mecanismos externos de controle à disposição da sociedade e da mídia.

A responsabilização e a prestação de contas tornam-se possíveis, a partir do registro e da transparência dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Estado. Nesse sentido, o SIAFI tem atendido com eficiência, conforme se observa no comentário de Ribeiro Filho (1997, p. 16):

O SIAFI poderá se tornar, rapidamente, em um sistema utilizado por todas as entidades da administração pública a nível dos poderes da União, Estados e Municípios. A experiência de operacionalizar um sistema de processamento eletrônico de dados em um país de dimensões continentais como o Brasil, com as operações de execução orçamentária sendo registradas on-line e em tempo real, com visíveis benefícios no exercício das funções de controle das finanças públicas, é um capítulo muito importante e especial na história recente da administração pública brasileira.

Nos últimos 11 anos operou-se uma alteração substancial dos paradigmas estruturadores do controle nas entidades da administração pública. De uma perspectiva apenas remota de controle, consolidou-se uma possibilidade gerencial do controle.

Piscitelli e Timbó (2010) asseveram que é propósito do SIAFI desenvolver as condições para que os órgãos de contabilidade analítica sejam dotados de servidores na análise e controle das saídas contábeis para a efetividade do seu trabalho, a fim de que a

contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais para todos os níveis da Administração.

## 1.1 OBJETIVO DA PESQUISA

A pesquisa propõe identificar quais os fatores que influenciam a percepção dos usuários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) na promoção da *accountability* da Administração Pública Federal no Brasil.

Para o alcance desse objetivo, foram cumpridas as etapas listadas a seguir, definidas por Vergara (2009) como objetivos intermediários:

- a) apresentação das definições e dimensões da *accountability*, segundo o referencial teórico e a evidenciação no ordenamento jurídico brasileiro que disciplina sua aplicação no Brasil;
- b) exploração das definições e características do SIAFI;
- c) pesquisa na literatura e no acervo documental eletrônico da Administração Pública Federal, em especial da STN, da evidência de contribuições do SIAFI na promoção da *accountability*, bem como identificação da percepção dos seus usuários.

Em relação aos objetivos intermediários, foram apresentadas, preliminarmente, as definições e dimensões da *accountability* de acordo com o referencial teórico e sua aplicação na legislação brasileira, para que, na etapa de apresentação e análise de resultados, a teoria pudesse subsidiar a análise da percepção do usuário do SIAFI, quanto à *accountability* produzida pelo sistema.

Nesse mesmo sentido, identificou-se a aplicação legal da *accountability* pelo SIAFI, a partir da pesquisa do ordenamento jurídico brasileiro.

As definições e características do SIAFI são evidenciadas, a fim de que o leitor compreenda a função do sistema em todas as suas dimensões.

Por fim, o estudo mostrou a percepção dos usuários quanto às funcionalidades do SIAFI que contribuem, potencialmente, para a promoção da *accountability*, considerando as dimensões abordadas pelo referencial teórico e a imposição no arcabouço jurídico do

Brasil. Para tanto, os usuários do sistema foram divididos em quatro grupos: gestores, agentes de controle, agentes de investigação e operadores.

## **1.2 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO**

A implantação da *accountability* no Brasil desenvolveu-se a partir da previsão na legislação brasileira e da criação de instrumentos de gestão. O estudo possibilita identificar a *accountability* do país que pode ser concretizada por um sistema de controle da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Com esse propósito, o SIAFI possibilita extrair todas as informações contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, pois esse sistema tem a capacidade de armazenar e processar todos os atos e fatos de gestão dos agentes públicos. O SIAFI, nesse aspecto, possibilita a transparência e o controle do Estado.

O acesso on-line, via internet, permite que todos os usuários cadastrados, de acordo com o seu perfil de acesso, registrem os documentos dos atos de gestão e efetuem consultas às informações produzidas de maneira uniforme e padronizada.

A centralização das informações sobre a execução orçamentária e financeira possibilita ao governo adequar, estrategicamente, o volume, a localidade, o ritmo das execuções de programas e ações, bem como de orientar o gasto público de acordo com os princípios da economicidade e eficiência.

Nesse sentido, o SIAFI, ao evidenciar a situação financeira, orçamentária e patrimonial, gera informações que podem contribuir para promover a *accountability* do Estado.

## **1.3 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO**

Para investigar a *accountability* da Administração Pública Federal e o papel potencial do SIAFI nesse processo, segundo a percepção dos seus usuários, a pesquisa foi estruturada, de acordo com os seguintes capítulos:

- a) Capítulo 1. Introdução. Esse capítulo aborda, preliminarmente, a perspectiva do estudo, evidenciando o objetivo, a justificativa e a apresentação da pesquisa;
- b) Capítulo 2. Contextualização e referencial teórico. Nessa seção, a *accountability* é tratada sob o ponto de vista da teoria em todas as suas dimensões. O capítulo evidencia, também, a existência de *accountability* na legislação brasileira. Além disso, são apresentadas as definições e características do SIAFI.
- c) Capítulo 3. Metodologia. Essa seção apresenta os métodos, as regras e os postulados que norteiam o desenvolvimento da pesquisa.
- d) Capítulo 4. Apresentação e Análise dos Resultados. Nesse capítulo, é evidenciada, a partir do estudo das diversas funcionalidades do SIAFI e da percepção dos usuários, a contribuição desse sistema para a promoção da *accountability*, considerando o referencial teórico e a legislação brasileira.
- e) Capítulo 5. Conclusão. Essa seção responde o problema proposto neste estudo.
- f) Capítulo 6. Referência. Nesse capítulo, são apresentadas as fontes de pesquisa deste trabalho.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

Com o propósito de contextualizar e compreender o problema apresentado, este capítulo apresentou o referencial teórico preliminarmente investigado. Para tanto, as dimensões da *accountability* foram apresentadas sob o ponto de vista das teorias do campo da administração pública e situadas, conforme legislação que dispõe sobre sua aplicação. As definições e características do SIAFI foram apresentadas com o intuito de promover o entendimento das funcionalidades que podem contribuir para a promoção da *accountability*.

Nessa perspectiva, foram apresentadas as conceituações teóricas da *accountability* e suas formas baseadas no agente de controle. No ordenamento jurídico brasileiro, constata-se a evidência de *accountability* em vários artigos da Constituição e em várias normas infraconstitucionais. O entendimento do SIAFI, objeto desta investigação, foi alcançado por meio da abordagem dos eventos históricos que ensejam a sua criação, dos objetivos, vantagens e estrutura do sistema, bem como de seus usuários.

### 2.1 ACCOUNTABILITY

Delimitar os objetos, sujeitos, meios e escopo da *accountability* é um desafio que vem se arrastando ao longo do tempo e que, no Brasil, começou com uma provocação de Campos (1990) em um artigo em que ela questionou quando poderemos traduzir a *accountability* para o português.

Vinte anos após, Pinho e Sacramento (2009) retomaram a discussão, questionando se já é possível traduzir *accountability* para o idioma português.

Embora não haja uma palavra em português que expresse a exata definição, a noção de *accountability* é comumente aceita quando se relaciona ao controle, à fiscalização e à responsabilização dos agentes públicos. Nesse sentido, segundo Coelho (2000), quando uma pessoa ou entidade é responsável por decisões e pelas implicações de suas ações e

inações, ela é considerada *accountable*, um modelo de responsabilidade moral que busca resguardar sua reputação e integridade.

### 2.1.1 Conceituações teóricas

Autores como O'Donnell (1998; 1999 e 2003), Kenney (2003), Mainwaring (2003), Abrucio e Loureiro (2005), apud Ceneviva (2006) defendem uma idéia restrita de *accountability*. Para esses autores o conceito de *accountability* deve abarcar apenas os mecanismos formais e institucionalizados, não compreendendo, dessa forma, as relações informais de fiscalização e controle. Essa premissa defendida por O'Donnell refere-se à *accountability* denominada por ele de horizontal, forma não eleitoral de controle sobre o setor público.

O'Donnell (1998) classifica a *accountability* em vertical e horizontal. Segundo o autor, a primeira pode ser promovida por meio do processo eleitoral na escolha daqueles que ocupam posições em instituições do Estado, de reivindicações sociais e da cobertura regular pela mídia de atos supostamente ilícitos de autoridades públicas.

A *accountability* eleitoral, contudo, tem sua eficácia reduzida em função da natureza esporádica de sua ocorrência, da volatilidade de eleitores e partidos, da definição frágil de temas políticos e das alterações imprevisíveis de políticas públicas. A efetividade das reivindicações sociais na mídia depende das ações de fiscalização que as agências e instituições estatais autorizadas tomem para investigar e punir os delitos. O descrédito e a insatisfação popular com o governo ocorrem, comumente, na ausência de tais ações (O'DONNELL, 1998).

Já a *accountability* horizontal, para o autor, é aquela que deve ser exercida por uma rede de agências estatais que têm o direito e o poder legal para supervisionar, controlar, prevenir, aplicar sanções legais ou realizar *impeachment* contra ações ou omissões qualificadas como criminosas de outros agentes ou agências do Estado, na forma de freios e contrapesos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Moreno et al (2003), por sua vez, entendem que a horizontalidade não se aplica, pois várias relações ocorridas no Estado são do tipo principal – agente e portanto a relação de hierarquia caracteriza-se como vertical. Essa situação pode ser exemplificada na relação



entre políticos e burocratas. Esse entendimento também é corroborado por Mainwaring (2003).

Ceneviva (2006) cita que, para Dunn (1999), Keohane (2002) e Oakerson (1989), as relações informais de fiscalização e controle são aceitas, desde que o agente fiscalizador possa exigir justificção do agente público por seus atos e omissões e, se for o caso, atribuir-lhe sanção. De acordo com Smulovitz e Peruzzotti (2000 e 2003) e Keohane (2002), no sistema democrático, a sanção pode ser legal ou simbólica. O eleitor que deixa de votar em determinado candidato, por exemplo, faz uso de uma sanção simbólica.

A *accountability* indica uma estreita relação entre representante e representado, na qual este tem o direito de exigir daquele a transparência e a prestação de contas dos seus atos de representante, assim como tem o direito de impor sanções.

Outros autores reconhecem que a qualidade dos serviços públicos deve ser assegurada por quaisquer mecanismos de controle, fiscalização e monitoramento do Estado que garantam a responsabilização de seus agentes públicos (DAY E KLEIN, 1987; FOX E BROWN, 1998; PAUL, 1992, apud CENEVIVA, 2006).

Ceneviva (2006) explica que a *accountability* não se limita à prestação de contas e à justificção, pois deve prever a possibilidade de sanção legal ou simbólica. Nessa acepção, todos os atores instituídos para cobrar responsabilização estão inseridos neste conceito, podendo ser uma instituição pública, associações de cidadãos, usuários de serviços públicos, organizações da sociedade civil e a mídia. Essa concepção mais abrangente de *accountability* é adotada, também, por Smulovitz e Peruzzotti (2000) e Paul (1992).

Alguns autores restringem o objeto da *accountability* horizontal aos mecanismos de controle e fiscalização de infrações legais cometidas pelo Estado (KENNEY, 2003; O'DONNELL, 1998 e 2003; apud CENEVIVA, 2006). Outros entendem que o monitoramento, o controle e a sanção de divergências políticas também são objeto da *accountability* (MAINWARING, 2003; ABRUCIO E LOUREIRO, 2005; CLAD, 2000; SCHMITTER, 1999; ELSTER, 1999; apud CENEVIVA, 2006).

A capacidade de aplicar sanção pelos atores de controle e fiscalização da *accountability* é outra fonte de discussão e discordância entre os teóricos. Para alguns autores é considerado ator de controle e fiscalização apenas aquele que detém o poder de impor sanção aos

agentes públicos (DUNN, 1999; KENNEY, 2003; MORENO ET AL, 2003; ELSTER, 1999; apud CENEVIVA, 2006). Outros entendem que a capacidade de demandar justificação ou prestação de contas é suficiente para caracterizar o ator de controle e fiscalização (O'DONNELL, 2003; SCHEDLER, 1999; apud CENEVIVA, 2006).

Esse segundo argumento é contestado por Mainwaring (2003), pois assume como imprescindível que alguma forma de sanção direta ou indireta possa ser provocada pelo agente de controle e fiscalização. A sanção indireta é caracterizada pelo poder do agente em acionar outras formas ou outros agentes competentes, tais como o Ministério Público e o Judiciário, para impor sanção.

Ceneviva (2006) assevera que há uma corrente teórica que restringe os mecanismos de *accountability* às relações principal-agente, onde um agente principal encarrega outro agente para executar uma tarefa em seu lugar. Nesse caso, segundo o autor, a *accountability* configura-se, caso o principal tenha mecanismos para responsabilizar e punir o agente, quando do descumprimento da ação requerida.

Essa limitação, no entanto, exclui da noção de *accountability* os controles institucionais, tais como, o judiciário e, no âmbito federal, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Departamento de Polícia Federal e outros órgãos que exercem a função de controle e fiscalização. As relações de agência, portanto, devem ser consideradas tão-somente como um subconjunto da *accountability*.

Nesse contexto, a *accountability* obriga aqueles que detém poder de Estado a prestar contas e assumir responsabilidade perante os cidadãos. Além disso, exige transparência e, como consequência, cria condições de confiança entre governante e governado.

Para a efetivação do controle social, a *accountability* promove eficiência da atividade governamental, transparência, publicização dos atos da Administração Pública e democratização do sistema político.

Valente (2004) destaca que, embora a transparência administrativa e o direito à informação não garantam, por si, o funcionamento dos mecanismos de *accountability*, esses mecanismos não podem ser adotados sem a transparência das ações governamentais, pois a democratização da informação é pré-requisito para exercício da *accountability* em suas várias dimensões.

Sacramento (2005, p. 23) discorre que:

[...] a *accountability* é uma das características do sistema político que nos regimes democráticos se impõe ao administrador público. Portanto, a *accountability* não só diz respeito à imposição, pelo sistema, em caráter continuado, de visibilidade e transparência nos atos do governo como também à responsabilização dos governantes, inclusive com a possibilidade de sanções, pelos governados.

Essa autora afirma, ainda, que *accountability* política demanda, além da geração de dados e interação de argumentos, a hipótese de punir comportamento inadequado.

Nessa perspectiva, Castro (2010, p.524) entende que a *accountability* é “[...] uma proteção dos cidadãos às práticas da má administração”.

### **2.1.2 *Accountability* baseada no agente de controle**

As formas de *accountability* baseada no agente de controle têm se consolidado ao longo do tempo e se dividem em dois grupos principais: *accountability* eleitoral e *accountability* intra-estatal ou não-eleitoral (CLAD, 2000; MAINWARING, 2003; ABRUCIO E LOUREIRO, 2005; apud CENEVIVA, 2006). A *accountability* eleitoral está inserida no conceito de *accountability* vertical proposta por O’Donnel, 1998.

A *accountability* intra-estatal, segundo Mainwaring (2003), ramifica-se em: relações principal – agente, sistema legal e agentes fiscalizadores e controladores. As relações principal – agente comumente ocorrem entre os agentes públicos nas quais um principal incumbe um agente de atribuições, podendo imputar sanção no caso de descumprimento, em função da posição hierárquica. O sistema legal é o Sistema Judiciário com poder de sanção e não se encaixa na relação principal – agente. Classifica-se, também, nessa ramificação, o Legislativo na função exercida pelas comissões de investigação e na atuação em processos de *impeachment*.

A terceira ramificação é exercida, no Brasil e no âmbito federal, pelo Tribunal de Contas da União, pela Controladoria-Geral da União e por outros órgãos federais que exercem a função de controle e fiscalização.

Outra forma de responsabilização política intra-estatal proposta por Abrucio e Loureiro (2005) divide os mecanismos de *accountability* em: controle parlamentar, controle judicial, controle administrativo-financeiro, controle de resultado e controle social.

O controle parlamentar consiste na fiscalização, avaliação e acompanhamento do Executivo pelo Legislativo, sendo, pois, uma forma de responsabilização horizontal. Ocorre basicamente por meio da fiscalização da elaboração e execução do orçamento, da verificação de nomeações de agentes públicos, da instauração de comissões de inquérito e das audiências públicas.

O controle judicial impõe o cumprimento da lei pelos agentes públicos, por meio da análise da legalidade de suas ações, podendo o Ministério Público ser acionado para exigir o cumprimento da lei. O Judiciário na imputação de sanção funciona como ponte para a sociedade e a mídia.

O controle administrativo-financeiro prima pela probidade administrativa, pois objetiva evitar o uso indevido de recursos públicos e a corrupção e universalizar os procedimentos burocráticos. Esses controles normalmente são executados por comissões de fiscalização, controladorias, auditorias independentes ou tribunais de contas.

O controle de resultados da administração pública permite responsabilizar o Estado pelo desempenho das políticas, programas e projetos governamentais. Nessa perspectiva, a *accountability* busca a qualidade da gestão pública e o aumento do controle dos cidadãos sobre as ações do Estado. Para tanto, a transparência e visibilidade do governo são fundamentais para medir o desempenho dos programas. A fiscalização e acompanhamento devem ocorrer por representantes do Estado e da sociedade civil.

O controle social que pode ocorrer em todas as outras formas citadas retrata a participação do cidadão na proposição, fiscalização e avaliação das ações governamentais e configura-se como mecanismo de *accountability* vertical. Esse tipo de responsabilização fortalece o sistema democrático nas relações entre Estado e sociedade e as políticas de modernização da gestão pública.

## **2.2 ACCOUNTABILITY NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

Há, no ordenamento jurídico brasileiro, vários dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relacionados aos atributos associados à *accountability*. A Constituição, nessa perspectiva, assegura o acesso à informação, obriga os agentes públicos a prestarem contas de suas ações e define regras quanto à fiscalização de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

As normas infraconstitucionais citadas nesta seção asseguram a *accountability* do setor público por meio da previsão de regras quanto à transparência, ao processo administrativo, à responsabilização na gestão fiscal, à participação popular, à audiência pública e à prestação de contas.

### **2.2.1 Accountability na Constituição da República Federativa do Brasil**

A Constituição da República Federativa do Brasil dita em vários artigos a promoção da *accountability*. No inciso XIV do art. 5º prevê que “[...] é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Esse mesmo artigo, no inciso LXXII, assegura, por meio de *habeas-data*, “[...] o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público” (BRASIL, 2010b).

Nesse contexto, o SIAFI serve de instrumento para a transparência, uma das dimensões da *accountability*, pois provê informações contábeis ao próprio setor público e à sociedade. O primeiro é considerado usuário interno e o segundo, externo.

A transparência é essencial para que ocorra prestação de contas do governo e para limitar a corrupção do setor público. Para tanto, é necessário que haja códigos de ética do setor público e programas de combate à corrupção.

Os princípios a serem observados pela Administração Pública estão previstos na Constituição Federal e têm o propósito de reforçar a *accountability* no Brasil. O *caput* do

art. 37 prevê como princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 2010b).

A prestação de contas, mais uma das dimensões da *accountability*, do Governo Federal é outro princípio constitucional previsto nos artigos 34 e 70 (BRASIL, 2010b) e ocorre nos níveis macro e micro.

No nível macro, as contas do Presidente da República apresentadas no Balanço-Geral da União (BGU) são apreciadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No nível micro, as contas dos gestores públicos são julgadas pelo TCU. Nesse sentido, o SIAFI é a base de dados para apreciação e julgamento pelo TCU.

O art. 34 da Constituição prevê que, para assegurar a observância da prestação de contas da administração pública, direta e indireta, a União poderá promover intervenção nos Estados e no Distrito Federal (BRASIL, 2010b).

No âmbito federal, o TCU assegura a avaliação independente da integridade das informações apresentadas, para fornecer informações confiáveis e abrangentes da situação fiscal geral do governo à sociedade e permitir o controle social.

Esse tipo de fiscalização promovido pelo TCU e por outros órgãos do governo representa, na concepção de O'Donnell (1999), a *accountability* horizontal que se fundamenta no sistema de *checks and balances*, de controle e avaliação mútua entre Poderes, onde o Executivo é fiscalizado em suas ações pelo Legislativo e ambos respondem ao Judiciário.

A fiscalização de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Governo Federal está prevista nos artigos 70 e 71 da Constituição:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União [...] (BRASIL, 2010b).

O art. 71 disciplina as regras do sistema de controle externo do Governo Federal. Quanto ao sistema de controle interno, o art. 74 prevê:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária [...] (BRASIL, 2010b).

No Poder Executivo Federal essas competências são exercidas pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Conforme art. 84 da Constituição, a avaliação dos programas de governo ocorre quando o Poder Executivo presta contas ao Poder Legislativo pelas ações desenvolvidas no exercício:

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: [...]

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior [...] (BRASIL, 2010b).

Outra forma de responsabilização política intra-estatal proposta por Abrucio e Loureiro (2005) é o mecanismo de *accountability* chamado de controle judicial. Esse mecanismo está previsto no artigo 102 da Constituição:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição [...] (BRASIL, 2010b).

### **2.2.2 *Accountability* nas normas infraconstitucionais**

A partir de 1988, ano em que ocorreu a promulgação da Constituição Federal, várias normas infraconstitucionais foram publicadas para assegurar a *accountability* do Estado.

Com o propósito de prestar contas e manter a população informada acerca das decisões políticas e administrativas do Governo Federal foi instituído no Brasil o ordenamento jurídico da transparência administrativa (MARTINS JÚNIOR, 2004).

Nesse sentido, a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, intitulada Lei de Contas Públicas, estabeleceu a criação pelo TCU de *homepage*, [www.contaspublicas.gov.br](http://www.contaspublicas.gov.br), para dar transparência à atividade estatal, por meio da divulgação dos contratos e da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil da União, Estados, Distrito Federal e Municípios (BRASIL, 1998).

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabeleceu normas com o propósito de proteger os direitos dos administrados e assegurar o melhor cumprimento dos fins do Governo. A transparência, também, é destacada no inciso V, parágrafo único do art. 2º, ao mencionar que deve ser observada no processo administrativo a “divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição” (BRASIL, 1999).

De acordo com essa legislação, a Administração Pública deve sujeitar-se aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Para a consolidação da *accountability*, em 2000 foi publicada uma norma intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (BRASIL, 2000a).



De acordo com Sacramento (2005), a literatura tem avaliado como deficientes os mecanismos de *accountability* vertical e horizontal existentes no Brasil. Para a autora o adequado emprego da LRF pode reduzir a deficiência desses mecanismos.

A LRF aplica-se aos três poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive ao Ministério Público. Khair (2000) assevera que a LRF está apoiada em quatro eixos: planejamento, transparência, controle e responsabilização.

O planejamento está previsto em vários artigos da LRF que cria novas informações, metas, limites e condições para a renúncia de receita, para a geração de despesas, inclusive com pessoal e de seguridade, para assunção de dívidas, para a realização de operações de crédito, incluindo antecipação de receita orçamentária (ARO), e para a concessão de garantias. Nesse aspecto, Vignoli (2002) afirma que a disciplina fiscal somente pode ser conquistada com o correto planejamento das ações governamentais e da execução orçamentária.

O capítulo IX da referida lei trata das dimensões transparência, controle e fiscalização da *accountability*. Quanto à transparência dos atos de gestão do governo a norma destaca:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (BRASIL, 2000a).

Ressalta-se que as informações dos instrumentos de transparência da gestão fiscal estão disponíveis no SIAFI.

Sacramento (2005) destaca que a LRF, ao criar relatórios que permitem a comparação entre o que é planejado e o executado, bem como o conhecimento das medidas adotadas pelos gestores públicos, promove o Ciclo da Gestão pela Qualidade Total: planejar, executar, verificar e atuar.

A LRF evidencia a preocupação do Governo em promover a *accountability*, por meio da participação popular e da realização de audiência pública nos processos de elaboração dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Além disso, determina a divulgação

de informações em tempo real da execução orçamentária e financeira para toda a sociedade (BRASIL, 2000a).

Com esse fito, o Portal da Transparência do Governo Federal, a partir de maio de 2010, passou a disponibilizar os dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do Governo Federal, com possibilidade de pesquisar informações por dia e pela fase de despesa (empenho, liquidação ou pagamento). No portal, <http://www.transparencia.gov.br/>, os dados são atualizados diariamente, a partir do SIAFI. Nesse contexto, Vignoli (2002) salienta que a LRF orienta o significado real da transparência da gestão fiscal.

Outra dimensão da *accountability* destacada na LRF é a prestação de contas do Estado. Para a realização de transferências voluntárias a outro ente da Federação é necessário, de acordo com o art. 25, § 1º, inciso IV, a comprovação, por parte do beneficiário, de:

- a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos (BRASIL, 2000a).

Observa-se, ainda, quanto às contas do Chefe do Poder Executivo:

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício (BRASIL, 2000a).

A seção que trata da prestação de contas disciplina que:

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições (BRASIL, 2000a).

O controle, segundo Khair (2000), exige ação fiscalizadora contínua e mais efetiva dos Tribunais de Contas, sendo melhorado pela ampliação da transparência e pela qualidade das informações.

A fiscalização da gestão fiscal prevista na LRF representa o tradicional controle da *accountability* horizontal, sendo exercida pelo Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e pelo sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público (BRASIL, 2000a).

A LRF prevê que o descumprimento das regras previstas acarreta a responsabilização daqueles que deram causa, com a cominação das sanções previstas na legislação que trata dos crimes de responsabilidade fiscal: o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; a Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000; e demais normas da legislação pertinente.

O descumprimento das regras previstas na LRF imputa ao titular do Poder ou órgão punições que podem ser (BRASIL, 2010c):

- a) impedimento da entidade para o recebimento de transferências voluntárias;
- b) proibição de contratação de operações de crédito e de obtenção de garantias para a sua contratação;
- c) pagamento de multa com recursos próprios (podendo chegar a 30% dos vencimentos anuais) do agente que lhe der causa;
- d) inabilitação para o exercício da função pública por um período de até cinco anos;
- e) perda do cargo público;
- f) perda de mandato; e
- g) detenção ou reclusão.

Sacramento (2005) afirma que o texto da LRF contribui para o avanço da *accountability* no Brasil e está em conformidade com a concepção de Schedler (1999) em relação às características de *answerability* e *enforcement*. A publicação de relatórios e realização de audiências públicas em relação à primeira característica, por determinar a informação e justificação. Quanto à característica de *enforcement*, a LRF estabelece penalidades no descumprimento das regras estabelecidas.

As mudanças advindas da LRF, segundo Castro (2010), impõem responsabilidade dos governantes no equilíbrio das contas públicas. Afirma, também, que houve o fortalecimento da contabilidade que gera os demonstrativos, a partir do SIAFI, para a efetivação das dimensões da *accountability*, quer seja, transparência da gestão pública, prestação de contas e responsabilização. Esse contexto aponta a contribuição da LRF para a implantação e consolidação da *accountability* no Brasil.

### **2.3 SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL**

O grau de transparência do Estado é evidenciado pelo acesso às informações públicas. O acompanhamento e o controle de toda a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal são realizados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O Governo Federal, até o exercício de 1986, passou por vários problemas administrativos em relação aos métodos de trabalho empregados e a defasagem de informações que dificultavam a adequada gestão dos recursos públicos e impossibilitavam a elaboração de um orçamento unificado.

Os eventos históricos que consolidam a criação do SIAFI, os objetivos e vantagens do sistema e sua estrutura foram apresentados nesta seção.

### 2.3.1 Histórico

Antes da implantação do SIAFI, os métodos empregados de trabalho eram rudimentares e inadequados e os controles de disponibilidades orçamentárias e financeiras eram exercidos manualmente na maioria das vezes. Conseqüentemente, em todos os níveis da Administração Pública faltavam informações gerenciais e a Contabilidade era vista como mero instrumento de registros formais (BRASIL, 2010a).

Outro fator que agravava a deficiência administrativa do Governo Federal e inviabiliza o uso de informações contábeis para fins gerenciais era a defasagem na escrituração contábil de pelo menos 45 dias entre o encerramento do mês e o levantamento das demonstrações orçamentárias, financeiras e patrimoniais (CASTRO E GARCIA, 2008).

A diversidade de fontes de informações e as várias interpretações sobre cada conceito dos instrumentos de gestão pública geravam inconsistência dos dados utilizados e comprometiam o processo de tomada de decisões.

A contabilidade era utilizada como mera ferramenta para o atendimento de aspectos formais da gestão dos recursos por servidores públicos despreparados tecnicamente o que levava a inexistência de mecanismos eficientes que pudessem evitar desvio de recursos públicos e que permitissem a *accountability* dos maus gestores.

Esse descontrole acarretava o estoque ocioso de moeda e inviabilizava a administração de caixa, devido à existência de várias contas bancárias, no âmbito do Governo Federal, pois, em cada unidade gestora de recursos públicos, havia uma conta bancária para cada despesa, seja ela para pagamento de pessoal, material de consumo, serviços, material permanente e outras.

Para resolver esses problemas, em 10 de março de 1986, por meio do Decreto nº 92.452, o Governo Federal criou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o propósito de auxiliar o Ministério da Fazenda na execução de um orçamento unificado e dar suporte à reformulação das finanças públicas no país, proporcionando transparência, controle dos gastos públicos e equilíbrio sustentado da economia.

A necessidade de informações que agilizassem o processo decisório exigiu o desenvolvimento e a implantação de um sistema informatizado para integrar os sistemas de

programação financeira, de execução orçamentária e de controle interno do Poder Executivo, a fim de fornecer informações gerenciais, confiáveis e precisas para todos os níveis da Administração Pública Federal.

Nesse sentido, a STN definiu e desenvolveu, em conjunto com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) em menos de um ano. O sistema foi implantando em janeiro de 1987, para suprir o Governo Federal de um instrumento moderno e eficaz no controle e acompanhamento dos gastos públicos.

O Governo Federal, ao longo dos últimos anos, desenvolveu uma série de aplicações informatizadas denominadas de sistemas estruturantes, com finalidade de fornecer suporte tecnológico à operacionalização das atividades da administração, sendo o SIAFI um desses sistemas (ALBUQUERQUE ET AL, 2008).

Para todos os efeitos legais, com a publicação do Decreto nº 347, de 21 de novembro de 1991, as informações orçamentárias, financeiras e contábeis, constantes dos arquivos do SIAFI, passaram a constituir a base de dados oficial do Poder Executivo Federal.

Embora o SIAFI tenha sido desenvolvido para acompanhamento do Poder Executivo, de acordo com Lima e Castro (2007), com o advento da Constituição de 1988, o Legislativo passou a ser responsável pela fiscalização e o controle externo da execução orçamentária. Para tanto, o Poder Legislativo, além de utilizar o SIAFI para a sua própria execução orçamentária, utiliza-o, também, no trabalho de fiscalização das despesas orçamentárias do Poder Executivo.

Nesse mesmo diapasão, Valente (2004, p. 166) cita que:

O processo de execução é registrado no SIAFI, órgão de contabilidade do governo federal, que tem sido usado como aliado do Congresso para exercício da prerrogativa constitucional de exercício do controle e fiscalização da execução orçamentária.

Castro e Gomes (2002), explicam que o SIAFI foi criado para superar problemas administrativos na gestão dos recursos públicos do Governo Federal que ocorreram até 1986, tais como defasagem na escrituração contábil, incompatibilidade dos dados

utilizados, trabalhos realizados de forma rudimentar, existência de milhares de contas bancárias e despreparo de pessoal.

O SIAFI possibilita ao Governo Federal unificar as contas bancárias com a criação da Conta Única em 1988 para gerir o fluxo de caixa e registrar o responsável pela movimentação. Esse sistema é uma ferramenta para executar, acompanhar e controlar com eficiência e eficácia a correta utilização dos recursos da União.

A cronologia da reformulação das finanças públicas no Brasil está representada na figura a seguir:

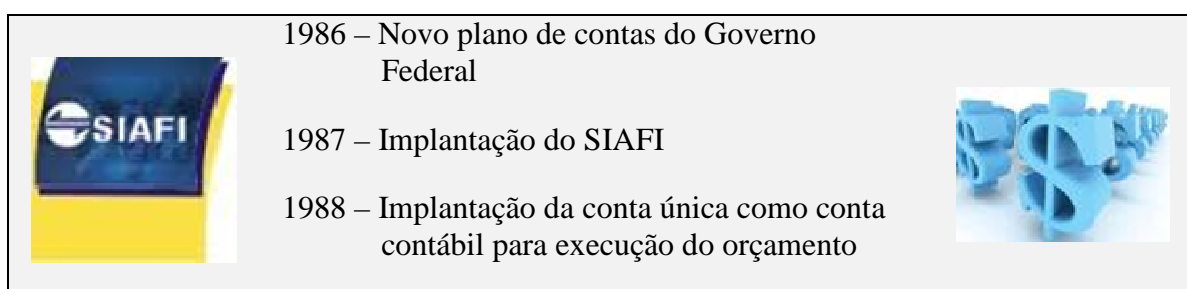


Figura 1 – Reformulação do sistema contábil do Governo Federal  
Fonte: Castro e Garcia (2008, p. 97). Adaptado pelo autor.

Valente (2004) afirma que o SIAFI foi implantado para atender a uma demanda governamental de unificação das contas e aperfeiçoar o controle de receitas e despesas do Executivo.

A unificação dos procedimentos de controle, as normas de acesso ao sistema, as atribuições dos seus cadastradores e operadores e a manutenção da segurança do SIAFI foram regulamentados pela Instrução Normativa da STN nº 03, de 23 de maio de 2001, e pela Norma de Execução da STN nº 01, de 13 de junho de 2001.

De acordo com Castro e Garcia (2008, p. 99), a preocupação com a consistência e segurança da informação colocou a contabilidade como centro do sistema. Nesse aspecto, os autores asseveram que no referido sistema:

- a informação foi estruturada em um Plano de Contas organizado de forma clara, lógica e de estrutura permanente. Essa estrutura, criada em 1986, é a mesma até hoje;
- a responsabilidade pela informação contábil está definida na organização da classe contábil representada por um conselho de profissionais; isso implica que o exercício da profissão dependa do cumprimento e do respeito de certos

requisitos. Ou seja, a informação contábil traz consequências para o profissional, caso esteja fora das regras definidas;

- os dados utilizados para produzirem as informações estão documentados, arquivados com responsável definido pela sua guarda, tendo, na sua origem, um responsável pelo ato praticado;
- as regras para registros estão definidas em Convenção, Normas e Princípios para garantia de sua padronização e consistência.

O SIAFI foi criado para ser um sistema gerencial, contudo, em razão do ambiente operacional em que ele foi concebido, a saída de informação foi padronizada sem oferecimento de condições favoráveis a construção de relatórios específicos. Por essa razão, a STN e o SERPRO desenvolveram uma ferramenta denominada SIAFI Gerencial.

O SIAFI Gerencial, desenvolvido em ambiente *Windows*, utiliza uma linguagem amigável para suprir a Administração Pública de informações gerenciais, oriundas do SIAFI, permitindo consulta que é construída pelo próprio usuário. Na consulta, o operador estabelece os critérios e as formas de apresentação da informação, inclusive com recursos gráficos, cujo resultado é enviado para uma planilha eletrônica.

### **2.3.2 *Objetivos e Vantagens***

O SIAFI, como principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, desde sua criação, tem alcançado satisfatoriamente seus principais objetivos (BRASIL, 2001a e 2011b):

- a) prover aos órgãos da Administração Pública Federal mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- b) agilizar a programação financeira e otimizar a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, por meio da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
- c) propiciar que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal;
- d) padronizar métodos e rotinas de trabalho relativos à gestão dos recursos públicos, sem rigidez ou restrição a essa atividade, que é de responsabilidade do ordenador de despesa de cada unidade gestora;



- e) permitir o registro contábil dos balancetes dos estados e municípios e de suas supervisionadas;
- f) possibilitar o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas;
- g) integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal;
- h) admitir o acompanhamento e a avaliação do orçamento e do uso dos recursos públicos;
- e
- i) proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

O acompanhamento, a avaliação e a transparência na aplicação dos recursos públicos proporcionados diretamente pelo SIAFI têm sido satisfatórios no tocante, principalmente, a *accountability* horizontal.

O SIAFI é um grande avanço para a contabilidade pública da União, transcende as fronteiras brasileiras e desperta a atenção no cenário nacional e internacional, sendo, inclusive, recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). O seu desempenho levou vários países, além de alguns organismos internacionais, a enviar delegações à STN, com o propósito de absorver tecnologia para a implantação de sistemas similares (BRASIL, 2011b).

Slomski (2003) declara que a Administração Pública produziu um sistema de contabilidade altamente sofisticado, integrando: o sistema orçamentário, que demonstra as origens de recursos e suas aplicações; o sistema financeiro, que evidencia o fluxo de caixa; o sistema patrimonial, que apresenta a composição patrimonial; e o sistema de compensação, que evidencia presunções de direitos e obrigações.

O processamento da contabilidade pública no SIAFI evidencia a situação de todos os responsáveis pela arrecadação das receitas, execução das despesas e administração ou guarda de bens e valores pertencentes à entidade pública. Para tanto, a contabilidade pública fornece, por meio de suas contas, informação hábil para a avaliação de desempenho do gestor.

De acordo com a STN, o SIAFI apresenta várias vantagens que o destaca em relação a outros sistemas em uso no âmbito do Governo Federal (BRASIL, 2011b):

- a) com a contabilidade integrada e realizada automaticamente, a partir da emissão on-line de documentos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, a Administração Pública ganha tempestividade na informação, qualidade e precisão em seu trabalho;
- b) a unificação dos recursos de caixa do Governo Federal na Conta Única no Banco Central agiliza a programação financeira e otimiza a utilização dos recursos do Tesouro Nacional;
- c) a execução orçamentária, completamente integrada a execução financeira e patrimonial, é realizada tempestivamente e com transparência;
- d) os usuários que emitem documentos e realizam consultas ou aqueles que realizam somente consultas são identificados no SIAFI;
- e) os tributos devidos, no momento do pagamento aos credores da União, são descontados na fonte;
- f) a auditoria realizada no sistema possibilita a apuração de irregularidades na aplicação de recursos públicos, proporcionando responsabilização;
- g) o SIAFI é a fonte de dados para a extração e transparência dos gastos do Governo Federal, proporcionando *accountability* vertical e horizontal;
- h) o sistema é centralizado e interligado em todo o território nacional, o que permite a padronização de métodos e rotinas de trabalho;
- i) todos os órgãos da Administração Direta dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como grande parte da Administração Indireta utilizam o SIAFI; e
- j) os saldos contábeis das entidades que ainda não utilizam o SIAFI são integrados periodicamente, para fins de consolidação e transparência das informações econômico-financeiras do Governo Federal. As sociedades de economia mista, todavia, registram apenas a participação acionária do Governo.

Essa ferramenta é definida pela STN como sendo:

[...] um sistema informatizado que processa e controla, por meio de terminais instalados em todo o território nacional, a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil dos órgãos da Administração Pública Direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União (BRASIL, 2011b).

Segundo Valente (2004), o SIAFI é um instrumento contábil para controle interno das contas do Governo, sendo a principal fonte de acompanhamento da execução orçamentária em função da tempestividade das informações oferecidas pelo sistema.

Nesse sentido, o SIAFI promove o controle dos gastos públicos pelas unidades de controle interno de cada poder, bem como o controle externo exercido pelo Congresso Nacional, quanto à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Administração Pública Federal.

Centralizado em Brasília, o sistema de informações é ligado por teleprocessamento da rede Serpro aos Órgãos do Governo Federal distribuídos no país e no exterior. Essa ligação garante às unidades gestoras ativas no SIAFI o acesso ao sistema. Esse acesso foi ampliado por meio da Internet e está disponível na *homepage* do Serpro, [www.serpro.gov.br](http://www.serpro.gov.br).

### 2.3.3 Estrutura do sistema

O SIAFI é estruturado em sistemas, subsistemas, módulos e transações. Os sistemas são organizados por exercício financeiro, sendo que cada ano equivale a um sistema diferente, conforme segue: SIAFI87, SIAFI88, [...], SIAFI2010 e SIAFI2011. Cada sistema é dividido em subsistemas e esses em módulos. Os módulos são formados por um conjunto de transações que executam as diversas operações de entrada e saída de dados do SIAFI.

A figura a seguir ilustra os subsistemas do SIAFI:

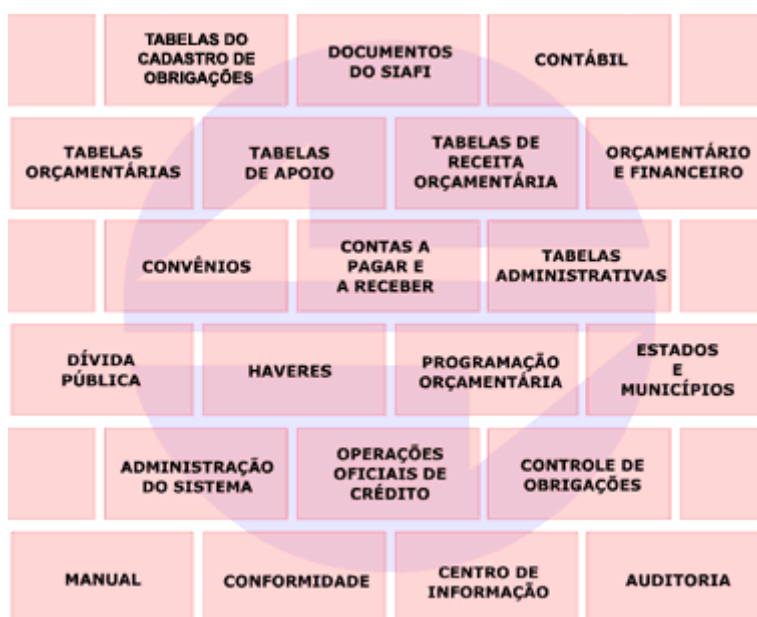


Figura 2 – Subsistemas do SIAFI

Fonte: Portal SIAFI - Estrutura do SIAFI (Brasil, 2011b).

Os subsistemas têm funções e características específicas no SIAFI e são organizados, segundo a STN, em cinco grupos principais, conforme quadro a seguir:

Principais grupos	Subsistemas
Controle de Haveres e Obrigações	Dívida Pública – DIVIDA Haveres - HAVERES Controle de Obrigações - OBRIGACAO Operações Oficiais de Crédito - O2C
Administração do Sistema	Administração do Sistema - ADMINISTRA Auditoria - AUDITORIA Centro de Informação - CI Conformidade - CONFORM Manual – MANUALMF
Execução Orçamentária e Financeira	Contábil – CONTABIL Documentos do SIAFI - DOCUMENTO Orçamentário e Financeiro – ORCFIN
Organização de Tabelas	Tabelas administrativas – TABADM Tabelas de apoio - TABAPOIO Tabelas do cadastro de obrigações - TABOBRIG Tabelas orçamentárias -TABORC Tabelas de receitas orçamentárias – TABRECEITA
Recursos Complementares com Aplicação Específica	- Programação orçamentária – PROGORCAM - Convênios - CONVENIOS - Contas a pagar e a receber - CPR - Estados e Municípios - ESTMUN.

Quadro 1 – Principais grupos de subsistemas do SIAFI

Fonte: Portal SIAFI - Estrutura do SIAFI (BRASIL, 2011b). Adaptado pelo autor.

O SIAFI é alimentado pelas Unidades Gestoras (UG), entes da administração pública que realizam a gestão dos recursos públicos. De acordo com o glossário do SIAFI – Manual Web (BRASIL, 2010a), a UG refere-se à unidade orçamentária ou administrativa que realiza atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O titular da unidade está sujeito à tomada de contas anual, conforme artigos 81 e 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

### 2.3.4 *Usuários do SIAFI*

A partir do estudo conceitual do SIAFI, é possível identificar diversos tipos de usuários que utilizam o sistema para os mais variados objetivos o que possibilita caracterizar os sujeitos da pesquisa. Assim sendo, quatro tipos de usuários do SIAFI foram identificados nesta investigação: gestor, agente de controle, agente de investigação e operador. A seguir é apresentada a descrição desses usuários:

- a) gestores do sistema: compreendem os servidores da STN que administram o SIAFI e orientam quanto ao seu uso;
- b) agentes de controle: são os servidores da CGU e do TCU que fiscalizam as ações do governo;
- c) agentes de investigação: referem-se aos Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal que realizam o trabalho de investigação no sistema;
- d) operadores: referem-se a todas as pessoas cadastradas no sistema, seja para emissão de documentos e consultas ou, tão somente, realização de consultas.

O estabelecimento dos três primeiros usuários funda-se nas atribuições desenvolvidas em cada órgão. Assim sendo, a STN, por exemplo, tem como missão defender o cidadão-contribuinte, por meio da busca permanente do equilíbrio dinâmico entre receitas e despesas e da transparência do gasto público. Por isso, uma das suas competências é zelar pela adequada utilização do SIAFI e pelo seu bom funcionamento.

A CGU é responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República nos assuntos relacionados à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Além disso, exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição, bem como das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, prestando a orientação normativa necessária.

O TCU teve a sua jurisdição e competência ampliadas pela Constituição de 1988. No auxílio ao Congresso Nacional, exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária tem o dever de prestar contas ao TCU.

As competências constitucionais e legais do TCU, relacionadas direta ou indiretamente ao exame e julgamento de contas, estão descritas a seguir:

<b>Competências Constitucionais</b>	<b>Fundamento</b>
Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos	art. 33, § 2 e art. 71, II
Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais	art. 71, V
Fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a Estados, ao Distrito Federal ou a Municípios	art. 71, VI
Aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos	art. 71, VIII a XI
Apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades	art. 74, § 2º
<b>Competências Legais</b>	<b>Fundamento</b>
Apreciar representações apresentadas por licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica acerca de irregularidades na aplicação da Lei de Licitações e Contratos	Lei nº. 8.666/93
Processar e julgar infrações administrativas contra leis de finanças públicas.	Lei nº 10.028/2000
Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados aos Comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiros.	Lei nº 10.264/2001

Quadro 2 – Competências Constitucionais e Legais do TCU

Fonte: Portal TCU (BRASIL, 2011a).

Nessa perspectiva, o SIAFI representa um instrumento para o exercício do controle por parte dos agentes públicos da CGU e do TCU.

O Departamento de Polícia Federal, por meio do Sistema de Criminalística do Instituto Nacional de Criminalística (INC), tem a competência de elaborar laudos de apreciação de vestígios em procedimentos pré-processuais e judiciais da esfera criminal relacionados a exames periciais contábeis, econômicos e financeiros. Nesse sentido, esses exames, quando envolve algum órgão federal, são realizados no SIAFI pelos Peritos Criminais Federais.

## 2.4 DEFINIÇÃO CONSTITUTIVA DOS CONSTRUCTOS

A definição constitutiva dos constructos da *accountability* foi realizada com base nas teorias do campo da Administração Pública e na previsão da legislação brasileira. Assim, foram definidas as dimensões: transparência, prestação de contas e responsabilização.

O primeiro constructo evidencia o acesso às informações e sua compreensão e dá visibilidade aos atos praticados no setor público. A prestação de contas consiste na obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual é responsável. Por fim, a responsabilização das ações dos agentes públicos atribui responsabilidade àquele que der causa ao descumprimento de regras com a imposição das sanções previstas na legislação.

### 2.4.1 *Transparência*

De acordo com Valente (2004), a transparência administrativa não garante, por si, o funcionamento dos mecanismos de *accountability*, porém não é possível adotá-los sem ela.

A transparência representa o dever de o agente informar suas ações relativas à gestão e disponibilizar para as partes as informações que são de interesse delas, independentemente de serem impostas por leis ou regulamentos (IBGC, 2009).

A gestão da coisa pública se dá pelo acesso à informação. Na Administração Pública o grau de transparência administrativa previsto no ordenamento jurídico é determinante para o Estado de Direito (MARTINS JÚNIOR, 2004).

Valente (2004, p. 131) afirma, ainda, que:

A ótica do amplo controle do Estado pede que sejam colocadas em discussão a transparência administrativa e a democratização da informação como pré-requisitos para exercício da *accountability* em suas várias dimensões.

Nesse sentido, Przeworski (2005) destaca, sob a ótica da relação principal-agente, que a falta de informação completa ao principal, cidadão, sobre as atividades do agente, Estado, promove assimetria de informações e que, para resolver esse problema, outros órgãos independentes podem melhorar a qualidade e a quantidade de informações aos cidadãos.

Conforme argumentado anteriormente, o SIAFI tem sido um instrumento eficaz para a transparência das ações do Governo voltadas ao dispêndio de recursos públicos. Assim, segundo Anastasia e Melo (2002, apud Sacramento, 2005), quando a assimetria de informação entre os atores diminui, o desempenho dos mecanismos de *accountability* horizontal e vertical reforça-se mutuamente.

A assimetria informacional, segundo Slomski (2007), decorre, na relação agente-principal no Estado, da observação precária pelo Principal, cidadão, das ações do agente, gestor público. Além disso, o autor comenta que a relação agente-principal ocorre em vários estágios no Governo: político-cidadão, ministros-político, secretários-ministros, diretores-secretários, servidores públicos-diretores. Nessa cadeia, as atitudes dos agentes não são

totalmente monitoradas acarretando assimetria informacional na relação de agente-principal.

Sacramento (2005) destaca, no entanto, que a participação dos cidadãos no processo decisório tem sido ampliada nos últimos anos por iniciativa do Poder Executivo e destaca o funcionamento do SIAFI, já que esse sistema oferece informações que subsidiam o balanço geral da União e os relatórios de execução orçamentária e financeira, que compõem a demonstração das contas apresentadas ao Congresso Nacional pelo Presidente da República.

Castro (2010) assevera que a existência de compromisso de transparência das ações governamentais exige que a contabilidade produza o controle por meio de registros corretos e eficazes.

A transparência oferecida pelo SIAFI foi analisada, a partir das funcionalidades do sistema e da percepção de seus usuários. Castro e Garcia (2008) afirmam que o SIAFI atende um grande número de usuários das informações. Essas espelham a essência das ações do governo e seus objetivos, o responsável pelas ações e o custo dessas ações. As informações produzidas pelo sistema respondem, portanto, as seguintes perguntas: O quê e para quê? Quem? Com que recurso?

Esses autores asseveram que:

[...] O QUÊ e PARA QUÊ são os objetivos de governo, desdobrados física e financeiramente em metas e indicadores no orçamento, representando a visão funcional do governo; QUEM, são os agentes responsáveis e estão desdobrados, administrativamente, por Órgãos e Unidades Gestoras, permitindo uma visão institucional do Governo; COM QUÊ são os recursos, desdobrados pelas fontes e aplicações, receitas e despesas, promovendo a visão econômica da ação de governo (CASTRO E GARCIA, 2008, p. 181).

Slomski (2007) afirma que a transparência dos atos do gestor foi induzida pela LRF e ressalta que da boa comunicação interna e externa resulta uma relação de confiança na entidade interna e externamente.



### 2.4.2 Prestação de contas

O IBGC (2009) considera a *accountability* a própria prestação de contas. É enfático em mencionar que os agentes de governança, que inclui todos os membros de uma organização, devem prestar contas de sua atuação e assumir todas as conseqüências de seus atos ou omissões.

As informações contábeis produzidas pelo SIAFI podem ser detalhadas ou agrupadas, ou seja, analíticas ou sintéticas, respectivamente (LIMA E CASTRO, 2007). A primeira é a consulta on-line e em tempo real que apresenta as informações atualizadas até o momento em que foram solicitadas, pois a busca ocorre nos arquivos, onde os movimentos diários são armazenados. Já a consulta sintética, embora on-line, apresenta as informações atualizadas até um dia útil anterior à data da consulta, pois os dados são armazenados em arquivos sintéticos que consolidam grupos de contas. Essa consolidação ocorre à noite e o sistema é tornado indisponível aos usuários durante a execução desse processo.

Castro e Garcia (2008) asseveram que tais informações são suporte operacional dos gestores públicos. Nesse aspecto, o controle administrativo das contas dá-se pelo uso da informação analítica. As sintéticas, contudo, são gerenciais e auxiliam na prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

Esses autores declaram também que a missão institucional dos órgãos de *accountability* horizontal é avaliar a administração pelos resultados alcançados, físico, administrativo e financeiro, de forma a evidenciar visão funcional, institucional e econômica, respectivamente.

A obrigação de prestar contas é determinada pela LRF na medida em que exige publicidade, participação popular e demonstrações fiscais compostas de vários demonstrativos com periodicidade bimestral.

De acordo com Castro (2010, p. 492):

A função moderna do instituto da prestação de contas parte da obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual é responsável (atribuição, dever). Conceito básico da transparência e do controle social, definições mais próximas do termo governança, que por sua vez decorre do conceito de *accountability*.

O autor ressalta ainda que, diferentemente do setor privado, primeiro o setor público recebe o recurso, depois presta o serviço, devendo o governante prestar contas do destino dado aos recursos arrecadados. Nesse sentido, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) prevê, no seu art. 15, que “a sociedade tem o direito de pedir contas a todo agente público pela sua administração”.

A ampliação do conceito de contas proposto pela concepção de *accountability* abre caminho para utilização de informações obtidas pela própria sociedade e pelos órgãos de controle interno e externo por intermédio de portais governamentais que disponibilizam informações, por exigência da LRF, a partir do SIAFI.

O exame e julgamento do processo de contas anuais dos agentes públicos do Estado, no âmbito federal, são exercidos pelo TCU em auxílio ao Congresso Nacional que representa o povo e cada ente da federação, por meio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente.

Dessa forma, independente da vontade manifestada pela sociedade em controlar as contas de seus governantes, o Congresso Nacional já o faz em seu nome por exigência constitucional.

O TCU, além de exercer juízo sobre a gestão dos responsáveis pela administração dos recursos públicos federais, faz determinações e impõe sanções (CASTRO, 2010). Suas competências estão previstas nos artigos 33, § 2º, 71 a 74 e 161, parágrafo único, da Constituição Federal. Adicionalmente, em razão do exercício das competências constitucionais, outras lhe foram atribuídas por lei. As competências constitucionais e legais do TCU, relacionadas direta ou indiretamente ao exame e julgamento de contas, estão relacionadas no Quadro 2.

A prestação de contas da *accountability* horizontal é analisada pelo TCU sob os aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia. O instrumento utilizado para análise é o processo de contas que consiste no processo de trabalho do controle externo, destinado a avaliar e julgar o desempenho e a conformidade da gestão das pessoas responsáveis, com base em documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, obtidos direta ou indiretamente (BRASIL, 2010d).

Concluída a análise, as contas dos gestores públicos são julgadas regulares, regulares com ressalvas, irregulares ou ilíquidáveis (BRASIL, 2011a). Na primeira situação, a conta expressa, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável. As ressalvas, porém, decorrem da existência de impropriedades ou falhas de natureza formal de que não resultem danos ao erário.

A ocorrência de irregularidades das contas, contudo, decorre da omissão no dever de prestá-las; da prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial; de dano ao erário proveniente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos e de reincidência no descumprimento de determinações do Tribunal. As contas ilíquidáveis advêm de caso fortuito ou força maior que torna materialmente impossível o julgamento de mérito.

Slomski (2007) destaca que a contabilidade pública, ao criar modelos de prestação de contas, minimiza os problemas na relação de agência, por reduzir a assimetria informacional entre a sociedade e o Estado.

### **2.4.3 Responsabilização**

Para Bresser-Pereira (1998), a responsabilização é a própria tradução de *accountability*. O autor assevera que a melhoria da governabilidade, no modelo de *new public management*, decorre do aprofundamento das dimensões democráticas da *accountability*.

Campos (1990) afirma que *accountability* compreende a responsabilidade objetiva de uma pessoa ou organização perante outras pessoas ou organizações. Mosher (1968) também defende essa idéia, porém explica que os cidadãos são expostos aos riscos potenciais da burocracia, quando não há controle efetivo e nem penalidades aplicáveis ao serviço público.

A responsabilização de um governo, segundo Przeworski (2005), ocorre apenas se os cidadãos tiverem discernimento político e, nas eleições, votarem somente naqueles governantes que agiram de acordo com os interesses coletivos.

A LRF, contudo, trouxe vários dispositivos prevendo penalidades para os maus gestores e motivou a aprovação da Lei nº 10.028/2000 que trata de Crimes de Responsabilidade Fiscal. A legislação brasileira impõe penalidades para a pessoa do dirigente público, tais como perda de cargo público, inabilitação para o exercício de função, cargo ou emprego público por cinco anos, detenção ou reclusão e multa.

As sanções do nosso ordenamento jurídico são de caráter institucional e pessoal. As sanções institucionais, previstas na LRF, afetam o próprio órgão e afasta a responsabilização do agente público, tais como a proibição de transferências voluntárias e de realização de operações de crédito.

As pessoais, previstas na Lei nº 10.028/2000, afetam os agentes públicos que violaram dispositivos da LRF sendo impostas penalidades penais e administrativas a esses agentes. A apuração da infração administrativa compete ao TCU.

O TCU, no julgamento dos processos de contas dos agentes públicos, garante o contraditório e o direito à ampla defesa dos responsáveis, com todos os elementos a ela inerentes. Portanto, diante de irregularidades detectadas em suas análises, o TCU determina a realização de diligência, audiência prévia ou citação dos interessados, que, não as atendendo, são considerados revéis e como tal julgados. Além disso, as penalidades aplicadas pelo TCU não excluem a aplicação de sanções penais e de outras sanções administrativas imputadas pelas autoridades competentes.

### **3 METODOLOGIA**

De acordo com Vergara (2008), o método configura a interferência do pesquisador no desempenho cognitivo da teoria e aproxima o investigador do fenômeno observado. Morgan (1983, p. 21, apud Vergara, 2008), cita que “metodologias são esquemas de resolução de problemas que diminuem a distância entre a imagem sobre o fenômeno e o próprio fenômeno”.

Para Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), o método científico demonstra a sua validade ao propor a compreensão dos produtos da investigação científica e do seu processo.

Neste capítulo foi realizada a construção metodológica, a partir da operacionalização dos constructos, da definição de critérios quanto à pesquisa documental e de campo, bem como de suas delimitações.

#### **3.1 DEFINIÇÃO OPERACIONAL DOS CONSTRUCTOS**

As teorias estudadas prevêem diversos mecanismos das dimensões transparência, prestação de contas e responsabilização da *accountability* e a sua aplicabilidade também está prevista na legislação brasileira. Nessa perspectiva e sob o aspecto das finanças públicas, o Estado implantou, em 1987, o SIAFI para ser um instrumento potencial na promoção dessas dimensões.

##### **3.1.1 *Transparência***

Para se ter transparência, o acesso a informação pública deve envolver toda a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal. As informações divulgadas devem ser úteis a todos os interessados, independentemente de previsão legal. Seja qual for a maneira em que a informação será divulgada, seja por relatórios, gráficos, diagramas ou outras formas, a clareza, a linguagem acessível e a substância das

informações devem ser preservadas. Todas as informações positivas ou negativas devem ser divulgadas e em tempo real.

A confiança na informação faz com que ela suporte questionamentos e testes e não acarrete dúvidas em quem a utiliza. Esse atributo promove a aceitação da informação pelo usuário que a emprega nas suas decisões. A informação deve ser correta, compreender todos os elementos relevantes e seu conteúdo deve estar de acordo com o seu título. Portanto, a veracidade, completeza e pertinência de conteúdo são a base da confiabilidade da informação (CASTRO E GARCIA, 2008).

No quadro abaixo, foi evidenciada a categoria de análise referente à dimensão transparência, seguida pelos indicadores, que representam termos relacionados à *accountability* no setor público.

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência
1	Transparência
1.1	Acesso à informação pública
1.2	Divulgação de informações úteis aos interessados
1.3	Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento
1.4	Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma
1.5	Linguagem acessível ao público alvo
1.6	A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos
1.7	Informação tempestiva em tempo real
1.8	Confiabilidade da informação

Quadro 3 – Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência

Fonte: Castro (2010); IBGC (2009); Khair (2000); Martins Júnior(2004); Sacramento (2005); Schedler (1999); Slomski (2007); Valente (2004); Vignoli (2002); Brasil (1998, 1999, 2000a, 2001a, 2011b e 2010b). Adaptado pelo autor.

### 3.1.2 Prestação de contas

Os demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial compõem o processo de contas dos agentes públicos. O Governo Federal deve dispor de instrumentos que possibilitem a elaboração tempestiva desses demonstrativos com observância a confiabilidade e a integridade das informações produzidas.

Esses demonstrativos, embora de grande importância e citados como subcategorias por ser o foco nesta pesquisa, não representam, por si, o processo de contas da *accountability*. Nesse aspecto, a prestação de contas deve realizar-se num nível muito mais detalhado, com

a participação do cidadão no controle social do serviço público e não deve se limitar a avaliação interna do Estado. O nível de detalhamento das informações deve permitir avaliar se os objetivos descritos no orçamento foram atingidos.

As contas apresentadas pelo Presidente da República no BGU, pelos demais agentes públicos e o acesso às informações devem possibilitar o controle, a fiscalização e o monitoramento das ações administrativas do setor público.

O quadro a seguir destaca a categoria de análise referente à dimensão prestação de contas e seus respectivos indicadores.

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas
2	Prestação de Contas
2.1	Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de contas dos agentes públicos
2.2	Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU)
2.3	Controle dos gastos públicos
2.4	Fiscalização das ações do agente público

Quadro 4 – Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas

Fonte: Castro (2010); Ceneviva (2006); IBGC (2009); Pinho e Sacramento (2009); Slomski (2007); Brasil (2000a e 2010b). Adaptado pelo autor.

### 3.1.3 Responsabilização

Para a responsabilização do agente público, o Estado deve dispor de ferramentas que a sociedade e os agentes públicos de controle, fiscalização e investigação possam identificar os responsáveis pelas infrações. Nesta pesquisa, os agentes de controle e fiscalização referem-se à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União e os agentes de investigação, ao Departamento de Polícia Federal.

O Estado deve dispor, também, de meios que possibilitem a verificação das regras estabelecidas na LRF e a identificação das infrações cometidas pelos seus agentes públicos.

O quadro seguinte apresenta as categorias de análise e seus indicadores da dimensão responsabilização.

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Responsabilização
3	Responsabilização
3.1	Identificação do agente público responsável pela ação administrativa
3.2	Verificação das regras estabelecidas na LRF
3.3	Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público

Quadro 5 – Categoria e Subcategorias da dimensão Responsabilização

Fonte: Bresser-Pereira (1998); Campos (1990); Castro (2010); Ceneviva (2006); Keohame (2002); Mainwaring (2003); Mosher (1968); Pinho e Sacramento (2009); Przeworski (2005); Sacramento (2005); Schedler (1999); Smulovitz e Peruzzoti (2000 e 2003); Brasil (2000a e 2011b). Adaptado pelo autor.

## 3.2 CRITÉRIOS METODOLÓGICOS

Preliminarmente, foi realizada a investigação, nas teorias da administração pública e na legislação brasileira, quanto às definições e dimensões da *accountability* e identificados três constructos: transparência, prestação de contas e responsabilização. Além disso, foi realizado o levantamento dos indicadores que pudessem expressar os constructos identificados no setor público brasileiro.

Com base nesses indicadores, foram realizadas pesquisas documentais, no manual do SIAFI, na *homepage* [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br) e no referencial teórico, das funcionalidades potenciais do sistema que podem promover *accountability*.

O SIAFI – Manual Web possui procedimentos de consulta e visualização do conteúdo, de acordo com as seguintes funcionalidades:

- o usuário pode navegar pela documentação do manual em uma estrutura do tipo árvore, semelhante a do *Microsoft Windows Explorer*;
- há recursos de pesquisas textuais sobre todo o conteúdo do manual utilizando-se de uma ou mais chaves de pesquisa;
- possui recursos para facilitar a visualização dos documentos via navegador, tais como zoom, barras de rolagem e thumbnails;
- permite a impressão via navegador, mantendo a formatação original do documento com a inclusão de *copyright*; e
- os documentos podem ser gerados em PDF.



O manual está estruturado em módulos que proporcionam visão sistêmica do conjunto em função da sequência lógica em sua organização, estando cada capítulo identificado por código específico e desdobrado em seções e assuntos. O código que identifica o capítulo, as seções e os assuntos são denominados de macrofunção.

Os constructos foram operacionalizados com a utilização dos recursos de pesquisas textuais sobre o conteúdo do manual, por meio de palavras-chave. Essas foram combinadas com caractere curinga (\*), a fim de permitir a busca abrangente do termo e suas variações. Dessa forma, foram identificadas as seguintes palavras-chave de cada categoria:

- a) transparência: transpar\* (transparência, transparente), acess\* (acesso, acessível, acessar), divulg\* (divulgação, divulgar, divulga), demonstr\* (demonstração, demonstrar, demonstra, demonstrativo), public\* (publicação, publicidade, publicar, publica), clar\* (clareza, claro, clara), conform\* (conformidade, conforme), audit\* (auditoria, auditar, audita), temp\* (tempestividade, tempestivo, tempestiva, tempo real), confi\* (confiabilidade, confiável), regula\* (regularidade, regular, regula);
- b) prestação de contas: presta\* (prestação de contas, prestar contas), balanc\* (balancete, balanço, balanços), demonstr\* (demonstração, demonstrar, demonstra, demonstrativo), public\* (publicação, publicidade, publicar, publica), conform\* (conformidade, conforme), audit\* (auditoria, auditar, audita), regula\* (regularidade, regular, regula); control\* (controle, controlar, controla), fiscaliza\* (fiscalizar, fiscalização);
- c) responsabilização: respons\* (responsabilização, responsabilidade, responsabilizar, responsabiliza, responsável), identifica\* (identificação, identificado, identificar, identifica), regula\* (regularidade, regular, regula); control\* (controle, controlar, controla), fiscaliza\* (fiscalizar, fiscalização), presta\* (prestação de contas, prestar contas), audit\* (auditoria, auditar, audita), verific\* (verificação, verificar, verifica), vis\* (visibilidade, visível), demonstr\* (demonstração, demonstrar, demonstra, demonstrativo).

O resultado dessa pesquisa documental evidenciou funcionalidades que foram escritas na forma de questionário e aplicado a 128 órgãos da Administração Pública Federal selecionados por julgamento, tendo como resposta 287 formulários respondidos.

O questionário, Anexo 2, contém questões abertas e fechadas, sendo classificado como misto. Segundo Vergara (2009), as respostas nas questões abertas são livres em conteúdo e

linguagem. Nas fechadas, por outro lado, as respostas são padronizadas e o respondente escolhe entre as alternativas oferecidas. Malhotra (2001) as define como perguntas não-estruturadas e estruturadas, respectivamente.

As perguntas estruturadas do questionário incluem questões de múltipla escolha e escalas Likert de 4 pontos. De acordo com Malhotra (2001), nas questões de múltipla escolha, o respondente escolhe uma ou mais das alternativas oferecidas. Nas escalas, o respondente escolhe a categoria que caracteriza melhor o objeto analisado, sendo que essas categorias são ordenadas na escala.

As respostas ao questionário aplicado foram dadas via internet, no endereço <https://www.surveymonkey.com/s/SIAFI>. O *SurveyMonkey* é uma ferramenta que facilita a condução, o gerenciamento e a análise de questionários. Nesse sentido, as questões, com a exceção de três abertas, são de preenchimento obrigatório. A fim de evitar erros de amostragem, a ferramenta evita que o pesquisado responda o questionário mais de uma vez no mesmo computador.

O questionário foi aplicado aos usuários do SIAFI no período de 1º a 24 de abril de 2011. O convite para participar da pesquisa ocorreu por meio de mensagem SIAFI, e-mail e telefone e foi realizado no dia 1º de abril de 2011. O convite foi reiterado nos dias 7, 12, 15 e 18 de abril de 2011.

De acordo com pesquisa realizada no SIAFI Gerencial em 1º de abril de 2011, consta dotação orçamentária para 255 órgãos federais no ano de 2011, conforme Anexo 3. A seleção dos órgãos para participar segue o critério de amostragem por julgamento, por considerar os órgãos escolhidos representativos da população de interesse. Malhotra (2001) assevera que esse tipo de amostragem conta com o julgamento do pesquisador, segundo sua conveniência e experiência.

Os órgãos do Governo Federal inclusos na pesquisa, no total de 128, estão relacionados no Anexo 4. Cabe destacar, que cada órgão possui, no SIAFI, várias unidades que realizam atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, ou, tão-somente, atos de controle, denominadas de Unidades Gestoras (UG). Em cada UG há vários servidores cadastrados no sistema para a prática de tais atos. As UG selecionadas seguem o critério disposto no referido anexo.

As questões aplicadas compõem-se de três tipos. O primeiro tipo indica a categoria de análise da percepção do usuário quanto à *accountability* potencial oferecida pelo SIAFI (questões 8 a 10). O segundo mede os indicadores de percepção do usuário e é formado pelos seguintes grupos: caracterização do usuário (questões 13 a 20), usabilidade do sistema (questão 1) e conhecimento do sistema (questões 2, 4 e 6). O terceiro refere-se às questões abertas do questionário (questões 3, 5, 7, 11 e 12).

A caracterização do usuário é formado por questões relacionadas a escolaridade, área de formação, tempo de serviço público federal, órgão de lotação e exercício, tempo de serviço público no cargo ou função atual, perfil do usuário no sistema e tempo de uso do sistema.

As questões de usabilidade do sistema permitem que o usuário avalie as opções de ajuda e relatórios do sistema bem como de funcionamento e facilidade de acesso e operação. Além disso, verifica se o usuário sente a necessidade de curso de SIAFI e de Contabilidade Pública para operar o sistema. As falhas apresentadas pelo sistema e o tempo de resposta para a solução também são avaliados pelo usuário.

Por fim, o usuário reflete sobre o seu conhecimento quanto às funcionalidades do sistema que permitem potencialmente produzir informações para transparência e prestação de contas das ações do agente público bem como de sua responsabilização.

A pesquisa responde o quanto que esses indicadores de percepção são ou não determinantes para a percepção do usuário quanto à *accountability* que o sistema pode proporcionar.

Para tanto, a análise dos resultados da pesquisa de campo ocorreu em três estágios: análise descritiva, análise fatorial exploratória e regressão linear múltipla. Nesse diapasão, a análise descritiva dos dados foi realizada, preliminarmente, para verificar como estão distribuídas as frequências, percentuais, médias, desvios, medianas, entre outras medidas, das variáveis do estudo para, a partir daí, tomar decisões quanto aos testes que foram utilizados para avaliar os objetivos da investigação (MORETTIN E BUSSAB, 2010).

Na análise descritiva dos dados as frequências observadas foram representadas pelos respectivos percentuais. Nas variáveis quantitativas foram descritas a média, acompanhada de seu desvio-padrão. Diagramas de caixas foram construídos para representar as distribuições dos dados das variáveis quantitativas.

Na análise preliminar, de caráter descritivo, foi verificado, também, se há normalidade nos resultados da pesquisa de campo para auxiliar nas decisões tomadas nos testes. Para isso, o Teste de Kolmogorov-Smirnov foi utilizado e onde o valor de  $p$  foi significativo ( $p < 0,05$ ) pode-se afirmar que os dados não seguem uma distribuição normal. Assim sendo, foram utilizados de testes não-paramétricos nesse primeiro estágio da análise, tanto para as variáveis quantitativas (tempo) quanto para todas as variáveis do questionário que variam de 1 a 4.

As variáveis tempo de serviço público, tempo de serviço público no cargo ou função atual e tempo de uso do SIAFI foram comparadas entre os perfis de usuários por meio do teste de Kruskal-Wallis seguido pelo de Mann-Whitney. O teste de Kruskal-Wallis é a análise de variância (ANOVA) não paramétrica que compara medidas quantitativas entre 3 ou mais grupos, enquanto o teste de Mann-Whitney compara as medidas quantitativas entre dois grupos (MALHOTRA, 2001).

As variáveis quantitativas referentes ao tempo de serviço público, tempo de serviço público no cargo ou função atual e tempo de uso do SIAFI foram submetidas ao teste de Kolmogorov-Smirnov para testar a normalidade das variáveis. O resultado do teste sendo significativo indica que não há normalidade nos dados sendo necessária a utilização de testes não paramétricos (FIELD, 2009).

As diferenças entre os tempos de serviço e uso do SIAFI foram comparadas entre cada perfil de usuários, utilizando o teste de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney (WAGNER, MOTTA e DORNELES, 2004).

Além disso, o primeiro estágio da análise da pesquisa de campo foi operacionalizado, por meio do cálculo das medidas descritivas das questões relativas aos indicadores de avaliação e conhecimento do sistema e à percepção do usuário quanto à *accountability* que o SIAFI pode proporcionar. Os testes de Kruskal-Wallis e Mann-Whitney foram utilizados para comparar os escores de cada questão entre os perfis de usuários.

As questões que apresentam valor  $p$  menor que 0,05 indicam que os usuários participantes da pesquisa diferem significativamente em suas respostas. Quanto menor o escore dessas questões, mais crítico está sendo o usuário. Quanto maior, mais positiva é a avaliação dos usuários.

No segundo estágio, as respostas foram submetidas à análise fatorial exploratória e, no próximo estágio foi aplicada a regressão linear múltipla. Segundo Malhotra (2001), a análise fatorial tem o fito de reduzir e sumarizar os dados, para uso em uma análise subsequente. A análise de regressão, por sua vez, é um procedimento estatístico que analisa as relações associadas entre uma variável dependente métrica e uma ou mais variáveis independentes.

A partir do segundo estágio, embora o teste de Kolmogorov-Smirnov indicasse a utilização de testes não-paramétricos, foram utilizados testes paramétricos, pois são indiferentes esses ou aqueles testes, em função do tamanho da amostra.

A aplicabilidade da análise fatorial foi verificada por meio do índice de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), com a utilização da rotação Varimax. Os valores entre 0,5 e 1,0 indicam que a análise fatorial é apropriada. Abaixo de 0,5 a análise fatorial é inadequada. Todas as variáveis que compõem os fatores foram submetidas à verificação da comunalidade que representa a quantidade de variância que uma variável compartilha com as outras variáveis analisadas. O processo Varimax minimiza o número de variáveis com altas cargas sobre um fator, facilitando a interpretabilidade desses fatores (MALHOTRA, 2001). As variáveis que apresentam comunalidade inferior a 0,5 são excluídas da análise fatorial.

Os fatores foram construídos a partir da média das variáveis que compõem cada fator. A confiabilidade dos fatores construídos foi avaliada pelo Alfa de Cronbach. De acordo com Malhotra (2001), esse coeficiente é uma medida de confiabilidade da consistência interna que representa a média da totalidade dos coeficientes em duas metades, resultando nas diferentes maneiras de dividir ao meio os itens da escala. O coeficiente igual ou menor que 0,6 indica confiabilidade insatisfatória da consistência interna.

As médias dos fatores entre os perfis de usuários foram comparadas pela análise de variância (ANOVA). Segundo Malhotra (2001), essa técnica estatística estuda as diferenças entre médias de duas ou mais populações. O teste de Bonferroni foi aplicado para verificar se a diferença é significativa entre os grupos ( $p < 0,05$ ). Esse teste, conforme Pimentel-Gomes (2009), é um aperfeiçoamento do teste t que pode ser usado para comparar médias.

No terceiro estágio da análise, a regressão linear foi utilizada para determinar quais são as características previsoras da categoria de análise em cada fator encontrado. Para escolha do

melhor método de regressão foi comparado o  $R^2$  do método de entrada forçada (ENTER), onde todos os previsores são forçados a entrar no modelo ao mesmo tempo, e a regressão por passos (método stepwise).

O  $R^2$  indica quanto da variabilidade do fator está sendo explicada pelas variáveis preditoras. O  $R^2$  ajustado indica quanto da variância do modelo é derivado da população de onde a amostra é retirada. É importante que os valores de  $R^2$  e  $R^2$  ajustado sejam próximos ou que tenham uma diferença pequena, pois o  $R^2$  ajustado é o quanto da variância populacional está sendo explicada por este modelo.

As variáveis dependentes, na regressão linear, consideradas nesta análise compõem-se dos fatores relacionados à percepção da *accountability* promovida pelo SIAFI (questões 8, 9 e 10). As variáveis preditoras independentes incluídas na categoria de análise foram os indicadores de percepção do usuário formados pelos seguintes grupos: caracterização do usuário (questões 13 a 20), usabilidade do sistema (questão 1) e conhecimento do sistema (questões 2, 4 e 6). A caracterização do usuário compõe-se de perfil do usuário, escolaridade, área de formação, órgão de lotação, tempo de serviço público, tempo de serviço público no cargo ou função atual e tempo que é usuário do SIAFI.

As variáveis categóricas relacionadas ao perfil, escolaridade, área de formação e órgão de lotação foram codificadas como variáveis Dummy (0 ou 1) para inclusão na análise de regressão como preditoras da variável dependente.

Para todos os fatores relacionados à percepção da *accountability* o  $R^2$  e o  $R^2$  ajustado, da regressão linear, apresentaram menores diferenças quando a regressão por passos (método stepwise) foi utilizada, ou seja, os modelos construídos por esse método apresentaram melhor ajuste do que o método ENTER.

Todas as medidas e estatísticas calculadas neste trabalho foram extraídas com o auxílio do *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 17.0 e do EXCEL® 2007.

### 3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Inicialmente, foram apresentadas as diversas conceituações teóricas de *accountability*, segundo as teorias. Além disso, a *accountability* foi evidenciada com base no agente de controle. Autores reconhecidos pelas citações em diversos trabalhos acadêmicos foram pesquisados nessa fase, para construção do referencial teórico.

O ordenamento jurídico brasileiro que contempla a previsão de *accountability* foi pesquisado, também. Vários dispositivos constitucionais e infraconstitucionais relacionados à *accountability* foram identificados na pesquisa.

O acesso à informação, a prestação de contas e as regras quanto à fiscalização de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial estão previstos na Constituição Federal.

Além disso, normas infraconstitucionais garantem à sociedade a transparência, o processo administrativo, a responsabilização na gestão fiscal, a participação popular, a audiência pública e a prestação de contas.

O SIAFI foi explorado sob o seu aspecto histórico, com o propósito de mostrar as razões de sua implantação. Adicionalmente, os objetivos e as vantagens do sistema foram identificados, bem como a forma em que ele é estruturado e os seus usuários.

Toda a abordagem do sistema foi realizada com base nas teorias e nas informações oficiais que estão disponíveis na *homepage* [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

O modelo de *accountability* foi construído com base em três constructos identificados no referencial teórico: transparência, prestação de contas e responsabilização.

Os constructos que indicam a dimensão da *accountability* foram categorizados e desses extraídos indicadores de análise. A partir desses indicadores, foi realizada pesquisa documental.

A fim de identificar a percepção do usuário do SIAFI quanto à *accountability* potencialmente proporcionada pelo sistema, foi aplicado questionário a esses usuários. A partir das respostas dos usuários foi identificado, por meio da aplicação de testes

estatísticos, que os usuários têm a percepção das funcionalidades do sistema que podem permitir a *accountability* da Administração Pública Federal.

A metodologia da investigação foi, portanto, norteada de acordo com as etapas a seguir:

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>
1ª	Pesquisa no referencial teórico das conceituações e características da <i>accountability</i> .
2ª	Identificação no ordenamento jurídico brasileiro da previsão de <i>accountability</i> .
3ª	Levantamento do histórico, dos objetivos e vantagens, da estrutura do SIAFI e de seus usuários, bem como a evidenciação da existência de mecanismos potenciais de <i>accountability</i> no sistema.
4ª	Definição do modelo de <i>accountability</i> baseado nos constructos: transparência, prestação de contas e responsabilização.
5ª	Construção metodológica, a partir da operacionalização dos constructos, da definição de critérios quanto à pesquisa documental e de campo e da indicação de suas delimitações.
6ª	Aplicação de questionário aos usuários do SIAFI, a fim de identificar a sua percepção quanto à <i>accountability</i> proporcionada pelo sistema.
7ª	Apresentação e análise dos resultados da pesquisa documental.
8ª	Apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo.
9ª	Conclusão das análises dos resultados das pesquisas: documental e de campo. Resposta ao problema da pesquisa.

Quadro 6 – Etapas da metodologia

### 3.4 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

A verificação da *accountability* do setor público federal foi delimitada ao ambiente do SIAFI, embora existissem outros sistemas estruturantes do Governo Federal que possuem mecanismos que podem contribuir para sua promoção. A motivação para este estudo foi identificar a *accountability* da Administração Pública Federal promovida por um sistema de controle contábil da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

O escopo da *accountability* ainda está em discussão na literatura, porém os constructos transparência, prestação de contas e responsabilização eleitos nesta pesquisa representam a dimensão abordada pelo referencial teórico.

O SIAFI possui diversos usuários com interesses peculiares. A divisão dos usuários em perfis foi metodológica em razão do objetivo desta investigação e não alcançou as especificidades, por ventura existente, do trabalho desenvolvido pelo usuário, que pode levar à diferença de percepção no mesmo perfil.

Na classificação dos agentes de controle, foram considerados somente os servidores do TCU e da CGU que exercem a função de controle e fiscalização, não contemplando outros órgãos que desempenham essa competência, tais como Congresso Nacional, Ministério



Público da União (MPU), Agências Reguladoras, Receita Federal do Brasil (RFB) e outros.

Quanto aos agentes de investigação, somente os Peritos Criminais Federais foram incluídos nessa categoria de usuários, embora existam outros profissionais com esse perfil, tais como Delegados de Polícia Federal e outros investigadores usuários do SIAFI. Por fim, o perfil operador do sistema exerce trabalhos diversificados que pode, naturalmente, acarretar percepções diferentes.

A seleção dos órgãos para participar seguiu o critério de amostragem por julgamento, por considerar os órgãos escolhidos representativos da população de interesse. Os usuários não foram selecionados e sim decidiram, por auto-seleção, participar da pesquisa, já que o convite foi feito a todos servidores de cada órgão selecionado.

Uma das limitações da auto-seleção é a de constituir uma amostra de respondentes que avaliam o sistema de forma muito negativa ou muito positiva. Assim sendo, foi realizado contato com os responsáveis dos órgãos participantes para explicar o objetivo e a importância da pesquisa, a fim de minimizar essa limitação.

Outra limitação desta pesquisa refere-se à possibilidade de a composição da amostra coletada não corresponder ao perfil da população de usuários do sistema. Dessa forma, o resultado da pesquisa de campo reflete a visão dos participantes da pesquisa e não permite inferências.

Todas essas limitações não implicam perda de qualidade desta investigação, mas abre margem para outras pesquisas.

## **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Neste capítulo, foi evidenciada, a partir do estudo das diversas funcionalidades do SIAFI e da percepção dos usuários, a contribuição desse sistema para a promoção da *accountability*, considerando o referencial teórico e a legislação brasileira.

A análise foi realizada com base nas dimensões da *accountability* identificadas no referencial teórico, na legislação e nas opções do SIAFI que contribuem para a consolidação dessas características, além da percepção dos usuários.

Os dados para análise foram coletados por meio de pesquisa documental, especificamente no SIAFI - Manual Web, <http://manualSIAFI.tesouro.fazenda.gov.br/>, e por meio da aplicação de questionário aos usuários.

### **4.1 PESQUISA DOCUMENTAL**

A operacionalização dos constructos, a partir do referencial teórico e das informações constantes na *homepage* da STN, ocorreu, por meio da investigação no SIAFI – Manual Web da existência de mecanismos de *accountability*.

O resultado apresentado pela busca no manual foi avaliado em relação à pertinência com a categoria analisada e frequência com que a palavra-chave aparece no texto. As macrofunções selecionadas foram catalogadas no Anexo 1 – Formulário de Coleta de Dados Documental.

#### **4.1.1 Transparência**

A análise da dimensão transparência da *accountability* foi realizada, a partir das subcategorias apresentadas no Quadro 3. Adicionalmente, ocorreu o exame das funcionalidades do SIAFI e a pesquisa da percepção de seus usuários, a fim de se identificar qual a contribuição do SIAFI para permitir:

- a) Acesso à informação pública;
- b) Divulgação de informações úteis aos interessados;
- c) Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento;
- d) Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma;
- e) Linguagem acessível ao público alvo;
- f) A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos;
- g) Informação tempestiva em tempo real; e
- h) Confiabilidade da informação.

#### *Acesso à informação pública*

Para ter acesso à informação diretamente no SIAFI é necessário solicitar, por escrito e em formulário próprio, devidamente autorizado pela chefia imediata do servidor e pelo titular da unidade administrativa, aos cadastradores responsáveis em cada ministério, órgão ou a própria STN. O acesso é restrito, mediante o uso de senhas, sendo que o controle de usuários é realizado com termos de responsabilidade.

O Sistema de Segurança, Navegação e Habilitação do SIAFI (Senha) permite o acesso ao sistema, com diferentes níveis baseado nas atribuições e competências de cada usuário. Assim sendo, a habilitação formal do usuário ocorre por meio do cadastramento de uma senha e a indicação de seus perfis e níveis de acesso. O perfil indica o que o usuário pode fazer no sistema em termos de execução e consulta, enquanto o nível indica a abrangência das consultas e inclusão de dados.

A cada mês um responsável em cada UG certifica se os usuários de sua unidade mantêm as atribuições e competências que justifica a manutenção de acesso ao sistema. Não havendo mais razão para a manutenção do cadastro do usuário no sistema, esse deverá ser excluído. Essa sistemática é conhecida como conformidade de operadores.

Dessa forma, o cidadão, que não tem atribuições e competências formais de uso do sistema, não tem acesso ao SIAFI. Contudo, para o exercício da *accountability* vertical, as informações produzidas no SIAFI são colocadas à disposição da Sociedade por meio de sites governamentais, tais como: [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br); [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br), [www.contaspublicas.gov.br](http://www.contaspublicas.gov.br), [www9.senado.gov.br/porta1/page/porta1/orcamento\\_senado/SigaBrasil](http://www9.senado.gov.br/porta1/page/porta1/orcamento_senado/SigaBrasil) e outros.

A STN, órgão gestor do SIAFI, procura atender às unidades da Administração Pública e ao cidadão comum, no tocante às suas demandas por informações específicas geradas pelo sistema. Com esse propósito, a STN desenvolveu, especialmente para o Portal SIAFI, algumas consultas que permitem a interação com o visitante sem a exigência de qualquer habilitação. Essas consultas estão disponíveis na *homepage* [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index\\_informacoes\\_SIAFI.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index_informacoes_SIAFI.asp).

Em atendimento ao art. 48 da LRF, a STN, divulga, também, a toda sociedade na *homepage* [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/relatorios\\_demonstrativos.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorios_demonstrativos.asp), a prestações de contas do chefe do Poder Executivo, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; bem como as versões simplificadas desses documentos.

No Portal da Transparência do Governo Federal, em função da alteração realizada na LRF pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, os dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do Governo Federal passaram a ser disponibilizados diariamente.

Em relação à página Contas Públicas administrada pelo TCU, conforme Lei nº 9.755/1988, todos os órgãos e entidades de todos os entes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, estão incumbidos de colocar em seus sites na Internet todos os dados da execução orçamentária e financeira, inclusive os instrumentos de contrato e relação de compras, em atendimento ao art. 1º da referida lei. Os endereços eletrônicos devem ser informados ao TCU em formulário próprio, a fim de possibilitar, a partir da página Contas Públicas, o acesso a essas informações.

Após o acesso ao referido site, em 22 de fevereiro de 2011, observou-se o descumprimento pela maioria dos órgãos do governo. Tal situação decorre da falta da dimensão responsabilização da *accountability*, pois a legislação dessa matéria não previu punições pelo seu descumprimento.

Outro instrumento de transparência do governo é o Siga Brasil desenvolvido pelo Senado Federal. Sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta.

*Divulgação de informações úteis aos interessados*

O SIAFI possui um plano de contas único para todo o Governo Federal que permite a extração de informações oficiais e gerenciais tanto da contabilidade comercial quanto da pública, pois, embora cada ramificação da contabilidade seja regida por leis distintas, Lei 6.404/76 e Lei 4.320/64, respectivamente, estão sujeitas aos mesmos princípios contábeis.

Para a produção de informações sobre o orçamento, foram criados controles no SIAFI, por meio das chamadas contas de compensação, para registrar os atos praticados em cada etapa da execução orçamentária, desde a autorização da Lei Orçamentária Anual até a execução final.

As contas de compensação são empregadas para todas as consultas ou demonstrações orçamentárias extraídas do SIAFI e para a elaboração do balanço orçamentário.

Para a produção das informações sobre os gastos do Estado e os recursos financeiros que os financiam, o plano de contas do Governo Federal prevê, ainda, os grupos de despesas e receitas, respectivamente.

O SIAFI permite a extração de todas as demonstrações contábeis previstas em lei, para atender aos diversos usuários, seja qual for o seu interesse na informação. Essas demonstrações representam instrumentos de análise e controle gerencial, para a tomada de decisão, demonstrando a situação econômico-financeira e patrimonial do exercício.

As demonstrações contábeis compõem-se de Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração das Disponibilidades Financeiras por Fonte de Recursos. Além desses relatórios, o SIAFI disponibiliza, também, o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a Lei nº 6.404/76.

Tais demonstrações são acompanhadas de notas explicativas que incluem as descrições dos valores mais significativos desses relatórios, indicando os critérios de avaliação do ativo e passivo e as políticas contábeis adotadas, a fim de assegurar um conjunto de informações que atendam aos interesses dos diversos usuários.

O resultado das operações relacionadas às origens e aplicações de recursos pelos órgãos da Administração Pública Federal Direta e Indireta é evidenciado nas demonstrações

contábeis, a fim de atender aos requisitos da fidedignidade, tempestividade, clareza e comparabilidade. Além disso, por meio dessas demonstrações, é possível o conhecimento dos valores dos bens, dos direitos e das obrigações dos agentes que arrecadam receitas, efetuam despesas, administram ou guardam os bens pertencentes à União.

*Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento*

No setor público, há informações que devem ser elaboradas e publicadas por força de lei, seja para a promoção da *accountability* vertical ou para a horizontal. Tais exigências, no Governo Federal, estão presentes na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000, intitulada de LRF.

O art. 101 da Lei nº 4.320/1964 determina as informações contábeis que devem ser publicadas pelo governo:

Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais [...] (BRASIL, 1964).

Para produzir informações confiáveis, o SIAFI foi concebido com a observância dos princípios e normas contábeis. Assim sendo, os demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/1964 foram estruturados no SIAFI, a partir do Balancete, para a geração dos relatórios exigidos. O Balancete é um demonstrativo contábil gerado no SIAFI para verificação da consistência dos saldos apresentados pelas contas.

O Balanço Orçamentário, previsto também no art. 52 da LRF, foi estruturado para evidenciar a integração entre o planejamento e a execução. A finalidade, pois, é mostrar o orçamento inicial, suas alterações, incorporação de superávit e suas reestimativas, para confronto individualizado com a execução da receita e da despesa.

O Balanço Financeiro, por sua vez, apresenta a movimentação de disponibilidades da UG no período a que se refere, evidenciando a arrecadação da receita orçamentária, o pagamento da despesa orçamentária, os recebimentos e os pagamentos extra-orçamentários, o saldo inicial e o final das disponibilidades.

As disponibilidades, os bens, os direitos, as obrigações, contingências, provisões e patrimônio líquido do Estado são evidenciados no Balanço Patrimonial. Já a Demonstração das Variações Patrimoniais indica o resultado patrimonial do exercício e evidencia as

alterações verificadas no patrimônio líquido da entidade, resultante ou independentes da execução orçamentária.

Com o passar do tempo as informações dos demonstrativos previstos na Lei 4.320, que é de 1964, passaram a ficar defasadas sob o ponto de vista gerencial. Assim, as informações mais demandadas e não previstas nessa lei foram inseridas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após a LRF, conceitos, como resultado fiscal do governo, chamado de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), Resultado Primário e Resultado Nominal, têm sido usados na linguagem cotidiana. A NFSP avalia o desempenho fiscal da Administração Pública no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, pois apura o montante de recursos que o setor público necessita captar junto ao mercado financeiro, além de suas receitas fiscais, para cobrir os seus dispêndios.

A publicação dos resultados primário e nominal é obrigatória. Essa imposição ampliou a credibilidade dos limites fixados nos acordos com os organismos internacionais. O Resultado Primário mede o valor, proveniente de suas receitas permanentes, que o setor público dispõe para pagar juros. Já o Resultado Nominal evidencia o montante de recursos que o setor público financiou para a realização de suas despesas orçamentárias, se o resultado for negativo, ou quanto economizou de suas receitas, se positivo.

Todos esses conceitos da LRF foram incorporados pela contabilidade no SIAFI, a fim de possibilitar a extração das informações exigidas. O art. 50 da lei ratifica as normas contábeis da área pública, fixa parâmetros e limites, bem como acrescenta conceitos econômicos. Nessa perspectiva, a seguir são destacadas as principais regras e reflexos na contabilidade:

- a) a disponibilidade de caixa é escriturada pela contabilidade em contas de controle por fonte de recursos, para sua identificação de forma individualizada, de modo a permitir ter o recurso na conta única e seu desdobramento em contas contábeis;
- b) as receitas orçamentárias são registradas, segundo o regime de caixa, e as despesas, segundo o de competência. Seja qual for o regime, a Contabilidade Pública produz essas informações, sendo o Balanço Financeiro, regime de caixa, e a Demonstração das Variações Patrimoniais, regime de competência;

- c) as demonstrações contábeis compreendem as transações e operações de cada UG do Governo Federal, de forma isolada ou conjunta, pois a arquitetura lógica do SIAFI separa diversos tipos de entidades por códigos específicos;
- d) as receitas e despesas previdenciárias são apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos, pois o SIAFI permite destacar essa informação de várias formas, conforme seja o entendimento: pelo código do órgão Ministério da Previdência, ou pelo controle da fonte de recursos previdenciários, ou pelo código da esfera orçamentária da seguridade social;
- e) as operações de crédito são separadas no plano de contas em internas e externas e identificado o credor, pelo CNPJ, no conta corrente da conta. Não havendo CNPJ, no caso dos empréstimos externos, a identificação do credor dá-se por um código no SIAFI iniciado com EX;
- f) a demonstração das variações patrimoniais dá destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos, pois a fonte de recursos no orçamento permite o controle individualizado na contabilidade.

A LRF, reforçando ainda mais a dimensão transparência da *accountability*, determina, no art. 52, a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, em cumprimento ao § 3º do art. 165 da Constituição, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) por todos os Poderes e o Ministério Público. Esse relatório é composto de balanço orçamentário, demonstrativos da execução de despesas e receitas, com detalhamentos diversos, receita corrente líquida, resultados nominal e primário, restos a pagar e outros.

Além desse relatório, a LRF impõe no art. 54 a publicação, ao fim de cada quadrimestre, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Esse relatório contém demonstrativos que evidenciam se os limites de despesas e comprometimentos foram observados pelo administrador público. No caso de inobservância dos limites, o relatório deve conter as medidas corretivas adotadas ou a adotar, independente das penalidades que poderão ser aplicadas ao gestor. No último quadrimestre, o gestor deve evidenciar no relatório se havia disponibilidade de caixa para a inscrição em Restos a Pagar.

O RREO e o RGF devem ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos criados pela STN e publicados com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico. No Poder Executivo Federal, os demonstrativos que compõem esses relatórios são elaborados



e publicados pela STN que os disponibilizam na *homepage* [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade\\_governamental/relatorios\\_demonstrativos.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/relatorios_demonstrativos.asp).

#### *Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma*

Para permitir maior racionalização e uniformização de procedimentos, os documentos de execução orçamentária e financeira do Governo Federal são padronizados no SIAFI.

Com o avanço dos mecanismos de registros, principalmente com a implantação do SIAFI, resgata-se a importância da informação, independentemente da forma em que o registro é efetivado.

O SIAFI é um sistema de informações centralizado em Brasília e ligado por teleprocessamento aos órgãos do Governo Federal existentes no país e no exterior. Assim sendo, a centralização permite a padronização dos métodos e rotinas de trabalho sem, entretanto, criar qualquer restrição ou rigidez à gestão dos recursos, que permanece sob o total controle do ordenador de despesa de cada UG.

Cabe, ainda, ressaltar que a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional não indica perda de individualização das disponibilidades, uma vez que cada UG trabalha com limites financeiros previamente definidos, que são movimentados pelos respectivos ordenadores de despesa, na forma prevista em lei.

#### *Linguagem acessível ao público alvo*

O SIAFI possui manual à disposição de toda a sociedade na *homepage* <http://manualSIAFI.tesouro.fazenda.gov.br/> que explicada, em detalhes, os termos técnicos utilizados e o funcionamento do sistema.

Entretanto, as informações processadas no ambiente do SIAFI utilizam linguagem orçamentária e contábil e, que, portanto, carece de interpretação e simplificação pelos órgãos do governo responsáveis pela publicação para a sociedade, a fim de se ter a efetiva promoção da *accountability* vertical.

A verificação do cumprimento dos requisitos legais por parte dos agentes de controle e investigação da *accountability* horizontal os obriga a entender e interpretar as informações orçamentárias, financeiras e contábeis processadas no SIAFI.

### *A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos*

O SIAFI evidencia todos os atos de gestão registrados no sistema, independentes desses atos estarem ou não corretos ou forem julgados positivos ou negativos pela sociedade ou pelos órgãos de controle.

Quanto aos aspectos contábeis e de gestão, o sistema possui o mecanismo da conformidade, tratado na subcategoria *Confiabilidade da informação* a seguir. As conformidades certificam e publicam no SIAFI se a gestão e as técnicas contábeis aplicadas estão ou não com alguma restrição.

O SIAFI possui, ainda, auditores automáticos que evidenciam possíveis inconsistências nas informações. Esses auditores estão em permanente processo de aperfeiçoamento com vista à sua expansão pela inclusão de novas situações e adequação às novas contas e rotinas de contabilização.

### *Informação tempestiva em tempo real*

A busca da informação no próprio ato praticado exige que o gestor execute todas as fases da despesa pública, empenho, liquidação e pagamento, diretamente no SIAFI de forma *on line*, a fim de que a informação seja automática, rápida e correta.

Assim, o registro no SIAFI, por ser realizado por quem paga e não ser feito necessariamente por contabilistas, é realizado com o auxílio da Tabela de Eventos que permite automatizar a contabilidade no próprio ato do pagamento. Essa sistemática proporciona rapidez na geração da informação, já que o registro contábil é inserido no próprio documento do sistema, evitando-se o lançamento futuro desse documento pela contabilidade.

A Tabela de Eventos indica uma ação administrativa e reflete as partidas contábeis, como uma lógica interna do sistema, que proporciona a automação contábil a partir do fato financeiro e automatiza os demais registros nos sistemas orçamentário, patrimonial e de compensação.

Com essa lógica, a informação estruturada no balancete e nos balanços ocorre automaticamente junto com a prática do próprio ato. Além disso, a Conta Única do Tesouro Nacional possibilita assertividade da informação e sua disponibilidade *on line* de

forma instantânea, concretizando o objetivo da contabilidade de oferecer informações confiáveis e tempestivas.

### *Confiabilidade da informação*

A confiabilidade no SIAFI é garantida pela utilização da contabilidade como base das informações e pela utilização do sistema bancário com a Conta Única do Tesouro Nacional.

O SIAFI permite buscar o dado na origem, onde é praticado, e estabelece controles operacionais para evitar que seja produzido um dado errado. Na concepção do sistema, não há pagamento sem registro prévio na contabilidade e, nessa perspectiva, o registro só pode ser efetuado com todos os dados corretos necessários ao lançamento.

Adicionalmente, a Tabela de Eventos do SIAFI, além de automatizar os registros contábeis, impede a produção de documentos no sistema, caso os dados estejam incorretos ou insuficientes.

O sistema criou a figura do mês aberto que permite apurar balancete e balanços diários, a fim de que sejam realizadas análises e correções antes do fechamento do mês.

O documento inserido no sistema com incorreções somente será retificado, por meio da emissão de um novo documento que anule os efeitos do erro cometido, a fim de se preservar o princípio da inalterabilidade de registros. Dessa forma, fica assegurada a integridade e fidedignidade dos dados, pois a imutabilidade dos documentos permite que sejam acompanhadas todas as modificações nos dados do sistema.

Outro mecanismo orientado no SIAFI para a preservação da confiabilidade da informação são as conformidades que permitem às UG identificar responsáveis pelos atos que praticam e garantir a fidedignidade das operações realizadas no sistema. A IN/STN nº 6/2007 prevê dois tipos de conformidades: conformidade dos registros de gestão e conformidade contábil (BRASIL, 2007).

A primeira consiste na certificação, por servidor designado e credenciado no SIAFI para este fim, dos registros no sistema dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial, a fim de se verificar se foram observadas as normas vigentes, e da existência de documentos hábeis que comprovem as operações.

A conformidade contábil, por sua vez, consiste na certificação, por profissional habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, designado e credenciado no SIAFI para este fim, das informações geradas pelo sistema nos demonstrativos contábeis, decorrentes dos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O fundamento para o registro da conformidade contábil são os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, a tabela de eventos, o plano de contas da União e a conformidade dos registros de gestão. Em observância ao princípio da segregação de função, essas conformidades não podem ser registradas por operadores que emitem documentos no sistema.

No processo de análise pelos conformistas da UG, o SIAFI evidencia inconsistências por meio dos chamados auditores automáticos. Esses possibilitam a consulta das inconsistências contábeis geradas de forma automática, por meio do SIAFI, evidenciando, inclusive, o documento que deu origem ao problema.

#### **4.1.2 Prestação de contas**

A prestação de contas da *accountability* foi analisada, a partir das subcategorias apresentadas no Quadro 4. O estudo das funções do SIAFI e da percepção de seus usuários foi realizado, com o fito de se avaliar qual a contribuição do SIAFI para permitir:

- a) Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de contas dos agentes públicos;
- b) Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU);
- c) Controle dos gastos públicos; e
- d) Fiscalização das ações do agente público.

*Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de contas dos agentes públicos*

No Poder Executivo Federal, o processo de contas dos agentes públicos é avaliado, preliminarmente, pela CGU, com a apresentação de relatórios gerenciais e balanços das

UG. Assim, os atos praticados pelos administradores públicos são avaliados pela CGU quanto à eficiência, eficácia e legalidade (BRASIL, 2010b). Após a avaliação, o processo de contas é encaminhado ao TCU para julgamento das contas.

O agente público responsável pela apresentação do processo de contas é toda a pessoa física que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos da União e das Entidades da Administração Indireta ou pelos quais esta responda, ou que, em nome destas, assuma obrigação de natureza pecuniária, e, ainda, o gestor de quaisquer recursos repassados pela União, mediante Convênio, Acordo, Ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal, a Município, a Entidades Públicas ou Organizações Particulares.

Dessa forma, para avaliação dos órgãos do sistema de controle interno e externo, os processos de contas anuais são apresentados por meio de relatórios gerenciais das UG e de demonstrativos contábeis exigidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela LRF.

Nesse aspecto, o SIAFI, como sistema contábil oficial do Governo Federal, gera todos os demonstrativos contábeis.

*Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU)*

As contas do Presidente da República, denominadas Balanço Geral da União (BGU), têm por objetivo evidenciar os resultados dos programas de governo e publicar os balanços exigidos na Lei nº 4.320/1964. O TCU analisa as contas e envia ao Congresso Nacional para aprovação ou não.

A organização do BGU compõe-se das seguintes peças:

- a) relatório das atividades do governo, demonstrando as ações realizadas e a situação da economia do país no exercício anterior;
- b) balanços da Administração Direta e demonstrações da execução do orçamento fiscal e da seguridade social, conforme a Lei nº 4.320/64, a LRF e a LOA;
- c) balanços Financeiro e Patrimonial das entidades do Governo Federal, individualmente, exceto as empresas estatais que não dependem do orçamento; e

- d) balanços e demonstrações orçamentárias das empresas estatais as quais não dependem do orçamento fiscal, mas que integram o orçamento de investimento das estatais, também, de forma individual.

Cabe destacar que a STN é o órgão encarregado de extrair do SIAFI todas as informações que compõem o BGU, relativas aos balanços e demonstrações do orçamento fiscal e da seguridade social. Nessa perspectiva, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN) é responsável pela Conformidade do BGU, tendo como contabilista responsável o Coordenador-Geral de Contabilidade da União.

Para a conformidade contábil do BGU, os órgãos do Governo Federal devem tomar providências tempestivas durante todo exercício e especialmente no encerramento, a fim de não apresentar situações de restrição na referida conformidade. Cabe ressaltar que as restrições de cada órgão são encaminhadas ao TCU no fim do exercício para as providências pertinentes.

Com o propósito de fortalecer a *accountability* vertical, a LRF prevê, no art. 49, que, durante todo o exercício, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo devem ficar à disposição dos cidadãos e das instituições da sociedade para consulta e apreciação no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração.

Ressalta-se, ainda, que a elaboração do BGU foi facilitada, a partir do plano de contas, pois esse instrumento, que é a base de estruturação lógica do SIAFI, padronizou o nível de informações do Governo Federal, para auxiliar o processo de tomada de decisão e a prestação de contas em todos os níveis do governo.

#### *Controle dos gastos públicos e fiscalização das ações do agente público*

Com a criação da Conta Única do Tesouro Nacional, o registro dos fatos contábeis ocorre obrigatoriamente antes do pagamento ou de forma simultânea. Com isso, o SIAFI faz o papel do banco na prática e, por conter o dado analítico e original, é considerado a fonte da informação contábil e orçamentária que alimenta a prestação de contas do gestor público.

O SIAFI possibilita controle, fiscalização e monitoramento das ações relativas à utilização dos recursos públicos pelos gestores públicos, na *accountability* horizontal, em função do nível de acesso dos agentes de controle e investigação que favorece o acesso amplo a todos os dados, analíticos ou sintéticos, das transações realizadas no sistema em qualquer UG.

As consultas no sistema evidenciam os valores do dia e do dia anterior que são consolidados em balancete e balanços. Os valores do dia anterior são consolidados à noite, no período em que o sistema é indisponível para os usuários, a fim de não comprometer o desempenho do SIAFI durante a sua utilização.

Para o acompanhamento das ações dos gestores públicos, os agentes de controle e investigação têm à disposição as seguintes consultas:

- a) documento: o sistema permite consulta direta ao documento gerado pelo usuário e de seus reflexos na contabilidade;
- b) diário: o diário é um livro contábil eletrônico que permite a consulta de todas as transações registradas, bem com os seus documentos gerados no dia;
- c) razão: refere-se, também, a um livro contábil eletrônico que possibilita a consulta do extrato de uma conta do plano de contas que sofreu registro. Nesse sentido, é possível, por exemplo, verificar todos os pagamentos efetuados em favor de um determinado fornecedor;
- d) balancete: trata-se de um demonstrativo contábil que mostra todas as contas movimentadas de uma UG até o dia anterior, possibilitando o envio desse demonstrativo para o e-mail do usuário;
- e) balanços: compõem-se de relatórios contábeis exigidos por lei, tais como balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstração das variações patrimoniais e outros. Evidenciam os valores movimentados até o dia anterior e permite o envio das demonstrações contábeis para o e-mail do usuário;
- f) plano de contas: contém todas as contas do Governo Federal, indicando a função e a técnica de funcionamento de cada conta;
- g) eventos: tabela que mostra as ações administrativas que ocorrem no Governo Federal. Os eventos automatizam os registros contábeis no SIAFI, a partir da informação desses no documento emitido pelo usuário; e
- h) credor: base de dados no SIAFI que contém o cadastro de todos os credores da União.

Além das consultas mencionadas anteriormente, há várias outras que estão explicitadas no SIAFI – Manual Web, *homepage* <http://manualSIAFI.tesouro.fazenda.gov.br/>. Cabe destacar que todas as consultas oferecem várias opções para a obtenção da informação desejada.

Outra possibilidade de monitoramento é o fluxo de caixa da UG, por meio de um subsistema do SIAFI denominado Contas a Pagar e a Receber (CPR). Esse subsistema, implantado em 2004, após 17 anos de existência do SIAFI, aperfeiçoa o processo de programação financeira dos órgãos e entidades que recebem recursos do Tesouro Nacional, propiciando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa do Governo Federal.

O CPR permite a programação dos pagamentos e recebimentos automáticos da UG. Além disso, o fluxo de caixa e os compromissos podem ser consultados por diversos critérios, subsidiando o controle das previsões de pagamento e recebimento, bem como de sua execução financeira.

Para os pagamentos, o registro no CPR deve ser realizado no momento em que a UG recebe o bem ou o serviço contratado, configurando, pois, o estágio da liquidação da despesa pública. Quanto aos recebimentos, o CPR permite o registro da receita no momento da fatura para as empresas públicas regidas pelas normas da contabilidade comercial.

Dessa forma, a implantação do CPR promove as seguintes vantagens:

- a) conhecimento detalhado dos documentos dos credores, tais como contratos, notas fiscais, recibos e outros, por fazerem parte da base de dados do SIAFI;
- b) contabilização automática dos documentos inseridos no sistema;
- c) emissão automática de ordens bancárias e de documentos de arrecadação de tributos na data programada;
- d) otimização, a partir das datas de vencimento dos compromissos, da programação financeira da UG;
- e) vinculação de todos os documentos emitidos de um determinado compromisso, permitindo mais controle e possibilidade de rastreamento.

As transferências de recursos da União para os entes da Federação também são passíveis de fiscalização e monitoramento, no SIAFI, pelo Módulo de Cadastro Único de Convenientes (CAUC). Esse módulo demonstra os Estados e Municípios que cumprem com as exigências da LRF, para o recebimento de recursos voluntários do Governo Federal.



Para evitar fraudes na manipulação dos dados, o CAUC atualiza, automaticamente, por meio da comunicação de outros sistemas com o SIAFI, a maioria dos itens exigidos dos Estados e Municípios para receberem os recursos da União. Para tanto, o CAUC permite a verificação dos seguintes itens:

- a) regularidade quanto à obrigação de arrecadação de tributos, conforme art. 11 da LRF;
- b) observância dos arts. 33 e 35 da LRF quanto a operações de crédito que envolva ente da Federação;
- c) publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e comprovação de cumprimento dos critérios definidos no art. 55 da LRF;
- d) encaminhamento à União das Contas Anuais, conforme art. 51 da LRF;
- e) publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), conforme art. 52 da LRF;
- f) regularidade quanto ao cumprimento das aplicações constitucionais relativas à Saúde, conforme Emenda Constitucional nº 29/2000;
- g) regularidade quanto ao cumprimento das aplicações constitucionais relativas à Educação, conforme art. 212 da Constituição Federal;
- h) comprovação relativa ao pagamento de empréstimos e financiamentos ao ente transferidor;
- i) comprovação relativa ao Cadastro de Informações dos Créditos Não Quitados do Setor Público (CADIN);
- j) comprovação relativa ao pagamento de tributos e contribuições federais e quanto à dívida ativa da União;
- k) comprovação relativa à prestação de contas de convênio;
- l) Certificado de Regularidade Fiscal (CRF) junto ao FGTS; e
- m) Certidão Negativa de Débitos (CND) junto ao Regime Geral de Previdência.

Castro (2010) menciona que a LRF proíbe a destinação diferente dos recursos já vinculados na fase da arrecadação e que a lei impôs à contabilidade o registro no SIAFI dessa fase em contas correntes específicas para controle de cada fonte da Conta Única do Tesouro Nacional, criada em 12 de setembro de 1988. Nessa perspectiva, a destinação diferente daquela constante no controle por fonte é identificada no SIAFI.

Outra possibilidade de rastreamento no sistema é quanto aos convênios firmados pela União nos quais esteja envolvida, como concedente ou conveniente, pelo menos uma UG

do SIAFI. Cada convênio é cadastrado no SIAFI e recebe um número. A fonte de recursos é o elo entre as receitas de convênios com as despesas a elas vinculadas. Embora os recursos estejam na conta única, o extrato de convênio é obtido da contabilidade no SIAFI, por fonte de recurso.

A fonte de recursos do convênio em contas contábeis específicas propicia o conhecimento do valor recebido, empenhado, liquidado e pago, no controle orçamentário. O controle financeiro evidencia, semelhantemente a um extrato bancário, os valores recebidos, pagos e os saldos financeiros. Já o controle contábil mostra os estágios administrativos da liberação do convênio tais como: valor firmado, a liberar, a comprovar, a aprovar, aprovado, homologado e impugnado.

#### **4.1.3 Responsabilização**

A dimensão responsabilização foi avaliada, a partir das subcategorias apresentadas no Quadro 5. A análise das opções do SIAFI e da percepção de seus usuários foi realizada, com o propósito de se mensurar qual a contribuição do SIAFI para permitir:

- a) Identificação do agente público responsável pela ação administrativa;
- b) Verificação das regras estabelecidas na LRF; e
- c) Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público.

##### *Identificação do agente público responsável pela ação administrativa*

A segurança do SIAFI é tratada, por meio da responsabilização dos usuários, pela identificação de uso do sistema e das transações por ele executadas. Nessa perspectiva, o usuário responde integralmente pelo uso do sistema com utilização de sua senha e obriga-se ao cumprimento dos requisitos de segurança estabelecidos, submetendo-se às sanções penais ou administrativas cabíveis em decorrência do uso indevido.

O SIAFI, portanto, monitora todas as ações executadas no sistema pelo usuário que, ao acessá-lo, têm, automaticamente registrados, o seu CPF, a UG, a data, a hora e o terminal de acesso. Ações de inclusão ou modificação de documentos, bem como de simples consulta, são registradas pelo SIAFI.

Outra forma de se identificar os agentes públicos, independente de sua execução direta no sistema, é o cadastro de agente responsável do SIAFI denominado rol de responsáveis. Nesse cadastro, consta todo e qualquer agente que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Na execução da despesa pública, a autoridade administrativa que responde por todas as ações praticadas no âmbito de sua UG, inclusive perante o TCU, é chamada de Ordenador de Despesa. Esse agente é toda e qualquer autoridade que de seus atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos da União ou pela qual esta responda, conforme art. 80, § 1º do Decreto-Lei nº 200/1967 (BRASIL, 1967).

#### *Verificação das regras estabelecidas na LRF*

A LRF, conforme já mencionado nesta pesquisa, estabelece limites de execução de despesa e de comprometimento. Para verificação desses limites e de outras regras previstas, exige que os Poderes e o Ministério Público publiquem o RGF e RREO.

No âmbito federal, todas as informações contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial que compõem os relatórios são extraídas do SIAFI. Os relatórios exigidos pela LRF, considerando que visam, de maneira geral, demonstrar o cumprimento ou não das regras estabelecidas, além de terem no SIAFI a fonte para sua elaboração, podem, a partir do sistema, ter os dados validados.

#### *Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público*

Toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial é registrada obrigatoriamente no SIAFI. Esse procedimento permite que qualquer impropriedade dessa natureza cometida pelo agente público possa ser rastreada no sistema pelos agentes de controle e investigação.

Para garantir a fidedignidade das transações registradas, o SIAFI dispõe de instrumentos de conformidade, já mencionados no corpo desta pesquisa. Quando forem identificadas impropriedades nos atos de gestão, seja pela falta de documentos ou por documentos inidôneos ou pela identificação de registros não autorizados, o responsável pela conformidade dos registros de gestão evidencia a restrição no SIAFI, lançando em campo próprio, como forma de publicar as inconsistências identificadas.

As impropriedades contábeis identificadas pelos contabilistas das UG e não regularizadas no mês são registradas no SIAFI, em campo próprio, a fim de mostrar as inconsistências apontadas. Tal registro é chamado de conformidade contábil com restrição. A não regularização das impropriedades até o fechamento do exercício financeiro é objeto de citação no processo de contas anual do gestor, para apuração de responsabilidade.

Os instrumentos de conformidade, além de tornarem visíveis as impropriedades, orientam a regularização que deve ser realizada pelos gestores de cada UG, responsáveis pelas autorizações e pelos registros no SIAFI.

Outro instrumento do SIAFI que aponta as impropriedades cometidas pelos gestores de cada UG são os chamados auditores automáticos. Há, no sistema, dois tipos de auditores contábeis: consulta contas a regularizar e consulta inconsistências - outros. O primeiro permite consultar as inconsistências contábeis geradas de forma automática, a partir de equações contábeis do SIAFI que visam verificar a consistência das informações, demonstrando-as por UG e outros critérios de pesquisa. O documento que acarretou a impropriedade, se houver, pode ser verificado, a partir desse instrumento do sistema.

Já o segundo auditor contábil, possibilita consultar as inconsistências geradas automaticamente pelo SIAFI, referentes às contas contábeis em nível de escrituração intituladas "Outras" ou "Outros" que apresentem saldos acima dos percentuais limitados pela CCONT/STN em relação ao grupo de conta. Esse auditor visa assegurar a qualidade da informação, por meio da limitação do uso de expressões genéricas e pouco informativas, tais como outras receitas, outras despesas, outros bens etc.

## 4.2 PESQUISA DE CAMPO

A operacionalização dos constructos na pesquisa de campo, a partir do referencial teórico e da pesquisa documental, ocorreu, por meio da identificação da percepção do usuário quanto à contribuição do SIAFI na promoção potencial da *accountability* da Administração Pública Federal, com a aplicação de questionário, via internet.

A *homepage* [https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/Estatisticas/index\\_estatistica\\_uso\\_info\\_usu.asp](https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/Estatisticas/index_estatistica_uso_info_usu.asp) da STN indica, em estatística de uso do SIAFI, que o sistema em 2011 possui

69.093 usuários. Participaram da pesquisa 0,4% dos usuários do SIAFI, num total de 287, distribuídos nos perfis conforme tabela a seguir:

Perfis	Respondentes	
	N	%
Gestor do Sistema (STN)	17	5,9
Agentes de Controle (CGU e TCU)	59	20,5
Agente de Investigação (PCF/DPF)	20	7,0
Operador do Sistema	191	66,6
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>100,0</b>

Tabela 1 – Respondente segundo o perfil do usuário

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

O maior grupo de participantes da amostra, com 61,3%, é formado por profissionais da área de Contabilidade e de Administração. Do público pesquisado, 83,3% são graduados ou pós-graduados, conforme evidenciado no Anexo 5.1.

Os respondentes, conforme Anexo 5.2, apresentam entre seis meses e quarenta anos de serviço público, sendo os agentes de controle o grupo com maior tempo médio de serviço público. Já o tempo de serviço público no cargo atual variou de três meses a trinta e cinco anos e meio. Os agentes de controle novamente apresentam maior tempo médio de serviço público no cargo ou função atual.

O tempo médio de uso do SIAFI variou de um mês a trinta e cinco anos e meio, sendo que os agentes de controle têm, em média, maior tempo de uso do sistema que os outros grupos.

Em relação ao tempo de serviço público, o teste de Kruskal-Wallis indicou que não há diferença significativa no tempo entre os perfis de usuário ( $p=0,282$ ). Os resultados das figuras 3 a 5 abaixo foram expressos em medianas, quartis superiores (3º) e inferiores (1º), e valores máximos e mínimos, em cada perfil de usuário.

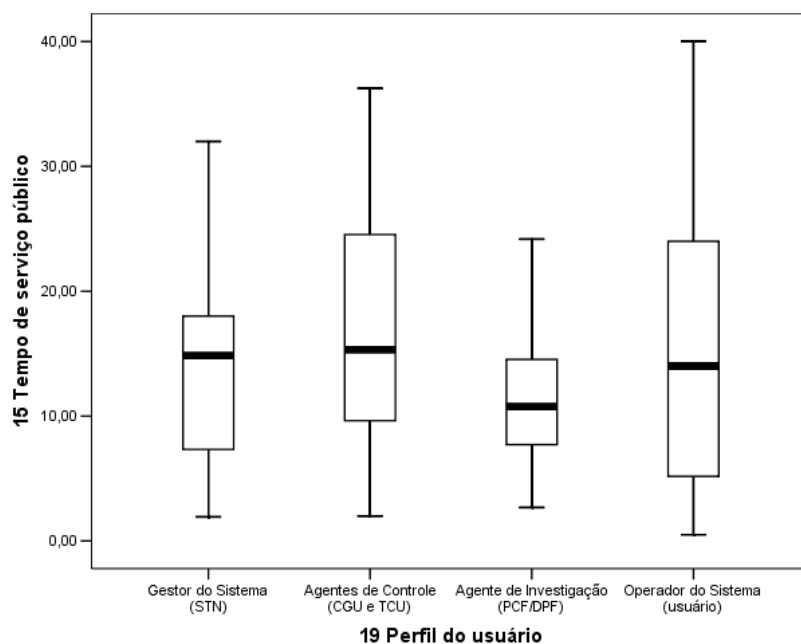


Figura 3 – Avaliação do tempo de serviço público de 287 usuários divididos em 4 perfis.  
Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Quanto ao tempo de serviço público no cargo ou função atual, o teste de Kruskal-Wallis evidenciou, novamente, que não houve diferença significativa entre os perfis de usuário ( $p=0,199$ ).

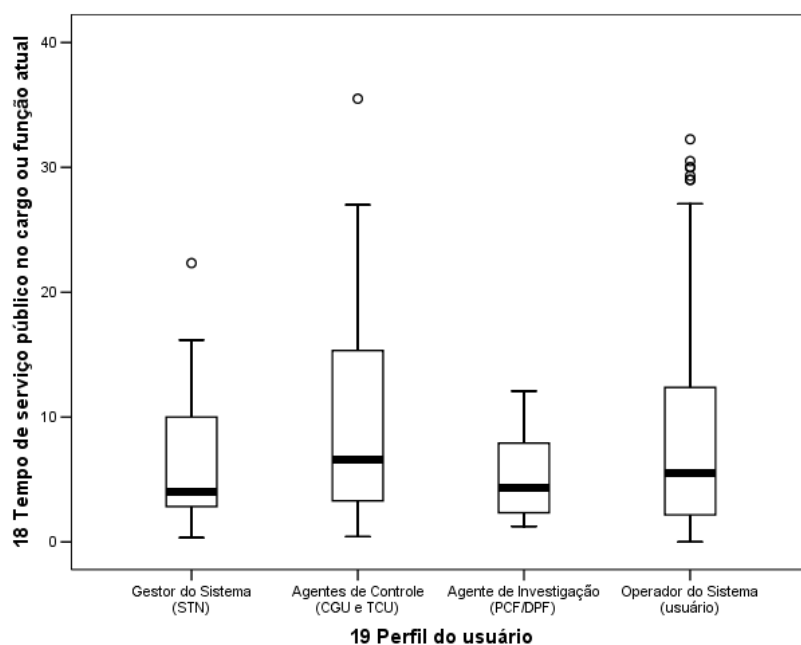


Figura 4 – Avaliação do tempo de serviço público no cargo ou função atual de 287 usuários divididos em 4 perfis.  
Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

No tempo de uso do SIAFI, contudo, o teste de Kruskal-Wallis demonstrou que os agentes de controle têm maior tempo estatisticamente significativo que os outros perfis de usuários ( $p=0,001$ ).

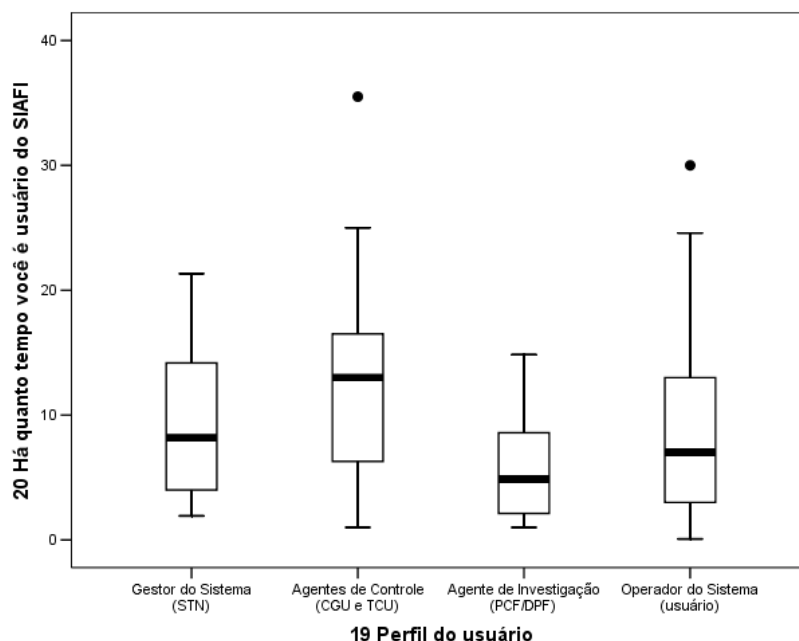


Figura 5 – Avaliação do tempo de uso do SIAFI de 287 usuários divididos em 4 perfis.  
Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

As figuras 3 a 5, embora evidenciem maiores tempos para os agentes de controle, o teste de Kruskal-Wallis revelou que essas diferenças são estatisticamente significativas somente em relação ao tempo de uso do SIAFI. Essa diferença, contudo, não indica necessariamente mais experiência dos agentes de controle, pois depende da quantidade de funcionalidades utilizadas e da frequência que as utilizam.

#### 4.2.1 *Modelo de mensuração: indicadores de percepção do usuário*

Os indicadores de percepção do usuário são formados pelos seguintes grupos: caracterização do usuário (questões 13 a 20), usabilidade do sistema (questão 1) e conhecimento do sistema (questões 2, 4 e 6). Nesta seção, foi realizada a análise descritiva e fatorial da usabilidade e do conhecimento do sistema, a fim de verificar o quanto que tais variáveis são determinantes para a percepção do usuário em relação à *accountability* potencialmente promovida pelo SIAFI.

### *Avaliação de usabilidade do SIAFI*

Na análise descritiva de cada variável, primeiro estágio, o resultado evidenciado no Anexo 5.3 indica que a opinião dos agentes de controle diverge significativamente dos gestores e operadores do sistema em relação à facilidade de acesso do SIAFI. Os gestores do sistema e os operadores, em média, concordam em parte que o sistema é de fácil acesso, enquanto os agentes de controle discordam em parte. A percepção dos agentes de controle também é mais crítica do que a opinião dos operadores em relação ao horário de funcionamento do sistema para o atendimento das necessidades do trabalho e as falhas que o sistema apresenta.

Os agentes de controle são mais críticos que os gestores e os operadores do sistema em relação à facilidade de operação do sistema. Já os agentes de investigação são mais críticos que os operadores.

Os gestores e os agentes de controle são mais críticos que os operadores do sistema com relação à avaliação dos relatórios estruturados do sistema quanto ao atendimento das necessidades do trabalho.

Quanto à construção de relatórios no sistema, os agentes de controle são mais críticos que os gestores e os operadores do sistema enquanto que os agentes de investigação são mais críticos que os operadores.

A opinião dos agentes de controle diverge significativamente dos operadores do sistema em relação à possibilidade de obter respostas às dúvidas no SIAFI – Manual Web e na ajuda on-line, pois a visão desses agentes é mais crítica.

Em todas as questões que avaliam a usabilidade do sistema e que apresentam diferença significativa nas respostas, os agentes de controle avaliam de forma mais negativa o SIAFI, em relação aos demais perfis de usuários.

No segundo estágio, para aplicação da análise fatorial das variáveis que compõem a avaliação de usabilidade do SIAFI, as respostas das questões 1.4 e 1.6 foram invertidas por apresentarem sentido diferente das outras questões relacionadas à usabilidade do sistema. Nesse contexto, essas questões foram reformuladas no agrupamento dos fatores, para se adequarem aos ajustes das respostas.



Inicialmente, a análise fatorial das variáveis que compõem a avaliação de usabilidade do SIAFI apresentou KMO de 0,773, mas a questão 1.10 evidenciou comunalidade igual a 0,426, sendo excluída da análise. Sem essa questão na nova análise fatorial, o KMO apresentou o resultado 0,788 e gerou quatro fatores.

FATORES	VARIÁVEIS	CARGA	ALFA
<b>F1 - Uso da Ajuda e Relatórios do Sistema</b>	A ajuda on-line do sistema responde às minhas dúvidas no momento de sua utilização.	0,830	0,772
	O SIAFI – Manual Web responde à maioria de minhas dúvidas.	0,788	
	É fácil construir relatórios no SIAFI.	0,678	
	Os relatórios estruturados atendem às necessidades do meu trabalho.	0,654	
<b>F2 - Funcionamento e Facilidade de Acesso e Operação</b>	O horário de funcionamento atende às necessidades de meu trabalho.	0,803	0,683
	O SIAFI é de fácil acesso.	0,682	
	O sistema é de fácil operação.	0,522	
<b>F3 - Não Necessita de Curso de SIAFI e de Contabilidade Pública</b>	Não é necessária a realização de curso para um iniciante operar o sistema.	0,697	0,261
	Não é necessário ter conhecimento de Contabilidade Pública para operá-lo.	0,687	
<b>F4 - Falhas do Sistema</b>	Apresenta falhas com frequência.	0,776	0,348
	As falhas porventura apresentadas não são sanadas em tempo hábil.	0,664	

Quadro 7 – Fatores da avaliação de usabilidade do SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Os valores calculados do Alfa de Cronbach para os fatores da avaliação de usabilidade do sistema indicam confiabilidade forte para o primeiro e segundo fatores, conforme demonstrado no quadro anterior. O resultado, porém, indica confiabilidade fraca para o terceiro e quarto fatores.

O teste de Bonferroni comprova que nos fatores 1 e 2 analisados, a diferença é significativa entre os grupos ( $p < 0,05$ ), conforme Anexo 5.10.

Esse teste comprova, no fator 1 (uso da ajuda e relatórios do sistema), que os operadores do SIAFI avaliam mais positivamente essas opções que os agentes de controle.

A análise do fator 2 (funcionamento e facilidade de acesso e operação do SIAFI) indica, pelas respostas obtidas dos pesquisados, que os operadores do sistema concordam mais que os agentes de controle e investigação que o horário de funcionamento atende às necessidades do trabalho e que o sistema é de fácil acesso e operação.

Os fatores 3 (não necessita de curso de SIAFI e de Contabilidade Pública) e 4 (falhas do sistema) não apresentam diferença significativa entre os perfis de usuários em relação à usabilidade do sistema. Os usuários, em média, discordam em parte de que não é necessária a realização de curso para um iniciante e nem ter conhecimento de Contabilidade Pública para operar o sistema. Quanto às falhas do sistema, os usuários, em

média, concordam em parte que o sistema apresenta falhas com frequência e que não são sanadas em tempo hábil.

#### *Grau de conhecimento das funcionalidades do SIAFI*

Na análise descritiva, primeiro estágio desta avaliação, quanto ao grau de conhecimento do sistema, nas questões relacionadas às funcionalidades que promovem transparência, prestação de contas e responsabilização os resultados estão evidenciados nos Anexos 5.4 a 5.6.

Quanto às funcionalidades do sistema que promovem transparência, os operadores do sistema têm mais conhecimento da transação regconfop (Registra Conformidade de Operador) que os agentes de controle. Essa transação tem por objetivo, a cada mês, certificar se os usuários de sua UG mantêm as atribuições e competências que justifica a manutenção de acesso ao sistema.

Os gestores têm mais conhecimento da transação conconta que os outros três grupos, enquanto os operadores são os que demonstram menos conhecimento. Essa funcionalidade dá acesso a todas as contas contábeis do Governo Federal, indicando a função e a técnica de funcionamento de cada conta.

O módulo Demonstra é mais conhecido pelos gestores e operadores do sistema e menos conhecido pelos agentes de controle e investigação. Sob a ótica da prestação de contas e da responsabilização, os gestores do sistema evidenciam mais conhecimento desse módulo do que todos os outros usuários. Essa é uma funcionalidade do sistema que evidencia os relatórios contábeis do governo previstos em lei.

Os gestores e operadores do sistema demonstram, ainda, mais conhecimento do que os agentes de controle no subsistema Documento, no módulo Contábil e nas transações concontir, conincons e conevento. Os operadores do sistema têm mais conhecimento da transação concontir do que os agentes de investigação. Quanto à transação conincons os gestores conhecem mais que os agentes de investigação. A transação conevento é mais conhecida pelos gestores e operadores do sistema do que pelos demais usuários. Essa transação sob a dimensão prestação de contas é mais conhecida pelo gestor.

O subsistema Documento contém funcionalidades que possibilitam a emissão e consulta de documentos de execução orçamentária, financeira e patrimonial. No módulo contábil, é

realizada a conformidade contábil que consiste na certificação, por profissional habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, das informações geradas pelo sistema nos demonstrativos contábeis.

As transações concontir e conincons são auditores automáticos do SIAFI que apontam as impropriedades cometidas pelos usuários. Na dimensão responsabilização dos agentes públicos, as respostas dos gestores do sistema também indicam mais conhecimento sobre essas funcionalidades.

Já a transação conevento acessa a tabela que mostra as ações administrativas que ocorrem no Governo Federal. Essas ações, chamadas de eventos, automatizam os registros contábeis no SIAFI. As respostas dos gestores do sistema, na dimensão prestação de contas, também indicam mais conhecimento sobre essa funcionalidade.

Nas questões relacionadas às funcionalidades do sistema que promovem transparência em que as respostas dos usuários diferem significativamente, os agentes de controle e de investigação, em média, se avaliam menos conhecedores.

Quanto às funcionalidades que permitem a prestação de contas, os gestores do sistema têm mais conhecimento em relação à transação conconta que os outros três grupos. Diferentemente da avaliação realizada dessa transação na promoção da transparência, os operadores evidenciam mais conhecimento que os agentes de controle e de investigação.

Os gestores e operadores do sistema têm mais conhecimento do módulo Demonstra que os agentes de investigação. Sob a ótica da transparência, esse mesmo módulo evidencia também que os agentes de controle têm significativamente menos conhecimento que os gestores e operadores.

Os gestores do sistema têm mais conhecimento dos subsistemas Documento e CPR e das transações conevento e concredor que os outros três grupos. Já os operadores têm mais conhecimento que os agentes de controle na transação conevento, concredor e subsistema CPR e mais conhecimento que os agentes de investigação no subsistema CPR.

A transação concredor permite consultar os credores ativos e inativos e o domicílio bancário no cadastro de contribuintes da Receita Federal. O subsistema CPR administra as contas a pagar e a receber do governo, permitindo a inclusão e a consulta de documentos. O objetivo desse subsistema é otimizar o processo de programação financeira dos

órgãos/entidades ligadas ao sistema, proporcionando informações em nível analítico e gerencial do fluxo de caixa.

Os operadores do sistema demonstram menos conhecimento da transação concauc que os outros três grupos. Os gestores e os agentes de controle têm mais conhecimento que os agentes de investigação e os operadores do sistema no módulo Cadastro.

A transação concauc permite consultar os Estados e Municípios que cumprem com as exigências da LRF, para o recebimento de recursos voluntários do Governo Federal. O módulo Cadastro permite administrar o cadastro de Transferências de um nível de governo a outro, de Contratos de Repasse ou de Termos de Parceria.

Em relação ao constructo responsabilização dos agentes públicos, os gestores evidenciam mais conhecimento do módulo Demonstra que os outros perfis de usuários. Os operadores do sistema também têm mais conhecimento nesse módulo que os agentes de controle.

Os gestores têm mais conhecimento do módulo Contábil que os agentes de controle e de investigação. Os operadores do sistema também têm mais conhecimento neste módulo que os agentes de controle.

Os gestores e operadores do sistema se avaliam mais conhecedores do módulo de Registros que os agentes de controle. Nesse módulo é realizada a conformidade de registro de gestão que consiste na certificação da regularidade, por servidor designado e credenciado no SIAFI, dos registros no sistema dos atos e fatos de execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Os gestores do sistema têm mais conhecimento que os agentes de controle e de investigação na transação concontrir. Os operadores tem mais conhecimento nessa transação que os agentes de controle.

Diferente do resultado da análise sob o constructo transparência, os gestores têm mais conhecimento da transação conincons que os outros três grupos. Os operadores do sistema também têm mais conhecimento nessa transação que os agentes de controle.

As respostas dos usuários do SIAFI demonstram maior ou menor grau de conhecimento em cada funcionalidade do sistema, em razão das atribuições que executam e que, para tanto, demanda o conhecimento pontual e necessário. As funcionalidades que promovem,

concomitantemente, transparência, prestação de contas e responsabilização apresentam, em alguns casos, percepções dos usuários diferentes em cada constructo.

No segundo estágio, a análise fatorial das variáveis que compõem a avaliação do grau de conhecimento das funcionalidades do sistema apresentou KMO igual a 0,911. Todavia, foram excluídas duas questões (2.1 e 2.11), por apresentarem comunalidades menores que 0,5.

Após nova análise fatorial, foram identificados quatro fatores com KMO de 0,907. As funcionalidades que proporcionam, concomitantemente, transparência, prestação de contas e responsabilização foram agrupadas em um desses fatores, pois o grau de conhecimento se aproxima em qualquer dos constructos. O constructo prestação de contas foi segregado, proporcionando a distinção da prestação de contas de convênios.

FATORES	VARIÁVEIS	CARGA	ALFA
<b>F1 – Funcionalidades de Transparência</b>	Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)	0,726	0,951
	Transação conincons (Consulta Inconsistências – Outros)	0,696	
	Transação conevento (Consulta Evento)	0,666	
	Transação concontrir (Consulta Contas a Regularizar)	0,664	
	Transação conconta (Consulta Plano de Contas)	0,627	
<b>F2 – Funcionalidades de Responsabilização</b>	Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e imconfreg)	0,858	0,906
	Transação regconfop (Registra Conformidade de Operador)	0,749	
	Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)	0,642	
	Módulo Cadresp (Cadastro de Responsáveis) e suas transações (atuagente, conagente, atucompnat, concompnat e connatre)	0,547	
<b>F3 – Funcionalidades de Prestação de Contas</b>	Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condar)	0,780	0,883
	Transação concredor (Consulta Credor)	0,757	
	Subsistema CPR (Contas a Pagar e a Receber), seus módulos e suas transações (atucpr, concepr, atulob, conlob, conflux)	0,751	
	Transação conconta (Consulta Plano de Contas)	0,600	
<b>F4 – Funcionalidades de Prestação de Contas de Convênios</b>	Transação concauc (Consulta Cadastro Único de Convenientes)	0,903	0,875
	Módulo Cadastro (Cadastro de Transferência) e suas transações (contransf, exectransf, atutransf, impextrato, incadit)	0,902	

Quadro 8 – Fatores do grau de conhecimento das funcionalidades do SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Os valores do Alfa de Cronbach calculados para os fatores do grau de conhecimento indicam confiabilidade desses fatores, conforme evidenciado no quadro anterior.

O teste de Bonferroni comprova que os quatro fatores apresentam diferença significativa entre os grupos ( $p < 0,05$ ), conforme Anexo 5.11.

Esse teste evidenciou que os gestores e operadores diferem no fator 1 (grau de conhecimento das funcionalidades de transparência), porém os agentes de controle e de

investigação não apresentaram diferença significativa nesse fator. Os gestores do sistema se avaliaram detentores de mais conhecimento que os demais usuários do SIAFI. As respostas dos operadores indicam mais conhecimento que os agentes de controle.

No fator 2 (grau de conhecimento das funcionalidades de responsabilização), os operadores do sistema apresentaram respostas no questionário que evidenciam mais conhecimento do que os agentes de controle. Os operadores evidenciam diferença significativa nas respostas em relação aos agentes de controle.

Os gestores do sistema diferem dos agentes de controle e de investigação apresentando em suas respostas ao questionário evidência de mais conhecimento no fator 3 (grau de conhecimento das funcionalidades de prestação de contas). Os operadores do sistema demonstram mais conhecimento do que os agentes de controle.

A análise das respostas relacionadas ao fator 4 (grau de conhecimento das funcionalidades de prestação de contas de convênios) demonstrou que os agentes de controle diferem dos operadores do sistema, pois as respostas desses agentes sugerem que esse grupo tem mais conhecimento.

#### ***4.2.2 Percepção do usuário da accountability potencialmente promovida pelo SIAFI***

Na análise descritiva, primeiro estágio desta avaliação, o resultado é evidenciado nos Anexos 5.7 a 5.9. Na identificação da percepção dos usuários quanto à transparência promovida pelo sistema, os gestores do sistema têm opinião mais positiva que os agentes de controle e os operadores com relação à contribuição do SIAFI para permitir acesso à informação pública. Os operadores também têm avaliação mais positiva dessa questão que os agentes de controle.

Os gestores e os operadores do sistema avaliam mais positivamente que os agentes de controle a contribuição do SIAFI para permitir a publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento.

Os operadores do sistema têm opinião mais positiva que os agentes de controle e de investigação em relação à contribuição do SIAFI para garantir a clareza e a substância da informação sobre a forma.

Os operadores do sistema avaliam mais positivamente que os agentes de controle com relação à contribuição do SIAFI para oferecer linguagem acessível ao público alvo.

Na análise de cada subcategoria da dimensão transparência, a contribuição do SIAFI, sob o ponto de vista dos usuários, varia entre pouca e grande. A pouca contribuição indica a necessidade de melhoria em algumas dessas subcategorias, tais como garantia de clareza e de linguagem acessível ao público alvo.

Embora, na média, os usuários considerem grande a contribuição do SIAFI para promoção da prestação de contas, os agentes de controle têm opinião mais crítica que os outros três grupos na avaliação do sistema para permitir a preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU).

Os operadores do sistema têm opinião mais positiva que os agentes de controle em relação à contribuição do SIAFI para permitir a responsabilização dos agentes públicos por meio da identificação do agente público responsável pela ação administrativa e da visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público. A contribuição do SIAFI nesse contexto, sob o ponto de vista dos usuários, varia, em média, entre pouca e grande.

No segundo estágio, a análise fatorial das variáveis que compõem a avaliação da percepção do usuário da *accountability* promovida pelo SIAFI apresentou KMO igual a 0,894. As questões 8.7 e 8.8 apresentaram comunalidade igual a 0,342 e 0,384, respectivamente, sendo excluídas da análise. Com a nova análise fatorial o KMO passou para 0,886 e foram criados três fatores, divididos exatamente como agrupado no questionário.

FATORES	VARIÁVEIS	CARGA	ALFA
F1 – Transparência	Divulgação de informações úteis aos interessados	0,820	0,880
	Acesso à informação pública	0,765	
	A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos	0,739	
	Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma	0,718	
	Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento	0,700	
	Linguagem acessível ao público alvo	0,662	
F2 – Prestação de Contas	Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU)	0,841	0,870
	Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de contas dos agentes públicos	0,817	
	Controle dos gastos públicos	0,744	

FATORES	VARIÁVEIS	CARGA	ALFA
	Fiscalização das ações do agente público	0,684	
F3 – Responsabilização	Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público	0,832	0,816
	Identificação do agente público responsável pela ação administrativa	0,738	
	Verificação das regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal	0,644	

Quadro 9 – Fatores da percepção do usuário da *accountability* promovida pelo SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Os valores do Alfa de Cronbach calculados para os fatores da percepção do usuário da *accountability* promovida pelo SIAFI indicam confiabilidade desses fatores, conforme demonstrado no quadro anterior.

O teste de Bonferroni comprovou que, dos três fatores, dois apresentaram diferença significativa entre os grupos ( $p < 0,05$ ), conforme Anexo 5.12.

Os gestores do sistema entendem que o SIAFI contribui para a promoção da transparência. A avaliação do fator 1 (transparência), para os gestores, é mais otimista em relação aos demais usuários.

No fator 2 (prestação de contas) não há diferença significativa quanto à percepção da *accountability* entre os perfis de usuários do sistema. Os usuários, na média, julgam grande a contribuição do SIAFI na promoção da prestação de contas.

Quanto ao fator 3 (responsabilização), os operadores apresentam maior percepção da *accountability* promovida pelo SIAFI que os agentes de controle.

Em todos os fatores, a visão dos agentes de controle é mais crítica em relação à contribuição do SIAFI para promoção da *accountability*.

No terceiro estágio da análise da percepção do usuário da *accountability* promovida pelo SIAFI, a regressão linear apresentou, no fator 1 (transparência),  $R^2$  igual a 0,291, significando que os previsores do modelo explicam 29,1% da variância desse fator. Os outros 70,9% da variância são devidos a outros fatores não inclusos no estudo. A percepção da *accountability* relacionada à transparência promovida pelo SIAFI é explicada pelo modelo abaixo, sendo constituído das variáveis preditoras que apresentam coeficiente significativo.



*Percepção da accountability1 (Transparência)*

$$= 1,362 + 0,330 \text{ (Fator 1 da usabilidade do sistema: uso da ajuda e relatórios do sistema)} \\ + 0,177 \text{ (Fator 2 da usabilidade do sistema: funcionamento e facilidade de acesso e operação)} \\ - 0,207 \text{ (TCU)}$$

A percepção da *accountability* relacionada à transparência aumenta para os usuários que avaliam positivamente os recursos de ajuda e relatórios do sistema (fator 1 da usabilidade: uso da ajuda e relatórios do sistema) e que julgam o SIAFI de fácil acesso e operação e o horário de funcionamento como suficiente para atender o trabalho (fator 2 da usabilidade: funcionamento e facilidade de acesso e operação). No entanto, essa percepção diminui para os usuários lotados no TCU, evidenciando visão crítica em relação ao sistema.

Em relação ao fator 2 (prestação de contas), a regressão linear apresentou  $R^2$  de 0,174, indicando que os previsores do modelo explicam 17,4% da variância desse fator. Os outros 82,6% da variância são devidos a outros fatores não incluídos no estudo. A percepção da *accountability* relacionada à prestação de contas promovida pelo SIAFI é explicada pelo modelo abaixo, sendo constituído das variáveis preditoras que apresentaram coeficiente significativo.

*Percepção da accountability2 (Prestação de contas)*

$$= 2,334 + 0,182 \text{ (Fator 1 do conhecimento do sistema: funcionalidades de transparência)} \\ + 0,156 \text{ (Fator 1 da usabilidade do sistema: uso da ajuda e relatórios do sistema)} \\ + 0,109 \text{ (Fator 3 da usabilidade do sistema: não necessita de curso de SIAFI e Contabilidade)} \\ - 0,123 \text{ (Fator 4 da usabilidade do sistema: falhas do sistema)}$$

A percepção da *accountability* quanto à prestação de contas é maior para os usuários que têm mais:

- a) conhecimento das funcionalidades do SIAFI que promovem transparência (fator 1 do grau de conhecimento: funcionalidades de transparência);
- b) visão positiva dos recursos de ajuda e relatórios do sistema (fator 1 da usabilidade: uso da ajuda e relatórios do sistema); e
- c) percepção de que não é necessária a realização de curso para um iniciante operar o sistema e de que não é necessário ter conhecimento de Contabilidade Pública (fator 3 da usabilidade: não necessita de curso de SIAFI e de Contabilidade Pública).

Os usuários que julgam freqüentes as falhas apresentadas pelo sistema e que essas não são sanadas em tempo hábil têm percepção menor quanto à prestação de contas promovida pelo SIAFI.

No fator 3 (responsabilização), o R<sup>2</sup> na regressão linear foi de 0,145, indicando que os previsores do modelo explicam 14,5% da variância desse fator. Os outros 85,5% da variância são devidos a outros fatores não incluídos no estudo. A percepção da *accountability* relacionada à responsabilização promovida pelo SIAFI é explicada pelo modelo abaixo, sendo constituído das variáveis preditoras que apresentam coeficiente significativo.

*Percepção da accountability3 (Responsabilização)*

$$= 2,209 + 0,310 (\text{Fator 1 da usabilidade do sistema: uso da ajuda e relatórios do sistema}) \\ - 0,204 (\text{Agente de controle})$$

A percepção da *accountability* relacionada à responsabilização do agente público aumenta para os usuários que avaliam positivamente os recursos de ajuda e relatórios do sistema (fator 1 da usabilidade: uso da ajuda e relatórios do sistema) e que não seja agente de controle. Esses agentes têm pouca percepção quanto à possibilidade de se identificar no SIAFI os responsáveis por impropriedades cometidas na gestão.

Cabe ressaltar que os gestores, agentes de investigação e os operadores têm maior percepção da *accountability* promovida pelo SIAFI que os agentes de controle. Na avaliação de usabilidade, a ajuda on-line, o manual, a facilidade de construção de relatórios e aqueles já estruturados são determinantes para aumentar a *accountability* do sistema.

A área de formação e a escolaridade não influenciam na percepção da *accountability* relacionada à transparência, prestação de contas e responsabilização das ações.

Contudo, nas questões abertas, conforme evidenciado nos Anexos 5.13 a 5.17, 44,3% dos usuários avaliam que é muito grande ou positiva ou essencial a contribuição do SIAFI para compreensão dos programas de governo.

Além disso, 31% dos usuários pesquisados entendem que a plataforma do SIAFI deve mudar para ambiente Windows/WEB, a fim de tornar a navegação mais amigável. O sistema deve gerar relatórios gerenciais, inclusive os obrigatórios, melhorar a linguagem e a compreensibilidade para sociedade na opinião de 18,5 % dos usuários. Dos usuários

pesquisados, 13,6% sugerem dar acessibilidade para a sociedade e aumentar a do servidor público, a fim de melhorar a transparência da gestão pública.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo se propôs a identificar a contribuição potencial do SIAFI na promoção da *accountability* da Administração Pública Federal no Brasil, com base na pesquisa documental e na percepção dos usuários do sistema.

O objetivo da investigação foi alcançado, por meio da apresentação das definições e dimensões da *accountability* segundo as teorias, da evidência do ordenamento jurídico brasileiro que disciplina a aplicação da *accountability* no Brasil, da exploração das definições e características do SIAFI no acervo documental eletrônico do sistema, bem como da pesquisa de percepção dos seus usuários.

O estudo demonstra que a delimitação do escopo da *accountability* é um desafio que se arrasta ao longo do tempo. Em consequência, a tradução dessa palavra para a língua portuguesa brasileira ainda carece de precisão em sua definição.

Contudo, o modelo utilizado nesta pesquisa baseia-se em três constructos da *accountability* abstraídos do referencial teórico: transparência, prestação de contas e responsabilização.

Ao longo do tempo, a *accountability* tem sido abordada na perspectiva do agente de controle. Sob esse enfoque, a *accountability* é dividida em eleitoral e não-eleitoral. A primeira está inserida na *accountability* vertical. A segunda sofre influência de várias abordagens doutrinárias.

Uma das ramificações da *accountability* não-eleitoral, também chamada de intra-estatal, que merece destaque por ter no SIAFI as informações contábeis necessárias para o controle é a dos agentes fiscalizadores e controladores. No Brasil, no âmbito federal, o TCU, a CGU e outros órgãos federais específicos exercem a função de controle e fiscalização como forma de *accountability* horizontal.

O SIAFI oferece recursos de controle e fiscalização a outras formas de *accountability* intra-estatal destacadas pela teoria, tais como o controle parlamentar, o controle judicial, o controle administrativo-financeiro, o controle de resultado e o controle social.

O controle parlamentar sobre o Poder Executivo, por meio do SIAFI, consiste na fiscalização, avaliação e acompanhamento da execução do orçamento. O sistema permite, ainda, que comissões de fiscalização e controladorias exerçam o controle administrativo-financeiro dos recursos públicos.

No controle judicial, o SIAFI possui base segura de informações para produzir as peças do processo judicial de natureza orçamentária, financeira e patrimonial da gestão pública.

O sistema também oferece, sob o ponto de vista contábil da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, o controle de resultados, por meio da transparência e da visibilidade do desempenho dos programas de governo.

O controle social, como mecanismo de *accountability* vertical, retrata a participação do cidadão na proposição, fiscalização e avaliação das ações governamentais. Para tanto, as ações dos gestores do governo federal que movimentam recursos públicos são registradas no SIAFI e a legislação brasileira, em especial a LRF, obriga a publicação dessas informações para acesso a toda a sociedade.

A análise da pesquisa documental evidenciou que o SIAFI possui mecanismos para permitir a transparência, a prestação de contas e a responsabilização do Governo Federal.

A partir da análise da estrutura do sistema e da identificação de quatro tipos principais de usuários, submetidos ao questionário na pesquisa de campo, foram verificadas as percepções quanto às dimensões associadas à *accountability* promovida potencialmente pelo SIAFI, quais sejam, transparência, prestação de contas e responsabilização, considerando os indicadores de percepção relativos à caracterização do usuário, à avaliação de usabilidade e ao grau de conhecimento das funcionalidades do sistema.

O resultado da pesquisa revela que os usuários que respondem positivamente as questões relacionadas à ajuda e relatórios do SIAFI têm maior percepção da *accountability* proporcionada potencialmente pelo sistema, evidenciando que o indicador de percepção relativo à avaliação de usabilidade é determinante na percepção do usuário.

O posicionamento dos agentes de controle que tem mais tempo de uso do sistema é, estatisticamente, mais crítico do que os demais grupos de usuários.

Segundo os usuários pesquisados, o estudo indica, ainda, que o SIAFI promove *accountability*, mas necessita de melhorias e de treinamento de seus usuários, para, efetivamente, permitir a devida transparência não somente aos agentes públicos, mas a toda a sociedade, bem como a prestação de contas e a responsabilização dos agentes públicos.

Este trabalho, de cunho descritivo, abre espaço para outros estudos que explorem questões relacionadas à *accountability* presente na integração do SIAFI com outros sistemas estruturantes do Governo Federal, tais como o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN) e o Sistema de Informações de Custos (SIC).

Cabe, ainda, como proposta de extensão desta pesquisa, a análise das atribuições desenvolvidas pelos servidores que usam os sistemas estruturantes e a verificação de como o treinamento dos agentes públicos na utilização desses sistemas pode contribuir para a *accountability* da Administração Pública Federal.

.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Luiz Fernando e LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: BIDERMAN, Ciro e ARVATE, Paulo (orgs.). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ALBUQUERQUE, Claudiano Manoel de; MEDEIROS, Márcio Bastos; SILVA, Paulo Henrique Feijó da. **Gestão de Finanças Públicas**. 2 ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União** de 23 de março de 1964.

BRASIL. Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 27 de fevereiro de 1967. Retificado em 8 de março de 1967, em 30 de março de 1967 e em 17 de julho de 1967.

BRASIL. Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União** de 17 de dezembro de 1976.

BRASIL. Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 11 de março de 1986.

BRASIL. Decreto nº 347, de 10 de novembro de 1991. Determina a utilização dos sistemas SIAFI e SIAPE no âmbito do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União** de 21 de novembro de 1991.

BRASIL. Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "Internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação dos dados e informações que especifica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 17 de dezembro de 1998.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União** de 1º de fevereiro de 1999, retificado no Diário Oficial da União de 11 de março de 1999.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União** de 5 de maio de 2000a.

BRASIL. Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União** de 20 de outubro de 2000b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Instrução Normativa nº 03, de 23 de maio de 2001. Aprova instruções, com vistas a consolidar as informações existentes e unificar os procedimentos de controle necessários ao uso do SIAFI. **Diário Oficial da União** de 31 de Maio de 2001a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Norma de Execução nº 01**, 13 de junho de 2001b. Define as atribuições e os procedimentos para a manutenção da segurança do Complexo SIAFI, detalhados em anexo e contemplados no Manual SIAFI, instituído pela IN/STN nº 5, de 6 de novembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Instrução Normativa nº 6, de 31 de outubro de 2007. Disciplina os procedimentos relativos ao registro das Conformidades Contábil e de Registro de Gestão. **Diário Oficial da União** de 12 de novembro de 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portal SIAFI**. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index\\_conheca\\_SIAFI.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/SIAFI/index_conheca_SIAFI.asp)>. Acesso em: 28 out. 2010a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Coleção Saraiva de Legislação. 44.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de demonstrativos fiscais : aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios : anexo de riscos fiscais e anexo de metas fiscais**. 3. ed. Brasília : Coordenação-Geral de Contabilidade, 2010c.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010. Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. **Diário Oficial da União** de 6 de setembro de 2010d.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Portal TCU**. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/prestacao\\_tomada](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/prestacao_tomada)>. Acesso em: 15 fev. 2011a.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **SIAFI – Manual Web**. Disponível em: <<http://manualSIAFI.tesouro.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2011b.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34; Brasília: ENAP, 1998.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991.

CAMPOS, Anna Maria Monteiro. Accountability: Quando podemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, ano 24, nº 2, p. 33, fev./abr. 1990.



CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade Pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; GOMES, Luciano de Souza. **Administração financeira e orçamentária**. 7. ed. Brasília: Vestcon, 2002.

\_\_\_\_\_; LIMA, Diana Vaz de. **Contabilidade Pública: integrando União, Estais e Municípios ( SIAFI e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CENEVIVA, Ricardo. **Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente**. Anais do EnAPG 2006. Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD. São Paulo, novembro de 2006.

COELHO, Simone de Castro Tavares. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Senac, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3.ed. Brasília: CFC, 2008. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/uparq/Livro\\_Principios%20e%20NBCs.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/Livro_Principios%20e%20NBCs.pdf)>. Acesso em 25 nov. 2010.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO DE 1789. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf)>. Acesso em 14 fev. 2011.

FIELD, Andy. **Descobrimdo a estatística usando SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4.ed. São Paulo, SP : IBGC, 2009. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/CodigoMelhoresPraticas.aspx>>. Acesso em 24 nov. 2010.

KHAIR, Amir Antônio. **Lei de Responsabilidade Fiscal : guia de orientação para as prefeituras** – Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807\\_PUB\\_LRF\\_guiaOrientacao.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/lrf/080807_PUB_LRF_guiaOrientacao.pdf)>. Acesso em: 9 fev. 2011.

LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública – integrando União, Estados e Municípios (SIAFI/Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAINWARING, Scott; WELMA, Christopher (eds.). **Democratic accountability in Latin America**. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization). 2003.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS JÚNIOR, Wallece Paiva. **Transparência Administrativa, Publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MCCLAVE, James T; BENSON, George; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MORENO, Erika; CRISP, Brian F.; SHUGART, Mathew S. **The accountability déficit in Latin America**. In: MAINWARING, Scott; WELMA, Christopher. *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization). 2003.

MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOSHER, Frederich. **Democracy and the public service**. New York: Oxford University, 1968.

O'DONNELL, Guillermo. Accountability Horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova**. São Paulo, nº 44, 1998.

\_\_\_\_\_. **Horizontal Accountability in New Democracies**. In SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry Diamond and PLATTNER, Marc F. (Eds). *The Self-estraining State: Power and Accountability in New Democracies*, Boulder and London, Lynne Rienner Publishers, 1999.

PAUL, Samuel. *Accountability in public service: exit, voice and control*. *World Development* 20, nº 7(July 1992): 1047 – 1060.

PIMENTEL-GOMES, Frederico. **Curso de estatística experimental**. 15ª ed. São Paulo: FEALQ, 2009.

PINHO, José Antonio Gomes de; IGLESIAS, Diego Moura; SOUZA, Ana Carolina Pereira de. **Governo eletrônico, transparência, accountability e participação: o que portais de governos estaduais no Brasil mostram**. In: XXIX Enanpad, 2005, Brasil. Anais do XXIV Enanpad, 2005. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/trabalho\\_popup.php?cod\\_edicao\\_trabalho=63](http://www.anpad.org.br/trabalho_popup.php?cod_edicao_trabalho=63)>. Acesso em: 25 nov. 2010.

\_\_\_\_\_; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: Já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, vol. 43, nº 6, nov./dez. 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública - Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva agente x principal. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, p. 39-74, 2005.

RIBEIRO FILHO, José Francisco. **Controle gerencial para entidades da administração pública**. Brasília: ESAF, 1997. 74 p. Monografia vencedora em 1º lugar no II Prêmio STN de Monografia, Sistemas de Informação sobre a Administração Financeira Pública: contabilidade pública gerencial, set, 1997. Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Premio\\_TN/IIpremio/sistemas/1siafpIIPTN/RIBEIRO\\_FILHO.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/IIpremio/sistemas/1siafpIIPTN/RIBEIRO_FILHO.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2010.

SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Contribuições da Lei de Responsabilidade Fiscal para o avanço da Accountability no Brasil. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** / CEAPG – Vol 10 – n. 47 – São Paulo: 2005.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: Um Enfoque na Contabilidade Municipal**. 2.ed. São Paulo:Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Controladoria e governance na gestão pública**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SMULOVITZ, Catalina; PERUZZOTTI, Henrique. Societal Accountability in Latin America. **Journal of Democracy** 11,4: 147 – 158. 2000.

\_\_\_\_\_. **Societal and horizontal controls: two cases of fruitful relationship**. In: MAINWARING, Scott; WELMA, Christopher. Democratic accountability in Latin America. Oxford: Oxford University Press (Oxford Studies in Democratization). 2003.

VALENTE, Ana Paola de Amorim. **Transparência e Opacidade: o SIAFI no acesso à informação Orçamentária**. Belo Horizonte: Annablume, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. **Métodos de coleta de dados no campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Débora Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VIGNOLI, Francisco Humberto (coordenador), MORAES, Adelaide M. Bezerra et al. **A Lei de Responsabilidade Fiscal comentada para municípios**. São Paulo: FGV / EAESP, 2002.

WAGNER, Mário B.; MOTTA Valter T.; DORNELES, Cristina C. **SPSS passo a passo: statistical package for social science**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS DOCUMENTAL

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência
1	Transparência
1.1	Acesso à informação pública
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção:</b> 020801 - GERENCIAMENTO DE ACESSO E SEGURANÇA DO SISTEMA; 020802 - ROTEIRO DE CADASTRAMENTO; 041908 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 08, DE 14/12/99; 042102 - ASSUNTO INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 2, DE 7 DE MAIO DE 2001; 042103 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 3, DE 23 DE MAIO DE 2001; 051703 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03, DE 12/06/97; 051903 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03 DE 30/12/99; e 052101 - NORMA DE EXECUÇÃO N° 01 DE 13 DE JUNHO DE 2001.
1.2	Divulgação de informações úteis aos interessados
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020319 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; 020600 - PLANO DE CONTAS; 021111 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO; e 021215 - CONTROLE DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 2006.
1.3	Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020319 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; 100302 - TRANSAÇÃO BALANCETE - BALANCETE CONTÁBIL; 100303 - TRANSAÇÃO BALANORC - CONSULTA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO; 100305 - TRANSAÇÃO CONBALANUG - CONSULTA BALANÇO DA UG; 100306 - TRANSAÇÃO CONUGBALAN - CONSULTA BALANÇO DE UG; 100508 - TRANSAÇÃO CONGERAREL - CONSULTA PARÂM. P/ GERAÇÃO RELATÓRIO; 180501 - TRANSAÇÃO CELULAS - CONSULTA CÉLULA ORÇAMENTÁRIA; 180502 - TRANSAÇÃO CONOR - CONSULTA ORÇAMENTÁRIA COMPLETA; 180503 - TRANSAÇÃO CONORC - CONSULTA ORÇAMENTÁRIA; 180504 - TRANSAÇÃO CONSULTORC - CONSULTA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; e 251208 - TRANSAÇÃO CONINDORC - CONSULTA CÉLULAS ORÇAMENTÁRIAS.
1.4	Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020202 - CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA; 140000 - SUBSISTEMA DOCUMENTO - DOCUMENTOS DO SIAFI; 140306 - TRANSAÇÃO CONDOC - CONSULTA DOCUMENTO; e 140402 - TRANSAÇÃO ALTDORC - ALTERA DOCUMENTO (NE, NC, DARF, GPS).
1.5	Linguagem acessível ao público alvo
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 000300 - APRESENTAÇÃO DO MANUAL; 010100 - INSTRUÇÃO PARA USO DO MANUAL; 010400 - GLOSSÁRIO; 020206 - CONCEITOS BÁSICOS; 020320 - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS; 021202 - DÚVIDAS MAIS FREQUENTES; e 041605 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 05, DE 06/11/96.
1.6	A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO; 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL; 021003 - MANUAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS;

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência
	042706 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 06, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007; 223300 - MÓDULO RESTCONF - RESTRIÇÃO DE CONFORMIDADE; 090300 - MÓDULO CONTABIL - CONFORMIDADE CONTÁBIL 090400 - MÓDULO REGISTROS - CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO; 100506 - TRANSAÇÃO CONCONTIR - CONSULTA CONTAS A REGULARIZAR; e 100509 - TRANSAÇÃO CONINCONS - CONSULTA INCONSISTÊNCIA – OUTROS.
1.7	Informação tempestiva em tempo real
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020205 - FORMAS DE ACESSO AO SISTEMA PELA UNIDADE GESTORA; 020301 - ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 020305 - CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL 020323 - CONTAS A PAGAR E A RECEBER – CPR; 222000 - MÓDULO EVENTO – EVENTO; 030100 - INTRODUÇÃO; 041205 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 23/06/92; 041908 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 08, DE 14/12/99; 042102 - ASSUNTO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 7 DE MAIO DE 2001; 042103 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2001; 042608 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 08, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006; e 042804 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 04, DE 05 DE AGOSTO DE 2008.
1.8	Confiabilidade da informação
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020305 - CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL; 020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO; 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL; 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 020319 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; 020801 - GERENCIAMENTO DE ACESSO E SEGURANÇA DO SISTEMA; 021003 - MANUAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS; 021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS; 021205 - ROTEIRO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL; 021210 - PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO; 021201 - ROTEIROS DE PESQUISA; 041205 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 23/06/92; 041908 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 08, DE 14/12/99; 042102 - ASSUNTO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 7 DE MAIO DE 2001; 042103 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2001; 042706 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 06, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007; 051303 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03, DE 08/07/93; 051502 - NORMA DE EXECUÇÃO Nº 02, DE 23/11/95; 090300 - MÓDULO CONTABIL - CONFORMIDADE CONTÁBIL 090400 - MÓDULO REGISTROS - CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO; 100506 - TRANSAÇÃO CONCONTIR - CONSULTA CONTAS A REGULARIZAR; 100509 - TRANSAÇÃO CONINCONS - CONSULTA INCONSISTÊNCIA – OUTROS; 222000 - MÓDULO EVENTO – EVENTO; e 223300 - MÓDULO RESTCONF - RESTRIÇÃO DE CONFORMIDADE.

Anexo 1.1 – Formulário de coleta de dados documental – Categoria Transparência

Fonte: SIAFI – Manual Web (BRASIL, 2011b)

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas
2	Prestação de Contas
2.1	Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de contas dos agentes públicos
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020319 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; 020320 - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS; 041008 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 21/12/90; 100302 - TRANSAÇÃO BALANCETE - BALANCETE CONTÁBIL;

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas
	100303 - TRANSAÇÃO BALANORC - CONSULTA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO; 100305 - TRANSAÇÃO CONBALANUG - CONSULTA BALANÇO DA UG; 100306 - TRANSAÇÃO CONUGBALAN - CONSULTA BALANÇO DE UG; 100508 - TRANSAÇÃO CONGERAREL - CONSULTA PARÂM. P/ GERAÇÃO RELATÓRIO; 180501 - TRANSAÇÃO CELULAS - CONSULTA CÉLULA ORÇAMENTÁRIA; 180502 - TRANSAÇÃO CONOR - CONSULTA ORÇAMENTÁRIA COMPLETA; 180503 - TRANSAÇÃO CONORC - CONSULTA ORÇAMENTÁRIA; 180504 - TRANSAÇÃO CONSULTORC - CONSULTA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; e 251208 - TRANSAÇÃO CONINDORC - CONSULTA CÉLULAS ORÇAMENTÁRIAS.
2.2	Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU)
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020311 - INTEGRAÇÃO DE SALDOS CONTÁBEIS PARA ELABORAÇÃO DO BGU; 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL; 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 020319 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS; 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPREC., AMORT. E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUND.; 021002 - ROTEIRO PARA INTEGRAÇÃO PLENA AO SIAFI; 021003 - MANUAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS; 021122 - PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DE EMPRESAS; 041805 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 05, DE 02/12/98; 051502 - NORMA DE EXECUÇÃO Nº 02, DE 23/11/95; 100302 - TRANSAÇÃO BALANCETE - BALANCETE CONTÁBIL; e 100509 - TRANSAÇÃO CONINCONS - CONSULTA INCONSISTÊNCIA – OUTROS.
2.3	Controle dos gastos públicos e 2.4 Fiscalização das ações do agente público
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção:</b> 020100 - HISTÓRICO; 020303 - PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO FINANCEIRA; 020305 - CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL; 020306 - APROPRIAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS; 020307 - CONVÊNIOS; 020310 - OBRIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS; 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 020301 - ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 020307 - CONVÊNIOS; 020323 - CONTAS A PAGAR E A RECEBER – CPR; 020324 - DEPÓSITO DIRETO NA CONTA ÚNICA; 020327 - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA; 020329 - FORMA DE ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO PELO ÓRGÃO CENTRAL - CCONT/STN; 020500 - DOCUMENTOS UTILIZADOS PELO SISTEMA; 020600 - PLANO DE CONTAS; 020802 - ROTEIRO DE CADASTRAMENTO; 021001 - ROTEIRO PARA INTEGRAÇÃO À CONTA ÚNICA; 021002 - ROTEIRO PARA INTEGRAÇÃO PLENA AO SIAFI; 021004 - MANUAL DE OPERACIONALIZAÇÃO DA TRANSAÇÃO CAIXA CONTA ÚNICA; 021005 - MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS EXTERNOS; 021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS; 021102 - RESSARCIMENTO DE RECEITAS FEDERAIS; 021119 - RG.CONTROL.REST./RESSARC./COMP. TRIB. C.FED.; 021121 - SUPRIMENTO DE FUNDOS; 021126 - DEPÓSITOS EM GARANTIA; 021204 - ROTEIRO GENÉRICO DE REGISTRO DE DOCUMENTO; 021205 - ROTEIRO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL; 041205 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 23/06/92; 041401 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 22/02/94; 041604 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 01/11/96; 041804 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 31/07/98; 041806 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06, DE 29/12/98; 041902 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 26/04/99; 041903 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 02/07/99; 042101 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2001; 042204 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, DE 13 DE AGOSTO DE 2002; 042403 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 3, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2004;

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Prestação de Contas
	<p>042404 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 4, DE 30 DE AGOSTO DE 2004;  042406 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 06, DE 27 DE OUTUBRO DE 2004;  042501 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 01, DE 17 DE OUTUBRO DE 2005;  042502 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 02, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005;  042602 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 02, DE 31 DE MAIO DE 2006;  042603 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 03, DE 04 DE JULHO DE 2006;  042604 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 04, DE 04 DE AGOSTO DE 2006;  042607 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 07, DE 30 DE OUTUBRO DE 2006;  042702 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 02, DE 24 DE ABRIL DE 2007;  042703 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 03, DE 10 DE MAIO DE 2007;  042704 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 04, DE 17 DE MAIO DE 2007;  042901 - IN Nº 02 de 2009;  051602 - NORMA DE EXECUÇÃO CONJUNTA N. 02, DE 4/11/96;  051703 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03, DE 12/06/97;  051801 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 01, DE 05/08/98;  052101 - NORMA DE EXECUÇÃO Nº 01 DE 13 DE JUNHO DE 2001;  100300 - MÓDULO DEMONSTRA - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS;  110300 - MÓDULO CADASTRO - CADASTRO DE TRANSFERÊNCIA;  110400 - MÓDULO CAUC - CADASTRO ÚNICO DE CONVENIENTES;  140300 - MÓDULO CONSULTA - CONSULTA DOCUMENTOS;  140425 - TRANSAÇÃO DAR - DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL;  140426 - TRANSAÇÃO DARF - DARF EM PROCESSO DE REGISTRO;  180310 - TRANSAÇÃO CAIXA - CONSULTA CAIXA (TOTALIZAÇÃO OB'S);  180320 - TRANSAÇÃO CONPENDCTU - CONSULTA PENDÊNCIAS NA CONTA ÚNICA;  180322 - TRANSAÇÃO REGCONCCTU - REGISTRA CONCILIAÇÃO DA CTU;  180323 - TRANSAÇÃO REGLIMOBP - REG. VALOR LIMITE DE OBP CTU;  180502 - TRANSAÇÃO CONOR - CONSULTA ORÇAMENTÁRIA COMPLETA;  221000 - MÓDULO CREDOR – CREDOR;  222000 - MÓDULO EVENTO – EVENTO; e  222900 - MÓDULO PLANOCONTA - PLANO DE CONTA.</p>

Anexo 1.2 – Formulário de coleta de dados documental – Categoria Prestação de Contas

Fonte: SIAFI – Manual Web (BRASIL, 2011b)

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Responsabilização
3	Responsabilização
3.1	Identificação do agente público responsável pela ação administrativa
	<p><b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b>  010400 - GLOSSÁRIO;  020202 - CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA;  020305 - CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL;  020310 - OBRIGAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS;  020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO;  020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL;  020320 - TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS;  020801 - GERENCIAMENTO DE ACESSO E SEGURANÇA DO SISTEMA;  020802 - ROTEIRO DE CADASTRAMENTO;  021003 - MANUAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS;  021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS;  021121 - SUPRIMENTO DE FUNDOS;  021128 - UTILIZAÇÃO DO SIAFI MODALIDADE TOTAL PELOS FUNDOS;  021131 - REGISTRO DE PROCESSOS JUDICIAIS;  040912 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 25/08/89;  041008 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 21/12/90;  041205 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 23/06/92;  041908 - INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 08, DE 14/12/99;  042001 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 15 DE MARÇO DE 2000;  042003 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 27/04/00;  042004 - INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 04, DE 10/05/00;  042102 - ASSUNTO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 7 DE MAIO DE 2001;  042103 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 23 DE MAIO DE 2001;  042204 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº4, DE 13 DE AGOSTO DE 2002;</p>

Item	Categoria e Subcategorias da dimensão Responsabilização
	042404 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 4, DE 30 DE AGOSTO DE 2004; 042706 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 06, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007; 051703 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03, DE 12/06/97; 051903 - NORMA DE EXECUÇÃO N. 03 DE 30/12/99; 052101 - NORMA DE EXECUÇÃO Nº 01 DE 13 DE JUNHO DE 2001; 222700 - MÓDULO NATRESP - NATUREZA DE RESPONSABILIDADE; e 250102 - NAVEGAÇÃO NO SUBSISTEMA.
3.2	Verificação das regras estabelecidas na LRF
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção::</b> 020301 - ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA; 020317 - RESTOS A PAGAR; 020318 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO; 021140 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS; 042101 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 4 DE MAIO DE 2001; 042501 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 01, DE 17 DE OUTUBRO DE 2005; 042602 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 02, DE 31 DE MAIO DE 2006; 042603 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 03, DE 04 DE JULHO DE 2006; 042604 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 04, DE 04 DE AGOSTO DE 2006; 042607 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 07, DE 30 DE OUTUBRO DE 2006; 042702 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 02, DE 24 DE ABRIL DE 2007; e 042703 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 03, DE 10 DE MAIO DE 2007.
3.3	Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público
	<b>Documentos de análise do SIAFI – Manual Web, macrofunção:</b> 042102 - ASSUNTO INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 7 DE MAIO DE 2001; 020314 - CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO; 020315 - CONFORMIDADE CONTÁBIL; 020801 - GERENCIAMENTO DE ACESSO E SEGURANÇA DO SISTEMA; 021003 - MANUAL DE ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS E AUDITORES CONTÁBEIS; 021006 - MANUAL DE REGULARIZAÇÕES CONTÁBEIS; 021205 - ROTEIRO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL; 021210 - PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO; 042706 - INSTRUÇÃO NORMATIVA STN Nº 06, DE 31 DE OUTUBRO DE 2007; 090300 - MÓDULO CONTABIL - CONFORMIDADE CONTÁBIL 090400 - MÓDULO REGISTROS - CONFORMIDADE DE REGISTROS DE GESTÃO; 100506 - TRANSAÇÃO CONCONTIR - CONSULTA CONTAS A REGULARIZAR; 100509 - TRANSAÇÃO CONINCONS - CONSULTA INCONSISTÊNCIA – OUTROS; e 223300 - MÓDULO RESTCONF - RESTRIÇÃO DE CONFORMIDADE.

Anexo 1.3 – Formulário de coleta de dados documental – Categoria Responsabilização  
 Fonte: SIAFI – Manual Web (BRASIL, 2011b)



## **ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

Prezado Usuário do SIAFI,

Esta pesquisa tem por objetivo subsidiar a elaboração da dissertação de mestrado em Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV) do Mestrando GLADSTON GUIMARÃES NAVES, sob a orientação do Professor Dr. JOAQUIM RUBENS FONTES FILHO.

O objetivo do estudo é identificar a percepção dos gestores e usuários do SIAFI quanto à contribuição desse sistema na promoção da *accountability* da Administração Pública Federal, definindo-a como sendo a coexistência de:

- a) Transparência: evidencia o acesso às informações e sua compreensão e dá visibilidade aos atos praticados no setor público;
- b) Prestação de contas: obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual é responsável; e
- c) Responsabilização das ações dos agentes públicos: atribuir responsabilidade àquele que der causa ao descumprimento de regras com a imposição das sanções previstas na legislação.

A sua participação é de fundamental importância para o êxito deste trabalho. As informações recebidas serão tratadas e será resguardado o sigilo, sem identificação do respondente.

Desde já, agradeço a gentileza de sua participação.

### **AVALIAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS**

#### **DA ACCOUNTABILIDADE PROMOVIDAS PELO SIAFI**

**Nas questões de 1 a 7 seguintes, evidencie a sua percepção e seu conhecimento em relação ao SIAFI.**

<b>1) Nas questões a seguir, conforme seja a sua percepção em relação ao SIAFI, responda:</b>		<b>Discordo totalmente</b>	<b>Discordo em parte</b>	<b>Concordo em parte</b>	<b>Concordo totalmente</b>
1.1	O SIAFI é de fácil acesso.				
1.2	O horário de funcionamento atende às necessidades de meu trabalho.				
1.3	Apresenta falhas com frequência.				
1.4	As falhas porventura apresentadas são sanadas em tempo hábil.				
1.5	O sistema é de fácil operação.				
1.6	É necessária a realização de curso para um iniciante operar o sistema.				
1.7	Não é necessário ter conhecimento de Contabilidade Pública para operá-lo.				
1.8	Os relatórios estruturados atendem às necessidades do meu trabalho.				
1.9	É fácil construir relatórios no SIAFI.				
1.10	Utilizo com frequência o SIAFI Gerencial para construir relatórios não estruturados.				
1.11	O SIAFI – Manual Web responde à maioria de minhas dúvidas.				
1.12	A ajuda on-line do sistema responde às minhas dúvidas no momento de sua utilização.				

<b>2) Como você avalia o seu conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI (subsistemas, módulos e transações), quanto à capacidade de contribuir para a transparência da administração pública?</b>		<b>Não conheço</b>	<b>Conheço pouco</b>	<b>Conheço</b>	<b>Conheço muito</b>
2.1	Subsistema Senha, seus módulos e transações				
2.2	Transação regconfop (Registra Conformidade de Operador)				
2.3	Transação conconta (Consulta Plano de Contas)				
2.4	Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)				
2.5	Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condarf etc)				
2.6	Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)				
2.7	Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e impconfreg)				
2.8	Transação concontir (Consulta Contas a Regularizar)				
2.9	Transação conincons (Consulta Inconsistências – Outros)				
2.10	Transação conevento (Consulta Evento)				
2.11	Módulo Sintéticos (Consultas Sintéticas) e suas transações (conor, celulas, conorc e consultorc)				

**3) Quais as funcionalidades (subsistema, módulos ou transações) que, embora não citadas na questão anterior, você considera que permitem promover transparência?**

---

---

---

---

---

---

---

---

**4) Como você avalia o seu conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI (subsistemas, módulos e transações), quanto à capacidade de contribuir para a prestação de contas da administração pública?**

4) Como você avalia o seu conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI (subsistemas, módulos e transações), quanto à capacidade de contribuir para a prestação de contas da administração pública?		Não conheço	Conheço pouco	Conheço	Conheço muito
4.1	Transação conconta (Consulta Plano de Contas)				
4.2	Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)				
4.3	Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condarf etc)				
4.4	Transação conevento (Consulta Evento)				
4.5	Transação concredor (Consulta Credor)				
4.6	Subsistema CPR (Contas a Pagar e a Receber), seus módulos e suas transações (atucpr, concpr, atulob, conlob, confluo etc)				
4.7	Transação concauc (Consulta Cadastro Único de Convenentes)				
4.8	Módulo Cadastro (Cadastro de Transferência) e suas transações (contransf, exectransf, atutransf, impextrato, incaditivo etc)				

**5) Quais as funcionalidades (subsistema, módulos ou transações) que, embora não citadas na questão anterior, você considera que permitem promover prestação de contas?**

[illegible]

6) Como você avalia o seu conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI (subsistemas, módulos e transações), quanto à capacidade de contribuir para a responsabilização das ações dos agentes públicos?		Não conheço	Conheço pouco	Conheço	Conheço muito
6.1	Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)				
6.2	Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)				
6.3	Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e impconfreg)				
6.4	Transação concontir (Consulta Contas a Regularizar)				
6.5	Transação conincons (Consulta Inconsistências – Outros)				
6.6	Módulo Cadresp (Cadastro de Responsáveis) e suas transações (atuagente, conagente, atucompnat, concompnat e connatresp)				

7) Quais as funcionalidades (subsistema, módulos ou transações) que, embora não citadas na questão anterior, você considera que permitem promover responsabilização dos agentes públicos?	

Nas questões 8 a 10 seguintes, indique o grau de contribuição oferecido pelo SIAFI na promoção da accountability em cada subcategoria.

8) Categoria e Subcategorias da dimensão Transparência		Nenhuma	Pouca	Grande	Muito grande
<b>Transparência.</b> Qual a contribuição do SIAFI para permitir:					
8.1	Acesso à informação pública				
8.2	Divulgação de informações úteis aos interessados				
8.3	Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento				
8.4	Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma				
8.5	Linguagem acessível ao público alvo				
8.6	A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos				
8.7	Informação tempestiva em tempo real				



**12) Quais as melhorias que podem ser implementadas no SIAFI para que o sistema traga maior contribuição para a promoção da accountability da Administração Pública Federal?**


**Questões de 13 a 20. Caracterização do Respondente.**

**13) Escolaridade:**

<input type="checkbox"/>	2º Grau
<input type="checkbox"/>	Graduado
<input type="checkbox"/>	Pós-Graduado
<input type="checkbox"/>	Mestre
<input type="checkbox"/>	Doutor

**14) Área de formação:**

<input type="checkbox"/>	Contabilidade
<input type="checkbox"/>	Economia
<input type="checkbox"/>	Direito
<input type="checkbox"/>	Administração
<input type="checkbox"/>	Engenharia
<input type="checkbox"/>	Outra

**15) Tempo de serviço público federal:**

(anos) e      meses

**16) Órgão de lotação/exercício:**

<input type="checkbox"/>	Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
<input type="checkbox"/>	Tribunal de Contas da União (TCU)
<input type="checkbox"/>	Controladoria-Geral da União (CGU)
<input type="checkbox"/>	Departamento de Polícia Federal (DPF)
<input type="checkbox"/>	Outro

**17) Cargo ou função atual:**

--

**18) Tempo de serviço público no cargo ou função atual:**

(anos) e      meses

**19) Perfil do usuário:**

	Gestor do sistema compreendendo os servidores da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que administram o SIAFI e orientam quanto ao seu uso.
	Agente de controle compreendendo os servidores da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) que fiscalizam as ações do governo no sistema.
	Agente de investigação compreendendo os Peritos Criminais Federais do Departamento de Polícia Federal que realizam o trabalho de investigação no sistema.
	Operador compreendendo os usuários cadastrados no sistema, seja para emissão de documentos e consultas ou, tão somente, realização de consultas no sistema.

**20) Há quanto tempo você é usuário do SIAFI?**

\_\_\_\_ (anos) e \_\_\_\_ meses

### ANEXO 3 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS NO ANO DE 2011

PODER / ÓRGÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
PODER EXECUTIVO	1.930.441.132.817,00
Presidência da Republica	3.244.438.095,00
Gabinete da Vice-Presidência da Republica	7.095.679,00
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	22.436.724.318,00
Advocacia-Geral da União	2.295.489.174,00
Fundo Nacional Para A Criança e o Adolescente	37.939.085,00
Fundo de Imprensa Nacional	261.746.151,00
Fundo Nacional Antidrogas	303.661,00
Controladoria-Geral da União	680.998.313,00
Fundação Escola Nacional de Administração Publica	48.299.606,00
Agencia Nacional do Cinema	96.587.790,00
Comissão Nacional de Energia Nuclear	720.817.966,00
Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	221.362.538,00
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	690.043.085,00
Agencia Espacial Brasileira – AEB	274.704.717,00
Fundação Casa de Rui Barbosa	39.390.255,00
Fundação Biblioteca Nacional	90.749.845,00
Fundação Cultural Palmares	28.455.876,00
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	378.143.458,00
Fundação Nacional de Artes	141.200.768,00
Empresa Brasil de Comunicação S.A.- EBC	471.116.957,00
Conselho Nacional de Des.Cient.E Tecnológico	1.188.997.037,00
Superintendência da Zona Franca de Manaus	326.448.083,00
Instituto Brasileiro de Turismo	241.032.982,00
Inst.Bras. do Meio Ambiente e dos Rec. Naturais Renováveis.	1.072.826.302,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento	845.049.156,00
Fundo Nacional do Idoso	4.500.000,00
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.579.291.540,00
Instit. Nac. de Colonização e Reforma Agrária	3.926.684.804,00
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1.829.270.265,00
Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco	1.181.147.002,00
Departamento Nac.De Obras Contra As Secas	892.850.660,00
Companhia Nacional de Abastecimento	2.837.934.280,00
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	2.714.773.270,00
Ministério da Ciência E Tecnologia	1.470.607.838,00
Instituto Nac.De Tecnologia da Informação – ITI	17.295.481,00
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S/A	47.525.407,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	3.334.153.317,00
Ministério da Fazenda	1.129.704.795.343,00
Banco Central do Brasil – Orçamento Fiscal/Seg.Social	2.350.497.875,00
Comissão de Valores Mobiliários	267.408.838,00
Fund.Inst.Brasileiro de Geog.E Estatística	1.587.268.984,00
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	300.033.903,00
Superintendência de Seguros Privados	140.997.120,00
Fundo de Compensação E Variações Salariais	455.497.836,00
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	120.212.549,00
Fundo de Garantia A Exportação	1.666.404.981,00
Fundo Constitucional do Distrito Federal	8.748.271.757,00
Ministério da Educação	6.218.558.225,00
Colégio Pedro II	329.259.246,00
Fund.Universidade Federal Vale São Francisco	82.253.901,00
Universidade Federal de Alagoas	457.046.330,00
Universidade Federal da Bahia	957.130.549,00
Universidade Federal do Ceara	955.089.694,00



PODER / ÓRGÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Universidade Federal do Espírito Santo	546.914.437,00
Universidade Federal de Goiás	683.691.637,00
Universidade Federal Fluminense	1.234.940.040,00
Universidade Federal de Juiz de Fora	529.169.454,00
Universidade Federal de Minas Gerais	1.148.568.901,00
Universidade Federal do Para	769.316.331,00
Universidade Federal da Paraíba	866.636.011,00
Universidade Federal do Paraná	969.853.511,00
Universidade Federal de Pernambuco	873.561.266,00
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	871.518.599,00
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.008.820.062,00
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2.120.330.674,00
Universidade Federal de Santa Catarina	887.531.802,00
Universidade Federal de Santa Maria	667.043.879,00
Universidade Federal Rural de Pernambuco	291.363.271,00
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	337.544.585,00
Universidade Federal de Roraima	100.491.792,00
Fundação Universidade Federal do Tocantins	140.908.108,00
Universidade Federal de Campina Grande	356.336.342,00
Universidade Federal Rural da Amazônia	108.370.103,00
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	222.593.524,00
Universidade Fed.Vales Jequitinhonha E Mucuri	166.680.714,00
Centro Fed.Educ.Tecnológico Celso Suckow da Fonseca	155.829.021,00
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG	211.128.208,00
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	393.188.804,00
Universidade Federal de Alfenas	85.038.741,00
Universidade Federal de Itajubá	116.107.092,00
Universidade Federal de São Paulo	662.550.128,00
Universidade Federal de Lavras	189.979.994,00
Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN	110.250.237,00
Fundação Universidade Federal do Pampa	142.073.257,00
Univers. Federal da Integração Latino Americana	106.241.057,00
Fundação Universidade Federal de Rondônia	121.283.799,00
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	261.790.769,00
Fundação Universidade do Amazonas	386.653.374,00
Fundação Universidade de Brasília	1.230.105.377,00
Fundação Universidade do Maranhão	444.468.022,00
Fundação Universidade do Rio Grande – Rs	335.331.319,00
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	678.943.153,00
Fundação Universidade Federal do Acre	180.362.405,00
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	496.021.686,00
Universidade Federal de Ouro Preto	216.823.316,00
Fundação Universidade Federal de Pelotas	399.525.726,00
Fundação Universidade Federal do Piauí	416.265.399,00
Fundação Universidade Federal de São Carlos	306.336.768,00
Fundação Universidade Federal de Sergipe	365.900.117,00
Universidade Federal de Viçosa	459.457.783,00
Fundação Universidade Federal de Mato G. Sul	411.706.697,00
Fun.Univ.Fed.De Ciências da Saúde de P.Alegre	72.524.395,00
Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei	214.740.816,00
Fundação Universidade Federal do Amapá	66.950.213,00
Inst.Nacional de Est.E Pesquisas Educacionais	549.036.531,00
Fund.Coord.De Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior	3.091.093.411,00
Fundação Joaquim Nabuco	106.824.828,00
Hospital de Clinicas de Porto Alegre	415.062.557,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	30.094.726.210,00
Fundação Universidade Fed. da Grande Dourados	110.224.317,00

PODER / ÓRGÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	113.911.701,00
Fundação Universidade Federal do Abc	191.308.281,00
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	141.508.940,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas	140.109.028,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano	81.481.725,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceara	215.887.853,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Esp.Santo	253.782.915,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	84.946.152,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão	226.221.787,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MG	129.390.877,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Norte de MG	68.588.138,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Sudeste MG	95.460.579,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de MG	81.982.969,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Tria. Mineiro	73.380.319,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	150.487.471,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Mat. G. do Sul	34.814.558,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Para	169.727.566,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba	165.626.905,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia de Pernambuco	198.096.241,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS	114.248.798,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha	78.242.628,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	42.714.341,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	90.915.643,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	109.711.049,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins	68.295.562,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	36.490.436,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá	28.867.316,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	198.564.399,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	107.002.334,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	131.014.092,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tec. do S.Pernambucano	51.219.627,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	136.070.658,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	96.306.297,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	147.730.812,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	142.355.637,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN	203.843.088,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tec. Sul-Rio-Grandense	143.059.871,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima	52.613.134,00
Inst. Federal de Educ., Ciência e Tecnologia de Santa Catarina	180.075.243,00
Inst. Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo	217.648.511,00
Universidade Federal da Fronteira Sul	123.466.475,00
Universidade Federal do Oeste do Para	97.242.640,00
Univ. da Integ. Intern. da Lusof. Afro-Brasileira	70.187.355,00
Ministério do Desenvolvimento, Ind. e Comercio Exterior	487.551.616,00
Fundo de Garantia P/ Prom. da Competitividade	99.582.036,00
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A	383.558.223,00
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	968.579.420,00
Valec-Engenharia, Construções e Ferrovias S/A	2.259.115.937,00
Companhia Brasileira de Trens Urbanos	885.623.418,00
Ministério da Justiça	2.964.483.134,00
Departamento de Polícia Federal	4.074.093.071,00
Fundação Nacional do Índio	431.808.092,00
Inst.Nac. de Metrologia, Normal.E Qual.Ind.	614.309.486,00
Instituto Nac. da Propriedade Industrial	254.576.358,00
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	13.584.346,00
Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ	2.439.579.790,00
Secretaria de Direito Econômico/ DF Fundo	35.135.019,00

PODER / ÓRGÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA
Fundo Penitenciário Nacional	269.922.925,00
Fundo P/Apar. e Operação da Atividade Fim Polícia Federal	543.287.455,00
Fundo Nacional de Segurança Pública	624.020.000,00
Fundo Nacional Antidrogas	36.551.384,00
Caixa de Construções de Casas P/Pessoal da MB	210.800.000,00
Ministério de Minas e Energia	18.577.929.509,00
Agencia Nacional do Petróleo	4.943.735.133,00
Agencia Nacional de Energia Elétrica	421.298.030,00
Departamento Nacional de Produção Mineral	378.160.087,00
Empresa de Pesquisa Energética	104.392.746,00
Ministério da Previdência Social	335.888.961,00
Superintendência Nacional de Previdência Complementar	40.966.368,00
Ministério Público da União	3.852.947.505,00
Fundo Nacional de Cultura	434.580.621,00
Ministério Das Relações Exteriores	2.194.974.890,00
Fundação Alexandre de Gusmão	18.869.775,00
Ministério da Saúde	68.856.975.546,00
Fundação Oswaldo Cruz	2.373.651.525,00
Hospital Cristo Redentor S/A	114.419.637,00
Hospital Femina S/A	56.830.399,00
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A	423.737.435,00
Fundação Nacional de Saúde	4.714.461.130,00
Agencia Nacional de Vigilância Sanitária	660.285.441,00
Agencia Nacional de Saúde Suplementar	217.487.526,00
Fund. Jorge D.Figueiredo de Seg. e Med do Trabalho	86.471.382,00
Instituto Nacional do Seguro Social	290.600.791.515,00
Ministério do Trabalho E Emprego	5.616.161.102,00
Fundo de Amparo Ao Trabalhador	43.849.968.191,00
Ministério Dos Transportes	3.180.485.896,00
Agencia Nacional de Transportes Terrestres	432.790.683,00
Agencia Nacional de Transportes Aquaviários	77.665.327,00
Depto. Nac. de Infra-Estrutura de Transportes	15.536.193.852,00
Ministério das Comunicações	1.535.360.176,00
Agencia Nacional de Telecomunicações	1.099.826.775,00
Fundo de Univers.Dos Serv. de Telecomunicações	1.402.333.852,00
Fundo P/ O Desenvolvimento Tec. das Telecomunicações	391.922.545,00
Ministério da Cultura	540.890.206,00
Instituto Brasileiro de Museus	128.337.558,00
Ministério do Meio Ambiente	1.365.319.055,00
Fundo Nacional do Meio Ambiente	11.403.973,00
Agencia Nacional de Águas	323.907.391,00
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do RJ	47.893.500,00
Inst. Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	544.187.059,00
Serviço Florestal Brasileiro	39.966.327,00
Fundo Nacional Sobre Mudanças do Clima	287.423.217,00
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.726.888.124,00
Fundo da Marinha Mercante	3.497.207.240,00
Ministério do Esporte	2.553.944.115,00
Ministério da Defesa	1.961.551.578,00
Comando da Aeronáutica	13.607.125.883,00
Comando do Exército	25.687.194.045,00
Comando da Marinha	16.031.123.860,00
Comando da Marinha - Fundo Naval	463.839.521,00
Com.Marinha - Fundo Desenvolvimento Ens. Prof. Marítimo	114.972.994,00
Agencia Nacional de Aviação Civil	410.691.742,00
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	6.348.833,00
Industria de Material Bélico do Brasil	208.524.820,00

<b>PODER / ÓRGÃO</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>
Fundação Osório	11.186.855,00
Fundo do Exército	999.182.587,00
Fundo Aeronáutico	2.302.595.900,00
Ministério da Integração Nacional	7.026.397.387,00
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	46.818.547,00
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	83.292.801,00
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	1.752.603.927,00
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste	1.752.613.927,00
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	5.257.812.229,00
Ministério do Turismo	3.474.328.217,00
Fundo Geral de Turismo-Fungetur/Metur	23.194.148,00
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	16.484.291.199,00
Fundo Nacional da Assistência Social	26.513.100.905,00
Ministério das Cidades	19.417.067.268,00
Fundo Nac. de Segurança e Educação do Trânsito	690.901.797,00
Fundo Nacional de Hab. Interesse Social	712.000.644,00
Ministério da Pesca E Aquicultura	553.279.826,00
Conselho Nacional do Ministério Público	97.614.736,00
Reserva de Contingência	6.748.331.193,00
<b>PODER JUDICIÁRIO</b>	<b>27.516.553.105,00</b>
Supremo Tribunal Federal	503.017.061,00
Superior Tribunal de Justiça	942.244.077,00
Justiça Federal	6.952.656.135,00
Justiça Militar	361.136.340,00
Justiça Eleitoral	4.498.305.758,00
Justiça do Trabalho	12.422.371.252,00
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.641.510.338,00
Conselho Nacional de Justiça	195.312.144,00
<b>PODER LEGISLATIVO</b>	<b>8.927.251.446,00</b>
Câmara dos Deputados	4.146.891.714,00
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	80.292.880,00
Senado Federal	3.345.242.301,00
Tribunal de Contas da União	1.354.824.551,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.966.884.937.368,00</b>

Fonte: Dados extraídos do SIAFI2011

## ANEXO 4 – ÓRGÃOS CONVIDADOS A PARTICIPAREM DA PESQUISA

NOME DO ÓRGÃO	UG SELECIONADAS
Secretaria do Tesouro Nacional	Coordenação-Geral de Contabilidade, Coordenação-Geral de Contabilidade e Normas da Federação, Coordenação-Geral de Programação Financeira e Coordenação-Geral de Sistemas de Informática
Tribunal de Contas da União	Todas as Unidades Gestoras
Controladoria-Geral da União	Todas as Unidades Gestoras
Departamento de Polícia Federal	Todas as Unidades Gestoras
Câmara dos Deputados	Todas as Unidades Gestoras
Senado Federal	Todas as Unidades Gestoras
Comando da Aeronáutica	Todas as Unidades Gestoras
Comando do Exército	Das 417 UG, foram selecionadas 104 que apresentam o maior valor de orçamento empenhado até 5 de abril de 2011.
Comando da Marinha	Todas as Unidades Gestoras
Presidência da República	Todas as Unidades Gestoras
Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Desenvolvimento Agrário	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Meio Ambiente	Todas as Unidades Gestoras
Ministério das Cidades	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Ciência e Tecnologia	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Desenv. Ind. e Comercio Exterior	Todas as Unidades Gestoras
Ministério das Comunicações	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Cultura	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Defesa	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Desenv. Social e Combate a Fome	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Educação	Todas as Unidades Gestoras
Ministério de Minas e Energia	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Esporte	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Fazenda	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Integração Nacional	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Justiça	Todas as Unidades Gestoras
Ministério Público da União	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Pesca e Aquicultura	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Previdência Social	Todas as Unidades Gestoras
Ministério das Relações Exteriores	Todas as Unidades Gestoras
Ministério da Saúde	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Trabalho e Emprego	Todas as Unidades Gestoras
Ministério dos Transportes	Todas as Unidades Gestoras
Ministério do Turismo	Todas as Unidades Gestoras
Supremo Tribunal Federal	Todas as Unidades Gestoras
Superior Tribunal de Justiça	Todas as Unidades Gestoras
Justiça Federal	Todas as Unidades Gestoras
Justiça Militar	Todas as Unidades Gestoras
Justiça Eleitoral	Todas as Unidades Gestoras
Justiça do Trabalho	Todas as Unidades Gestoras
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	Todas as Unidades Gestoras
Conselho Nacional de Justiça	Todas as Unidades Gestoras
Colégio Pedro II	Todas as Unidades Gestoras
Fund.Universidade Federal Vale São Francisco	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Alagoas	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal da Bahia	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Ceará	Todas as Unidades Gestoras

NOME DO ÓRGÃO	UG SELECIONADAS
Universidade Federal do Espírito Santo	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Goiás	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal Fluminense	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Juiz de Fora	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Minas Gerais	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Para	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal da Paraíba	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Paraná	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Pernambuco	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Santa Catarina	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Santa Maria	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Roraima	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Campina Grande	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal Rural da Amazônia	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Fed.Vales Jequitinhonha e Mucuri	Todas as Unidades Gestoras
Centro Fed.Educ.Tecn. Celso Suckow da Fonseca	Todas as Unidades Gestoras
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Alfenas	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Itajubá	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de São Paulo	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Lavras	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal Rural do Semi-Árido/RN	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal Do Pampa	Todas as Unidades Gestoras
Univ. Federal da Integ. Latino Americana	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade do Rio de Janeiro	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade do Amazonas	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade de Brasília	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade do Maranhão	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade do Rio Grande - RS	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Uberlândia	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal do Acre	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Ouro Preto	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Pelotas	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal do Piauí	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de São Carlos	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Sergipe	Todas as Unidades Gestoras
Universidade Federal de Viçosa	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de Mato G. Sul	Todas as Unidades Gestoras
Fun. Univ. Fed. de Ciências da Saúde de P. Alegre	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal do Amapá	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal de S. J. Del-Rei	Todas as Unidades Gestoras
Inst.Nacional de Est. e Pesquisas Educacionais	Todas as Unidades Gestoras
Fund. Coord. de Aperf. de Pessoal Nível Superior	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Joaquim Nabuco	Todas as Unidades Gestoras
Hospital De Clinicas de Porto Alegre	Todas as Unidades Gestoras
Fundo Nacional De Desenvolvimento Da Educação	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Fed. da Grande Dourados	Todas as Unidades Gestoras

<b>NOME DO ÓRGÃO</b>	<b>UG SELECIONADAS</b>
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Todas as Unidades Gestoras
Fundação Universidade Federal do ABC	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de Alagoas	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Amazonas	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Baiano	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Ceara	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do ES	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Goiano	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Maranhão	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de MG	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Norte MG	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Sud. MG	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Sul MG	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Triângulo Mineiro	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do MT	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do MS	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do Pará	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. da Paraíba	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de PE	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. do RS	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Farroupilha	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. de Rondônia	Todas as Unidades Gestoras
Inst. Fed. de Educ., Ciência e Tec. Catarinense	Todas as Unidades Gestoras

Fonte: Dados extraídos do SIAFI2011

## ANEXO 5 – ESTATÍSTICA DA PESQUISA DE CAMPO

	Gestor do Sistema (STN)		Agentes de Controle (CGU e TCU)		Agente de Investigação (PCF/DPF)		Operador do Sistema		Total	
	N	%	n	%	n	%	N	%	n	%
<b>13.1 Escolaridade</b>										
2º Grau	0	0,0	1	1,7	0	0,0	19	9,9	20	7,0
Graduado	5	29,4	26	44,1	4	20,0	87	45,5	122	42,5
Pós-Graduado	12	70,6	26	44,1	13	65,0	66	34,6	117	40,8
Mestre	0	0,0	5	8,5	3	15,0	12	6,3	20	7,0
Doutor	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,5	1	0,3
Outra	0	0,0	1	1,7	0	0,0	6	3,1	7	2,4
Total	17	100,0	59	100,0	20	100,0	191	100,0	287	100,0
<b>14.1 Área de formação</b>										
Contabilidade	11	64,7	15	25,4	19	95,0	85	44,5	130	45,3
Economia	1	5,9	5	8,5	1	5,0	12	6,3	19	6,6
Direito	0	0,0	8	13,6	0	0,0	7	3,7	15	5,2
Administração	1	5,9	9	15,3	0	0,0	36	18,8	46	16,0
Engenharia	1	5,9	11	18,6	0	0,0	9	4,7	21	7,3
Outra	3	17,6	11	18,6	0	0,0	42	22,0	56	19,5
Total	17	100,0	59	100,0	20	100,0	191	100,0	287	100,0
<b>16.1 Órgão de lotação/exercício</b>										
STN	16	94,1	0	0,0	0	0,0	5	2,6	21	7,3
TCU	0	0,0	44	74,6	0	0,0	11	5,8	55	19,2
CGU	0	0,0	13	22,0	0	0,0	1	0,5	14	4,9
DPF	0	0,0	0	0,0	20	100,0	23	12,0	43	15,0
Outro	1	5,9	2	3,4	0	0,0	151	79,1	154	53,7
Total	17	100,0	59	100,0	20	100,0	191	100,0	287	100,0

Anexo 5.1 – Frequência e percentual do perfil do usuário segundo a Escolaridade, Área de formação e Órgão de lotação

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Tempo	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)
15 Tempo de serviço público	Gestor do Sistema (STN)	14,5 ± 8,8	14,8	1,9	32,0	9,9 - 19
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	16,8 ± 9,1	15,3	2,0	36,3	14,4 - 19,2
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	12,2 ± 6	10,8	2,7	24,2	9,3 - 15
	Operador do Sistema	14,7 ± 10,1	14,0	0,5	40,0	13,3 - 16,2
18 Tempo de serviço público no cargo ou função atual	Gestor do Sistema (STN)	7,2 ± 6,4	4,0	0,3	22,3	3,9 - 10,5
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	9,9 ± 8,3	6,6	0,4	35,5	7,7 - 12,1
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	4,8 ± 3	4,3	1,3	12,1	3,4 - 6,2
	Operador do Sistema	8,4 ± 8,2	5,5	0,0	32,3	7,2 - 9,5
20 Há quanto	Gestor do Sistema (STN)	9,5 ± 6	8,2	1,9	21,3	6,5 - 12,6



Tempo	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)
tempo você é usuário do SIAFI	Agentes de Controle (CGU e TCU)	12,2 ± 7,5	13,0	1,0	35,5	10,2 - 14,1
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	5,3 ± 4,1	4,9	1,0	14,8	3,4 - 7,3
	Operador do Sistema	8,8 ± 7,1	7,0	0,1	30,0	7,8 - 9,8

Anexo 5.2 – Tempo médio de serviço público e de uso do SIAFI segundo o perfil do usuário

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Avaliação da usabilidade do SIAFI	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
1.1 O SIAFI é de fácil acesso.	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 1,1	3,0	1,0	4,0	2,5 - 3,6	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,4 ± 1,2	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,9	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	3 - 3,3	
1.2 O horário de funcionamento atende às necessidades de meu trabalho.	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,9	4,0	1,0	4,0	3 - 3,9	<b>0,003</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3,4 ± 0,7	4,0	1,0	4,0	3,2 - 3,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,6 ± 0,6	4,0	2,0	4,0	3,3 - 3,9	
	Operador do Sistema	3,7 ± 0,6	4,0	1,0	4,0	3,6 - 3,8	
1.3 Apresenta falhas com frequência.	Gestor do Sistema (STN)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,5	0,325
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,4	
	Operador do Sistema	2,3 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,4	
1.4 As falhas porventura apresentadas são sanadas em tempo hábil.	Gestor do Sistema (STN)	3 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,6 - 3,4	0,077
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,2 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,8 - 3,5	
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	3 - 3,3	
1.5 O sistema é de fácil operação.	Gestor do Sistema (STN)	2,6 ± 1,1	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,2	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,7 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,5 - 2,8	
1.6 É necessária a realização de curso para um iniciante operar o sistema.	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,9	4,0	1,0	4,0	3 - 3,9	0,272
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3,6 ± 0,8	4,0	1,0	4,0	3,4 - 3,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,7 ± 0,6	4,0	2,0	4,0	3,4 - 3,9	
	Operador do Sistema	3,5 ± 0,8	4,0	1,0	4,0	3,4 - 3,6	
1.7 Não é necessário ter conhecimento de Contabilidade	Gestor do Sistema (STN)	2,3 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,7	0,223
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,1	

Avaliação da usabilidade do SIAFI	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
Pública para operá-lo.	Operador do Sistema	2,6 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,4 - 2,7	
1.8 Os relatórios estruturados atendem às necessidades do meu trabalho.	Gestor do Sistema (STN)	2,2 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,6	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	2 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,2 - 2,9	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,6 - 2,9	
1.9 É fácil construir relatórios no SIAFI.	Gestor do Sistema (STN)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,6	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,6 ± 0,8	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,6 ± 0,7	1,5	1,0	3,0	1,3 - 1,9	
	Operador do Sistema	2,2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2 - 2,3	
1.10 Utilizo com frequência o SIAFI Gerencial para construir relatórios não estruturados.	Gestor do Sistema (STN)	2,5 ± 1,1	3,0	1,0	4,0	2 - 3,1	0,161
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 1,2	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,3	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 1	1,5	1,0	4,0	1,4 - 2,3	
	Operador do Sistema	1,9 ± 1,1	1,0	1,0	4,0	1,8 - 2,1	
1.11 O SIAFI – Manual Web responde à maioria de minhas dúvidas.	Gestor do Sistema (STN)	2,4 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,8	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2 - 2,4	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 0,6	3,0	1,0	3,0	2,3 - 2,9	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,6 - 2,8	
1.12 A ajuda on-line do sistema responde às minhas dúvidas no momento de sua utilização.	Gestor do Sistema (STN)	2,2 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,6	<b>0,022</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,6	
	Operador do Sistema	2,4 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,5	

Anexo 5.3 – Medidas descritivas das questões relacionadas à avaliação da usabilidade do SIAFI.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Grau de conhecimento das funcionalidades de <u>Transparência</u>	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
2.1 Subsystema Senha, seus módulos e transações	Gestor do Sistema (STN)	2,4 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,9	0,055
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 0,9	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,6	
	Operador do Sistema	2,4 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,5	
2.2 Transação regconfop (Registra Conformidade de Operador)	Gestor do Sistema (STN)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,7	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 1,2	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,7	
	Operador do Sistema	2,5 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,4 - 2,7	

Grau de conhecimento das funcionalidades de <u>Transparência</u>	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
2.3 Transação conconta (Consulta Plano de Contas)	Gestor do Sistema (STN)	3,7 ± 0,5	4,0	3,0	4,0	3,5 - 3,9	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,5 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,2 - 2,7	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,7 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,3 - 3,1	
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	3 - 3,2	
2.4 Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conraza e diario)	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3,6	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,5 ± 0,8	2,5	1,0	4,0	2,1 - 2,8	
	Operador do Sistema	2,8 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3	
2.5 Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condarf etc)	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,8	4,0	2,0	4,0	3,1 - 3,9	<b>0,002</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,8 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,5 - 3	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,1 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	2,8 - 3,4	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	3,1 - 3,3	
2.6 Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)	Gestor do Sistema (STN)	2,6 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 3,1	<b>0,034</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,3 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,4	
2.7 Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e impconfreg)	Gestor do Sistema (STN)	2,3 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,8	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,8 ± 0,9	1,0	1,0	4,0	1,5 - 2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,5 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,6	
2.8 Transação concontir (Consulta Contas a Regularizar)	Gestor do Sistema (STN)	2,7 ± 1,2	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,3	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,6 ± 0,9	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,9	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,5 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,5 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,6	
2.9 Transação conincons (Consulta Inconsistências – Outros)	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 1,2	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,4	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,6 ± 0,9	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,9	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,4 - 2,4	
	Operador do Sistema	2,2 ± 1,1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,4	
2.10 Transação conevento (Consulta Evento)	Gestor do Sistema (STN)	3,6 ± 0,7	4,0	2,0	4,0	3,3 - 4	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,5 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,1 - 2,8	

<b>Grau de conhecimento das funcionalidades de <u>Transparência</u></b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	<b>P</b>
	Operador do Sistema	2,7 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,6 - 2,8	
2.11 Módulo Sintéticos (Consultas Sintéticas) e suas transações (conor, celulas, conorc e consultorc)	Gestor do Sistema (STN)	2,7 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,2 - 3,2	0,087
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	2 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 0,7	2,0	1,0	3,0	1,5 - 2,2	
	Operador do Sistema	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,4	

Anexo 5.4 – Medidas descritivas das questões relacionadas ao conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI que promovem transparência.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Grau de conhecimento das funcionalidades de <u>Prestação de Contas</u></b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
4.1 Transação conconta (Consulta Plano de Contas)	Gestor do Sistema (STN)	3,8 ± 0,4	4,0	3,0	4,0	3,5 - 4	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,5 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,2 - 2,7	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,2 - 3	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3	
4.2 Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)	Gestor do Sistema (STN)	3,2 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,8 - 3,6	0,008
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,6 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,4 ± 0,7	2,0	1,0	4,0	2 - 2,7	
	Operador do Sistema	2,8 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,7 - 2,9	
4.3 Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condar)	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,8	4,0	1,0	4,0	3,1 - 3,9	0,063
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,3	
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	3 - 3,2	
4.4 Transação conevento (Consulta Evento)	Gestor do Sistema (STN)	3,6 ± 0,9	4,0	1,0	4,0	3,1 - 4	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,2 - 3	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,6 - 2,9	
4.5 Transação concreedor (Consulta Credor)	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 1,1	4,0	1,0	4,0	2,8 - 3,9	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,4 ± 0,9	2,5	1,0	4,0	2 - 2,8	
	Operador do Sistema	2,8 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,7 - 2,9	

<b>Grau de conhecimento das funcionalidades de Prestação de Contas</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
4.6 Subsistema CPR (Contas a Pagar e a Receber), seus módulos e suas transações (atucpr, concpr, atulob, conlob, conflux)	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 1,1	4,0	1,0	4,0	2,8 - 3,9	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,8 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,7 - 2,9	
4.7 Transação concauc (Consulta Cadastro Único de Convenientes)	Gestor do Sistema (STN)	1,8 ± 0,7	2,0	1,0	3,0	1,4 - 2,2	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1,1	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,4 - 2,3	
	Operador do Sistema	1,5 ± 0,8	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,6	
4.8 Módulo Cadastro (Cadastro de Transferência) e suas transações (contransf, exectransf, atutransf, impextrato, incadit)	Gestor do Sistema (STN)	2,1 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,6	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,5 ± 0,6	1,0	1,0	3,0	1,2 - 1,7	
	Operador do Sistema	1,5 ± 0,8	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,6	

Anexo 5.5 – Medidas descritivas das questões relacionadas ao conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI que promovem prestação de contas.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Grau de conhecimento das funcionalidades de Responsabilização dos agentes públicos</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	<b>p</b>
6.1 Módulo Demonstra (Demonstração Contábil) e suas transações (balancete, balansint, conbalanug, conrazao e diario)	Gestor do Sistema (STN)	3,2 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,8 - 3,6	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,6	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,5 - 2,8	
6.2 Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)	Gestor do Sistema (STN)	2,7 ± 1	3,0	1,0	4,0	2,2 - 3,2	0,115
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,3	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,1 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,4	
6.3 Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e impconfreg)	Gestor do Sistema (STN)	2,5 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2 - 2,9	<b>0,015</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,7 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,5 - 2,3	
	Operador do Sistema	2,4 ± 1,1	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,5	
6.4 Transação	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 1,2	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,4	<b>0,000</b>

<b>Grau de conhecimento das funcionalidades de Responsabilização dos agentes públicos</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	<b>p</b>
concontrir (Consulta Contas a Regularizar)	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,8 ± 1	1,0	1,0	4,0	1,5 - 2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,4	
	Operador do Sistema	2,4 ± 1	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,5	
6.5 Transação conincons (Consulta Inconsistências – Outros)	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 1,2	3,0	1,0	4,0	2,1 - 3,4	<b>0,002</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,7 ± 0,9	1,0	1,0	4,0	1,5 - 1,9	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,8 ± 0,8	2,0	1,0	3,0	1,4 - 2,1	
	Operador do Sistema	2,1 ± 1	2,0	1,0	4,0	2 - 2,3	
6.6 Módulo Cadresp (Cadastro de Responsáveis) e suas transações (atuagente, conagente, atucompnat, concompnat e connatre)	Gestor do Sistema (STN)	1,7 ± 0,5	2,0	1,0	2,0	1,5 - 1,9	<b>0,347</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,4	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,9 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,4 - 2,4	
	Operador do Sistema	2,1 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,2	

Anexo 5.6 – Medidas descritivas das questões relacionadas ao conhecimento em relação às funcionalidades do SIAFI que promovem responsabilização dos agentes públicos.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Percepção da Transparência promovida pelo SIAFI</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
8.1 Acesso à informação pública	Gestor do Sistema (STN)	3,3 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,9 - 3,7	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,6	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,8 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,4 - 3,2	
	Operador do Sistema	2,8 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3	
8.2 Divulgação de informações úteis aos interessados	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,5	<b>0,009</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,5 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,7	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,9 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,5 - 3,2	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3	
8.3 Publicação de informações obrigatórias por lei ou regulamento	Gestor do Sistema (STN)	3,3 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,9 - 3,6	<b>0,001</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,6 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,3 - 2,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,6 - 3,3	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3	
8.4 Garantia da clareza e da substância da informação sobre a forma	Gestor do Sistema (STN)	2,5 ± 0,7	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,8	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,3 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,7	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,6 - 2,8	

<b>Percepção da Transparência promovida pelo SIAFI</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
8.5 Linguagem acessível ao público alvo	Gestor do Sistema (STN)	2,1 ± 0,6	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,4	<b>0,000</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 0,6	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 0,7	2,0	1,0	3,0	1,8 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,4 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2,3 - 2,5	
8.6 A informação dos aspectos tanto positivos quanto negativos	Gestor do Sistema (STN)	2,5 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,2 - 2,9	0,121
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2,1 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,3 ± 0,5	2,0	2,0	3,0	2,1 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,5 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	2,4 - 2,6	
8.7 Informação tempestiva em tempo real	Gestor do Sistema (STN)	3 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,5 - 3,5	0,728
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3,1 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,9 - 3,3	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,3	
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3 - 3,2	
8.8 Confiabilidade da informação	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	3 - 3,7	0,725
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3,2 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3 - 3,4	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,4 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	3,1 - 3,7	
	Operador do Sistema	3,3 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3,2 - 3,4	

Anexo 5.7 – Medidas descritivas das questões relacionadas com a contribuição do SIAFI para a promoção da transparência.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Percepção da Prestação de Contas promovida pelo SIAFI</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
9.1 Elaboração de demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial que compõem o processo de	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,7	4,0	2,0	4,0	3,1 - 3,8	0,064
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,3 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	3 - 3,6	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,6	3,0	1,0	4,0	3,2 - 3,3	
9.2 Preparação das contas do Presidente da República, chamadas de Balanço Geral da União (BGU)	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	3,1 - 3,7	<b>0,012</b>
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,9 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,4 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	3,1 - 3,6	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3,1 - 3,3	
9.3 Controle dos gastos públicos	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	3 - 3,7	0,425
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3,2	
	Agente de Investigação	3,1 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,6 - 3,5	

<b>Percepção da Prestação de Contas promovida pelo SIAFI</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
	(PCF/DPF)						
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3 - 3,2	
9.4 Fiscalização das ações do agente público	Gestor do Sistema (STN)	3,2 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,8 - 3,6	0,493
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,1 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3,5	
	Operador do Sistema	3 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,9 - 3,1	

Anexo 5.8 – Medidas descritivas das questões relacionadas com a contribuição do SIAFI para a promoção da prestação de contas.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Percepção da Responsabilização promovida pelo SIAFI</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	
10.1 Identificação do agente público responsável pela ação administrativa	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,4	0,022
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,7 - 3,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,1 ± 0,8	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,4	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	3,1 - 3,3	
10.2 Verificação das regras estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,4 - 3,2	0,212
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,7 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,5 - 2,9	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,6 - 3,3	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3	
10.3 Visibilidade da impropriedade cometida pelo agente público	Gestor do Sistema (STN)	2,5 ± 0,6	2,0	2,0	4,0	2,2 - 2,9	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,4 ± 0,7	2,0	1,0	4,0	2,2 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,7 ± 0,9	3,0	1,0	4,0	2,2 - 3,1	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,8	3,0	1,0	4,0	2,8 - 3	

Anexo 5.9 – Medidas descritivas das questões relacionadas com a contribuição do SIAFI para a promoção da responsabilização das ações dos agentes públicos.

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Avaliação da usabilidade do sistema</b>	<b>Perfil do usuário</b>	<b>Média ± DP</b>	<b>Mediana</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Intervalo de confiança (95%)</b>	<b>P</b>
F1 – Ajuda e Relatórios	Gestor do Sistema (STN)	2,2 ± 0,4	2,3	1,8	3,3	2 - 2,5	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,0 ± 0,6	2,0	1,0	3,5	1,9 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 0,5	2,1	1,5	3,3	2 - 2,5	
	Operador do Sistema	2,5 ± 0,7	2,5	1,0	4,0	2,4 - 2,6	



Avaliação da usabilidade do sistema	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
F2 – Funcionamento e facilidade de acesso e operação	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 0,9	3,3	1,0	4,0	2,6 - 3,5	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,6 ± 0,7	2,7	1,0	4,0	2,4 - 2,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,7 ± 0,7	2,5	1,7	4,0	2,3 - 3	
	Operador do Sistema	3,2 ± 0,6	3,3	1,3	4,0	3,1 - 3,3	
F3 – Não necessita curso de SIAFI e de Contabilidade Pública	Gestor do Sistema (STN)	1,9 ± 0,6	2,0	1,0	3,0	1,6 - 2,2	0,257
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	1,9 ± 0,5	2,0	1,0	3,5	1,7 - 2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2 ± 0,6	2,0	1,0	3,0	1,7 - 2,3	
	Operador do Sistema	2,1 ± 0,7	2,0	1,0	4,0	2 - 2,2	
F4 – Falhas do sistema	Gestor do Sistema (STN)	3 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,3	0,218
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,8 ± 0,7	2,5	1,0	4,0	2,6 - 2,9	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,1 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,7 - 3,4	
	Operador do Sistema	2,9 ± 0,7	3,0	1,5	4,0	2,8 - 3	

Anexo 5.10 – Medidas estatísticas dos fatores da avaliação da usabilidade do SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Grau de conhecimento do SIAFI	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	P
F1 – Funcionalidades de Transparência	Gestor do Sistema (STN)	3,1 ± 0,8	3,3	1,5	4,0	2,7 - 3,6	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,1 ± 0,7	2,2	1,0	4,0	1,9 - 2,3	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,2 ± 0,7	2,3	1,0	3,8	1,9 - 2,6	
	Operador do Sistema	2,6 ± 0,8	2,6	1,0	4,0	2,5 - 2,7	
F2 – Funcionalidades de Responsabilização	Gestor do Sistema (STN)	2,3 ± 0,8	2,3	1,0	3,3	1,9 - 2,7	0,016
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2 ± 0,8	2,0	1,0	4,0	1,8 - 2,2	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2 ± 0,9	2,0	1,0	4,0	1,6 - 2,4	
	Operador do Sistema	2,3 ± 0,8	2,3	1,0	4,0	2,2 - 2,5	
F3 – Funcionalidades de Prestação de Contas	Gestor do Sistema (STN)	3,5 ± 0,7	3,8	1,6	4,0	3,1 - 3,8	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,5 ± 0,7	2,6	1,0	4,0	2,3 - 2,7	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,7 ± 0,6	2,6	1,8	4,0	2,4 - 2,9	
	Operador do Sistema	3 ± 0,7	3,0	1,0	4,0	2,9 - 3,1	
F4 – Funcionalidades de Prestação de Contas de Convênios	Gestor do Sistema (STN)	2 ± 0,8	2,0	1,0	3,5	1,6 - 2,4	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,2 ± 1	2,0	1,0	4,0	1,9 - 2,4	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	1,7 ± 0,7	1,5	1,0	3,0	1,3 - 2	
	Operador do Sistema	1,5 ± 0,8	1,0	1,0	4,0	1,4 - 1,6	

Anexo 5.11 – Medidas estatísticas dos fatores do grau de conhecimento do SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

Percepção da accountability	Perfil do usuário	Média ± DP	Mediana	Mínimo	Máximo	Intervalo de confiança (95%)	p
F1 – Transparência	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 0,5	2,8	1,7	3,5	2,5 - 3,1	0,000
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,3 ± 0,6	2,3	1,0	4,0	2,2 - 2,5	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,6 ± 0,6	2,4	1,7	3,7	2,3 - 2,8	
	Operador do Sistema	2,7 ± 0,6	2,8	1,0	4,0	2,6 - 2,8	
F2 – Prestação de Contas	Gestor do Sistema (STN)	3,4 ± 0,6	3,5	2,0	4,0	3,1 - 3,7	0,096
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	3 ± 0,6	3,0	1,5	4,0	2,8 - 3,1	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	3,2 ± 0,7	3,1	2,0	4,0	2,9 - 3,5	
	Operador do Sistema	3,1 ± 0,6	3,0	1,0	4,0	3 - 3,2	
F3 – Responsabilização	Gestor do Sistema (STN)	2,8 ± 0,6	3,0	2,0	4,0	2,5 - 3,1	0,001
	Agentes de Controle (CGU e TCU)	2,6 ± 0,6	2,7	1,0	4,0	2,5 - 2,8	
	Agente de Investigação (PCF/DPF)	2,9 ± 0,7	3,0	2,0	4,0	2,6 - 3,2	
	Operador do Sistema	3 ± 0,6	3,0	1,0	4,0	2,9 - 3,1	

Anexo 5.12 – Medidas estatísticas dos fatores da percepção do usuário da *accountability* promovida pelo SIAFI

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

FUNCIONALIDADES DE TRANSPARÊNCIA	N	%
Questão 2 contempla todas as funcionalidades	245	85,37%
Subsistema CPR (Contas a Pagar e a Receber), seus módulos e suas transações (atucpr, concpr, atulob, conlob, confluxo etc)	17	5,92%
Módulo Cadastro (Cadastro de Transferência) e suas transações (contransf, exectransf, atutransf, impextrato, incaditivo etc)	13	4,53%
Módulo Cadresp (Cadastro de Responsáveis) e suas transações (atuagente, conagente, atucompnat, concompnat e connatresp); Subsistema Dívida, seus módulo e transações (atucobdex, atudespdex, atudivex, aturealdex, concobdex,, condespdex etc); Transação concauc (Consulta Cadastro Único de Convenientes); Módulo Unidade Gestora e suas transações (conug e atuug); Módulo Comunica e suas transações (congrupo, conmsg, conrecmens, excgrupo, excmsg, ialgrupo e incmsg); Transação concontir (Consulta Contas a Regularizar); Módulo Usuários e suas transações (listausug, lisusutran, mudaug e regconfop); Módulo Extrator e suas transações (cansolicit, conarq e consolicit); Módulo Credor e suas transações (atuconsorc, atucredor, cadin, conconsorc, concredor, connatjur e sicaf)	12	4,18%
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>100,00%</b>

Anexo 5.13 – Funcionalidades do SIAFI não citadas nas questões fechadas, mas que os usuários entendem que promovem transparência

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

FUNCIONALIDADES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	N	%
Questão 4 contempla todas as funcionalidades	273	95,12%
Módulo Contábil (Conformidade Contábil) e suas transações (atuconfcon e conconfcon)	9	3,14%
Módulo Registros (Conformidade de Registro de Gestão) e suas transações (atuconfreg, conconfreg e impconfreg); Módulo Cadresp (Cadastro de Responsáveis) e suas transações (atuagente, conagente, atucompnat, concompnat e connatresp); Módulo Sintéticos (Consultas Sintéticas) e suas transações (conor, celulas, conorc e consultorc); Módulo Extrator e suas transações (cansolicit, conarq e consolicit)	5	1,74
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>100,00%</b>

**Anexo 5.14 – Funcionalidades do SIAFI não citadas nas questões fechadas, mas que os usuários entendem que promovem prestação de contas**

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>FUNCIONALIDADES DE RESPONSABILIZAÇÃO</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Questão 6 contempla todas as funcionalidades	273	95,12%
Subsistema Documento (Documentos do SIAFI), seus módulos e transações (ne, conne, ob, conob, nc, connc, darf, condarf etc)	6	2,10%
Módulo Cadastro (Cadastro de Transferência) e suas transações (contransf, exectransf, atutransf, impextrato, incaditivo etc)	4	1,39%
Subsistema Obrigação, seus módulos e transações (altamortiz, altcobran, conjuros, conobrig, concontcad, conaditivo etc); Módulo Credor e suas transações (atuconsorc, atucredor, cadin, conconsorc, concredor, connatjur e sicaf); Módulo Unidade Gestora e suas transações (conug e atuug); Módulo Usuários e suas transações (listausug, lisusutran, mudaug e regconfop)	4	1,39%
<b>Total</b>	<b>287</b>	<b>100,00%</b>

**Anexo 5.15 – Funcionalidades do SIAFI não citadas nas questões fechadas, mas que os usuários entendem que promovem responsabilização dos agentes públicos**

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Como você avalia a contribuição do SIAFI para compreender a situação dos programas de governo?</b>	<b>Gestor do Sistema (STN)</b>		<b>Agentes de Controle (CGU e TCU)</b>		<b>Agente de Investigação (PCF/DPF)</b>		<b>Operador do Sistema</b>		<b>Total</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Nada a declarar/ desconhecimento	1	5,9	11	18,6	4	20,0	34	17,8	50	17,4
Deficiente / complexo / difícil / pouca	3	17,6	21	35,6	6	30,0	44	23,0	74	25,8
Razoável / regular	2	11,8	8	13,6	2	10,0	24	12,6	36	12,5
Muito grande / positiva / essencial	11	64,7	19	32,2	8	40,0	89	46,6	127	44,3
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>	<b>191</b>	<b>100,0</b>	<b>287</b>	<b>100,0</b>

**Anexo 5.16 – Avaliação da contribuição do SIAFI para compreensão dos programas de governo**

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.

<b>Quais as melhorias que podem ser implementadas no SIAFI para que o sistema traga maior contribuição para a promoção da accountability da Administração Pública Federal?</b>	<b>Gestor do Sistema (STN)</b>		<b>Agentes de Controle (CGU e TCU)</b>		<b>Agente de Investigação (PCF/DPF)</b>		<b>Operador do Sistema (usuário)</b>		<b>Total</b>	
	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Nada a declarar / Desconhece	2	11,8	12	20,3	2	10,0	46	24,1	62	21,6
Aumentar treinamento, inserir no Ensino Superior e cobrar em concurso público	1	5,9	4	6,8	1	5,0	18	9,4	24	8,4
Dar acessibilidade para a sociedade e aumentar a do servidor	1	5,9	12	20,3	2	10,0	24	12,6	39	13,6
Mudar a plataforma do SIAFI para Windows/WEB e tornar a navegação mais amigável	6	35,3	19	32,2	14	70,0	50	26,2	89	31,0

Quais as melhorias que podem ser implementadas no SIAFI para que o sistema traga maior contribuição para a promoção da accountability da Administração Pública Federal?	Gestor do Sistema (STN)		Agentes de Controle (CGU e TCU)		Agente de Investigação (PCF/DPF)		Operador do Sistema (usuário)		Total	
	n	%	N	%	N	%	n	%	n	%
Gerar relatórios gerenciais, inclusive os obrigatórios, melhorar a linguagem e a compreensibilidade para sociedade	6	35,3	8	13,6	0	0,0	39	20,4	53	18,5
Implementar interface direta com outros sistemas estruturantes como por exemplo, o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN)	1	5,9	3	5,1	0	0,0	7	3,7	11	3,8
Outros:										
- Aumentar divulgação do Portal Transparência e das informações geradas pelo SIAFI;										
- Ser repositório de documentos eletrônicos;	0	0,0	1	1,7	1	5,0	7	3,7	9	3,1
- Aumentar o controle por meio do registro de débitos de agentes públicos;										
- Implementar auditorias internas on-line.										
Total	17	100,0	59	100,0	20	100,0	191	100,0	287	100,0

Anexo 5.17 – Sugestão de melhorias do SIAFI para aumentar a contribuição na promoção da *accountability*

Fonte: Questionário. Respostas obtidas no SurveyMonkey e trabalhadas no SPSS.